

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 2018

MPF
Ministério Público Federal



**RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS
DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL
2018**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradora-Geral da República

Raquel Elias Ferreira Dodge

Vice-Procurador-Geral da República

Luciano Mariz Maia

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Humberto Jacques de Medeiros

Corregedor-Geral do Ministério Público Federal

Oswaldo José Barbosa Silva

Ouvidor-Geral do Ministério Público Federal

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho

Secretário-Geral do Ministério Público Federal

Alexandre Camanho de Assis

Secretária-Geral Adjunta do Ministério Público Federal

Eloá Todarelli Junqueira



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2018

BRASÍLIA | DF
MPF
2019

Copyright 2019 - Ministério Público Federal

Permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que sem fins lucrativos e citada a fonte. Disponível também em www.mpf.mp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r

Brasil. Ministério Público Federal.

Relatório de prestação de contas do Ministério Público Federal : 2018 – Brasília : MPF, 2019.
129 p. : il. color.

1. Prestação de contas. 2. Accountability pública. 3. Responsabilidade fiscal. 4. Transparência na gestão fiscal. 4. Ministério Público Federal – relatório. I. Título.

CDDir 341.413

Elaborado por Isabella de Oliveira e Nóbrega – CRB1/3131

Coordenação, organização e elaboração::
Secretaria-Geral do MPF

Normalização bibliográfica:
Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

Projeto gráfico, diagramação e fotos:
Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Procuradoria-Geral da República

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C - 70050-900 - Brasília - DF - Brasil
Fone: 61 3105-5100 - www.mpf.mp.br

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 170/2018 e 172/2018 e da Portaria TCU nº 369/2018.

Unidades Consolidadas: O MPF, como unidade consolidadora, é composto em sua estrutura pelas seguintes Unidades Gestoras: a Procuradoria-Geral da República (sede), cinco Procuradorias Regionais da República e vinte e sete Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal.

Palavras-chave: Prestação de contas. Accountability pública. Responsabilidade fiscal. Transparência na gestão fiscal. Ministério Público Federal.

LISTA DE SIGLAS

APGEs	Assessores de Planejamento e Gestão Estratégica	PR/CE	Procuradoria da República no Ceará
ASI	Assessoria de Sustentabilidade e Inovação	PR/DF	Procuradoria da República no Distrito Federal
Audin-MPU	Auditoria Interna do Ministério Público da União	PR/ES	Procuradoria da República no Espírito Santo
BSC	Balanced Scorecard	PR/GO	Procuradoria da República em Goiás
CCRs	Câmaras de Coordenação e Revisão	PR/MA	Procuradoria da República no Maranhão
CGE	Comitê de Gestão Estratégica	PR/MG	Procuradoria da República em Minas Gerais
CNJ	Conselho Nacional de Justiça	PR/MS	Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público	PR/MT	Procuradoria da República em Mato Grosso
Conjur	Consultoria Jurídica	PR/PA	Procuradoria da República no Pará
CSC	Centro de Serviços Compartilhados	PR/PB	Procuradoria da República na Paraíba
CSMPF	Conselho Superior do Ministério Público Federal	PR/PE	Procuradoria da República em Pernambuco
CVE	Central de Viagens e Eventos	PR/PI	Procuradoria da República no Piauí
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União	PR/PR	Procuradoria da República no Paraná
LAI	Lei de Acesso à Informação	PR/RJ	Procuradoria da República no Rio de Janeiro
LC	Lei Complementar	PR/RN	Procuradoria da República no Rio Grande do Norte
LOA	Lei Orçamentária Anual	PR/RO	Procuradoria da República em Rondônia
MNI	Modelo Nacional de Interoperabilidade	PR/RR	Procuradoria da República em Roraima
Mogab	Projeto de Modernização dos Gabinetes	PR/RS	Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	PR/SC	Procuradoria da República em Santa Catarina
MPF	Ministério Público Federal	PR/SE	Procuradoria da República em Sergipe
MPM	Ministério Público Militar	PR/SP	Procuradoria da República em São Paulo
MPT	Ministério Público do Trabalho	PR/TO	Procuradoria da República em Tocantins
MPU	Ministério Público da União	PRR1	Procuradoria Regional da República da 1ª Região
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	PRR2	Procuradoria Regional da República da 2ª Região
PEI	Planejamento Estratégico Institucional	PRR3	Procuradoria Regional da República da 3ª Região
Peti	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação	PRR4	Procuradoria Regional da República da 4ª Região
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	PRR5	Procuradoria Regional da República da 5ª Região
PGEA	Procedimento de Gestão Administrativa	PRRs	Procuradorias Regionais da República
PGR	Procuradoria-Geral da República	PRs	Procuradorias da República
PMGA	Projeto de Modernização da Gestão Administrativa	QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
PR/AC	Procuradoria da República no Acre	RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
PR/AL	Procuradoria da República em Alagoas	RAO	Reunião de Acompanhamento Operacional
PR/AM	Procuradoria da República no Amazonas	SA	Secretaria de Administração
PR/AP	Procuradoria da República no Amapá	SAC	Salas de Atendimento ao Cidadão
PR/BA	Procuradoria da República na Bahia	SAC MPF	Aplicativo para dispositivos móveis que permite o acesso à Sala de Atendimento ao Cidadão

SCI	Secretaria de Cooperação Internacional
SCP	Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP)
SEA	Secretaria de Engenharia e Arquitetura
Secom	Secretaria de Comunicação Social
SEGP	Subcomitê Estratégico de Gestão de Pessoas
Sejud	Secretaria Jurídica e de Documentação
SES	Subcomitê Estratégico de Segurança Institucional
Seti	Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação
SGA	Subcomitê de Gestão Administrativa ou Sistema de Gestão Administrativo
SGE	Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SGT	Subcomitê Gestor de Tabelas
Sicom	Subcomitê de Comunicação Social
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança
Sigov	Sistema de Governança Institucional do MPF
Sppea	Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise
SPF	Subcomitê de Projetos Finalísticos
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SI-Saúde	Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
SSIn	Secretaria de Segurança Institucional
STF	Supremo Tribunal Federal
Stic	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TACs	Termos de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organograma do Ministério Público Brasileiro	15
Figura 2	Organograma do Ministério Público Federal	19
Figura 3	Cadeia de Valor dos Ofícios	23
Figura 4	Identidade visual do Projeto de Modernização dos Gabinetes (Mogab)	25
Figura 5	Imagem de divulgação da Certificação de ofícios do MPF	26
Figura 6	Mapa Estratégico do MPF	29
Figura 7	Organograma da estrutura de governança	32
Figura 8	Identidade visual do aplicativo do MPF Serviços	33
Figura 9	Evolução do ranking do Portal da Transparência do MPF	39
Figura 10	Identidade visual do Projeto MPF 30 anos	45
Figura 11	Identidade visual do Projeto Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)	80
Figura 12	Identidade visual do Projeto Integra + ...	84
Figura 13	Identidade visual do Projeto Único digital	84
Figura 14	Identidade visual do Projeto Amazônia Protege	85
Figura 15	Imagem ilustrativa do ciclo de vida de ativos de TIC	87
Figura 16	Mapa do Brasil com a divisão por regiões de atuação do MPF	88
Figura 17	Declaração do Contador	101

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Reunião da FT da Lava Jato	17
Foto 2	Fórum Mundial da Água	20
Foto 3	Memorial do MPF	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantitativo de serviços da Comunicação Social	36
Gráfico 2	Favorabilidade no atendimento dos serviços da Comunicação Social	37
Gráfico 3	Meios de recebimento em 2018	38
Gráfico 4	Manifestações recebidas pelo SAC	39
Gráfico 5	Categoria das manifestações recebidas	40
Gráfico 6	Meios das manifestações recebidas	40
Gráfico 7	Situação dos indicadores por Unidade	50

Gráfico 8	Total de iniciativas e indicadores por perspectiva do Mapa Estratégico	52
Gráfico 9	Execução orçamentária - 2017 X 2018	65
Gráfico 10	Valores pagos 2017X2018	65
Gráfico 11	Custeio 2018 - % de pagamento por elemento de despesa	66
Gráfico 12	Dotação autorizada - total de investimentos	67
Gráfico 13	Dotação autorizada - 2017 X 2018	67
Gráfico 14	Despesas pagas em 2018 - outros investimentos	67
Gráfico 15	Restos a pagar de exercícios anteriores a 2018	69
Gráfico 16	Saldo a pagar por ano de emissão do empenho	69
Gráfico 17	Principais itens de custos das despesas discricionárias	71
Gráfico 18	Sistema e-pessoal - indícios encaminhados ao TCU	73
Gráfico 19	Situação funcional - Corpo funcional de membros e servidores do MPF	73
Gráfico 20	Área de atuação - Corpo funcional de servidores do MPF	75
Gráfico 21	Faixa Salarial - Servidores do MPF	76
Gráfico 22	Faixa Salarial - Membros do MPF	76
Gráfico 23	Monitoramento e avaliação por indicador de implementação do Peti	84
Gráfico 24	Investimentos aplicados em T.I.C.	85
Gráfico 25	Investimentos em obras e instalações pagos em 2018 por UAG	92
Gráfico 26	Caixa e equivalente de Caixa	105
Gráfico 27	Reavaliação de ativos	109
Gráfico 28	Desincorporação de ativos	111
Gráfico 29	Execução dos restos a pagar não processados	112
Gráfico 30	Execução das despesas orçamentárias	112
Gráfico 31	Pagamento dos restos a pagar	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020	17
Tabela 2	Indicadores estratégicos do MPF	32
Tabela 3	Classes de manifestações	38
Tabela 4	Assuntos mais demandados em 2018	38
Tabela 5	Prazo médio de atendimento	39
Tabela 6	Assuntos mais demandados ao SAC do MPF em 2018	41
Tabela 7	Prazo das respostas às manifestações em 2018	41
Tabela 8	Principais tipos de riscos	43
Tabela 9	Mapeamento dos riscos dos Planos Diretores (PDs)	45

Tabela 10	Favorabilidade das ações judiciais.....	47	Tabela 47	Principais acréscimos e decréscimos na execução de pessoal na ativa.....	79
Tabela 11	Favorabilidade das ações de improbidade.....	47	Tabela 48	Distribuição percentual das execuções com aposentados em 2018.....	80
Tabela 12	Favorabilidade das ações criminais.....	48	Tabela 49	Distribuição percentual das execuções com pensionistas em 2018.....	80
Tabela 13	Favorabilidade das ações cíveis/tutela.....	48	Tabela 50	Quantitativo de servidores em estágio probatório.....	80
Tabela 14	Favorabilidade das ações eleitorais.....	48	Tabela 51	Quantitativo de servidores por classe/padrão.....	80
Tabela 15	Situação das iniciativas por Unidade.....	49	Tabela 52	Ocupação de cargos gerenciais no MPF.....	80
Tabela 16	Situação das iniciativas concluídas e em andamento por Secretaria Nacional, pela Conjur e pela CVE.....	50	Tabela 53	Eventos por programa.....	81
Tabela 17	Situação das medições dos indicadores por secretaria nacional, pela Conjur e pela CVE.....	51	Tabela 54	Capacitação MPF.....	81
Tabela 18	Total de indicadores, iniciativas e projetos por objetivo estratégico.....	51	Tabela 55	Incentivo a profissionalização.....	81
Tabela 19	Faixa de pontuação do processo de certificação.....	53	Tabela 56	Unidades visitadas – projeto Mais QVT.....	82
Tabela 20	Custos de projetos em 2018.....	54	Tabela 57	Custeios e investimentos específicos em T.I.C.....	85
Tabela 21	Principais resultados CCRs e PFDC.....	55	Tabela 58	Desfazimento de ativos.....	88
Tabela 22	Variação orçamentária do MPF – LOA 2018.....	64	Tabela 59	Bens ativos.....	88
Tabela 23	Composição do orçamento do MPF.....	64	Tabela 60	<i>Outsourcing</i> de impressão.....	89
Tabela 24	Custeio 2018.....	66	Tabela 61	Desfazimento de ativos da T.I.C.....	90
Tabela 25	Dotação e execução das despesas do Ministério Público Federal em 2017 e 2018.....	68	Tabela 62	Distribuição da frota oficial do MPF.....	90
Tabela 26	Dotação e despesa contingenciada 2017 x 2018.....	68	Tabela 63	Números gerais da frota oficial do MPF.....	91
Tabela 27	Custos totais do MPF.....	71	Tabela 64	Quantidade de veículos em processo de desfazimento.....	91
Tabela 28	Evolução das despesas discricionárias do MPF.....	71	Tabela 65	Despesas pagas referente a investimentos em obras e instalações no MPF.....	91
Tabela 29	Custos por programa governamental.....	72	Tabela 66	Panorama das edificações ocupadas pelo MPF.....	92
Tabela 30	Custos por ação orçamentária.....	72	Tabela 67	Despesas com locação de imóveis.....	93
Tabela 31	Legislação aplicável à gestão de pessoas do MPF.....	72	Tabela 68	Despesas com manutenção predial.....	93
Tabela 32	Integrantes do MPF – Distribuição nas Unidades.....	74	Tabela 69	Funcionamento administrativo – tipos de serviços.....	98
Tabela 33	Unidade de exercício – Corpo funcional de membros e servidores do MPF.....	74	Tabela 70	Valores pagos nas contratações por finalidade no MPF.....	98
Tabela 34	Gênero – Corpo funcional de servidores do MPF.....	74	Tabela 71	Valores pagos nas principais formas de contratação no MPF.....	99
Tabela 35	Gênero – Corpo funcional de membros do MPF.....	74	Tabela 72	Contratos vigentes em 2018 com maior impacto orçamentário.....	100
Tabela 36	Deficientes – Corpo funcional de servidores do MPF.....	74	Tabela 73	Demais créditos e valores a longo prazo.....	106
Tabela 37	Deficientes – Corpo funcional de membros do MPF.....	75	Tabela 74	Bens móveis – composição.....	106
Tabela 38	Média de idade – Corpo funcional de servidores do MPF.....	75	Tabela 75	Bens imóveis – composição.....	107
Tabela 39	Média de idade – Corpo funcional de membros do MPF.....	75	Tabela 76	Intangíveis – composição.....	108
Tabela 40	Carreira – Corpo funcional de membros e servidores do MPF.....	75	Tabela 77	Fornecedores e contas a pagar – por contribuinte em 31/12/18.....	108
Tabela 41	Raça – Corpo funcional de servidores do MPF.....	77	Tabela 78	Diversas variações patrimoniais aumentativas – composição.....	110
Tabela 42	Raça – Corpo funcional de membros do MPF.....	77	Tabela 79	Execução orçamentária da despesa.....	111
Tabela 43	Faixa etária – Corpo funcional de servidores do MPF.....	78			
Tabela 44	Faixa etária – Corpo funcional de membros do MPF.....	78			
Tabela 45	Comparativo entre despesas de pessoal e encargos sociais.....	79			
Tabela 46	Distribuição percentual das execuções de pessoal ativo em 2018.....	79			

1 VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1	Competências Institucionais e atuação do MPF	17
1.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento do MPF	18
1.3	Cooperação internacional	19
1.4	Estrutura organizacional	20
1.5	Ambiente externo	22
1.6	Modelo de negócios	25

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1	Planejamento estratégico	31
2.2	Indicadores estratégicos	31
2.3	Estrutura de governança	33
2.4	Canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas	35
2.4.1	Ouvidoria	37
2.4.2	Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC)	39
2.4.3	Portal da Transparência do MPF	41

3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1	Gestão de riscos do MPF	43
3.1.1	A política de gestão de riscos no MPU	43
3.1.2	Gestão de riscos em projetos estratégicos	44
3.1.3	Gestão de riscos nos planos diretores	44
3.1.4	Gestão de riscos nos processos de trabalho	45

4 RESULTADOS DA GESTÃO

4.1	Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos	47
4.2	Planejamentos temáticos e painéis de contribuição	48
4.3	Planos diretores	49
4.4	Iniciativas e indicadores	49
4.5	Certificação de desempenho	53
4.6	Acompanhamento da estratégia	53
4.7	Projetos no PEI 2011- 2020	54
4.8	Atuação Temática (CCRs e PFDC)	54

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1	Declaração do secretário-geral, Alexandre Camanho de Assis	61
5.2	Declaração do secretário de planejamento e orçamento	63
5.3	Gestão orçamentária e financeira	64
5.4	Gestão de custos	70
5.5	Gestão de pessoas	72
5.6	Gestão da tecnologia da informação	83
5.7	Gestão patrimonial e de infraestrutura	88
5.7.1	Desfazimento de ativos	88
5.7.2	Tecnologia da informação	88
5.7.3	Frota de veículos	90
5.7.4	Instalações e obras	91
5.8	Sustentabilidade ambiental e inovação	93
5.9	Declaração da Secretária de Administração	96
5.10	Gestão de licitações e contratos	98

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1	Declaração do contador	103
6.2	Demonstrações contábeis	103
6.3	Notas explicativas	103

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	115
7.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	116
7.3	Medidas de economicidade	117

8 APÊNDICES

Apêndice A	Organograma do MPF	119
Apêndice B	Balanço orçamentário - todos os orçamentos	120
Apêndice C	Balanço financeiro - todos os orçamentos	124
Apêndice D	Balanço patrimonial - todos os orçamentos	125
Apêndice E	Demonstrações das variações patrimoniais - todos os orçamentos	128
Apêndice F	Demonstrações dos fluxos de caixa - todos os orçamentos	130

APRESENTAÇÃO

Compatibilizar o pleno exercício das atribuições reservadas ao Ministério Público Federal pela Constituição Federal de 1988 com as restrições financeiras e orçamentárias que atingem o país. Esse foi o principal desafio que enfrentei à frente da gestão administrativa da Instituição ao longo de 2018. Para isso, o caminho adotado foi a implementação de providências que permitiram fazer mais com menos, seja a partir de renegociação de contratos ou do uso cada vez maior de recursos tecnológicos. Em relação à área-fim, defendi importantes teses jurídicas, como a possibilidade de prisão após decisão condenatória em segunda instância, a imprescritibilidade do ressarcimento do dano ao Erário decorrente de improbidade administrativa e a legitimidade do MP para cobrar multas penais.

Outra frente de atuação prioritária em 2018 foi a busca por efetividade na persecução penal – uma das premissas do Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal. Com esse propósito, defendi a higidez do sistema penal acusatório, apresentei denúncias e cobrei celeridade no processamento e julgamento de acusados por crimes como corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Com o mesmo vigor, apresentei aos tribunais superiores, notadamente ao Supremo Tribunal Federal, ações questionando a constitucionalidade de atos normativos que atingiram Direitos Humanos, Meio Ambiente e Comunidades Indígenas.

O resultado do trabalho pode ser constatado em números. Dados consolidados até o 4º trimestre de 2018 revelam que, em 81,87% das ações criminais, as decisões judiciais foram favoráveis ao encaminhamento do MPF. Nas ações de improbidade, esse índice foi de 73,46%. Os índices de favorabilidade das ações cíveis/tutela e das ações eleitorais foram de 78,74% e 85,25%, respectivamente. Os números também são expressivos quando é considerada a atuação extrajudicial. No período, foram firmados 598 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). O número é cinco vezes maior que a meta estipulada no Planejamento Estratégico (100 TACs/ano).

As eleições gerais ocorridas em 2018 exigiram uma atuação ampla e ágil do Ministério Público Eleitoral. Atuamos para garantir uma disputa justa, equilibrada e com adequada aplicação de recursos destinados ao financiamento eleitoral. Defendemos o respeito às cotas femininas – tanto para garantir percentual de candidaturas quanto de recursos financeiros aplicados – e também para combater as fake news.

Na esfera administrativa, o ano de 2018 terminou com avanços significativos na execução orçamentária. O MPF executou praticamente toda a dotação disponível. O índice chegou a 98,83% no caso das despesas empenhadas, e de 96,5% das despesas efetivamente pagas. A performance inédita na Instituição é fruto de um trabalho contínuo e vigilante de servidores de todos os setores.

A partir da premissa de fazer mais com menos, várias medidas foram implementadas. Dentre elas, é possível destacar o aperfeiçoamento do sistema de controle de viagens, o que permitiu uma economia de mais de meio milhão de reais na aquisição de passagens aéreas e diárias. Videoconferências substituíram reuniões presenciais, pesquisas mais apuradas e compras com maior antecedência garantiram a aquisição de passagens por preços que, em média, foram inferiores aos pagos em 2015.

A eficiência na aplicação dos recursos disponíveis foi decisiva para que se pudesse viabilizar projetos como o [“MPF Cidadão – 30 anos: Uma história de Combate ao Crime e de Proteção aos Direitos Humanos”](#) e a realização de eventos como a I Conferência das Procuradoras da República, bem como a criação do [Instituto Global do Ministério Público para o Ambiente](#). As ações guardam consonância tanto com o Planejamento Estratégico Institucional quanto com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Projeto “MPF Cidadão – 30 anos: Uma história de Combate ao Crime e de Proteção aos Direitos Humanos” foi lançado em comemoração aos 30 anos da atual configuração do Ministério Público, definida na Constituição de 1988. Com o propósito de resgatar a história do MPF, por meio de pesquisas documentais, coleta de depoimentos e exposição virtual da história do Órgão, o projeto deu vida a mais de 40 ações e eventos nas diversas áreas de atuação do Ministério Público Federal e da Escola Superior do MPU. O ponto de partida foi a atuação temática das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, da função eleitoral e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

A projeto foi encerrado em dezembro, com a inauguração do novo Memorial MPF, localizado na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Digital e interativo, o Memorial traz a história do Ministério Público em ambiente aberto a toda a sociedade. Na ocasião, também foi lançado o aplicativo MPF Serviços, para dispositivos móveis, que busca aproximar a Instituição da sociedade.

Com vista a ampliar e fortalecer a atuação do MP em defesa do Meio Ambiente, foi criado o Instituto Global do Ministério Público para o Ambiente, que já conta com a adesão de 16 países. A entidade tem como objetivo promover o intercâmbio de informações entre os integrantes, assim como o compartilhamento de experiências em investigações, processos e sanções na área ambiental. Também em 2018, foi realizada a segunda etapa do projeto Amazônia Protege, desenvolvido pela Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4CCR), que identificou 2,3 mil pessoas ou empresas associadas a todos os desmatamentos ilegais com área igual ou superior a 60 hectares na chamada Amazônia Legal.

APRESENTAÇÃO

Para 2019, a perspectiva é manter o rigor no controle de gastos, cumprir os preceitos da EC 95/2016, bem como garantir os recursos e meios adequados para que cada membro ou servidor da Instituição possa fazer a sua parte, contribuindo para o cumprimento da missão institucional: promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado Democrático de Direito.

Por fim, DECLARO que este Relatório apresenta de forma sucinta as principais realizações e resultados alcançados em 2018, visando ao atingimento dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico. Aceitamos o desafio de inovação proposto pelo Tribunal de Contas da União e elaboramos um relatório de gestão na forma de relato integrado, conforme Decisão Normativa TCU/17/2018. Nessa linha, foram adotados neste trabalho os seguintes princípios: foco estratégico e orientação para o futuro; conectividade das informações; relação com as partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; coerência e comparabilidade.

Tenha uma ótima leitura!



Raquel Elias Ferreira Dodge
Procuradora-geral da República



RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL

1 VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E ATUAÇÃO DO MPF

O Ministério Público Federal integra o Ministério Público brasileiro, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. O Ministério Público brasileiro é formado pelos Ministérios Públicos dos Estados e pelo Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O MPF, assim como o Ministério Público brasileiro, não faz parte de nenhum dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Apesar disso, ele consta na Constituição Federal como uma das funções essenciais à justiça (art. 129) e tem independência funcional assegurada pela Carta Cidadã.

O chefe do MPU e do MPF é o procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República, com autorização da maioria absoluta do Senado Federal. Em 18 de setembro de 2017, teve início o mandato da atual procuradora-geral da República, [Raquel Elias Ferreira Dodge](#), que se encerra em 18 de setembro de 2019.

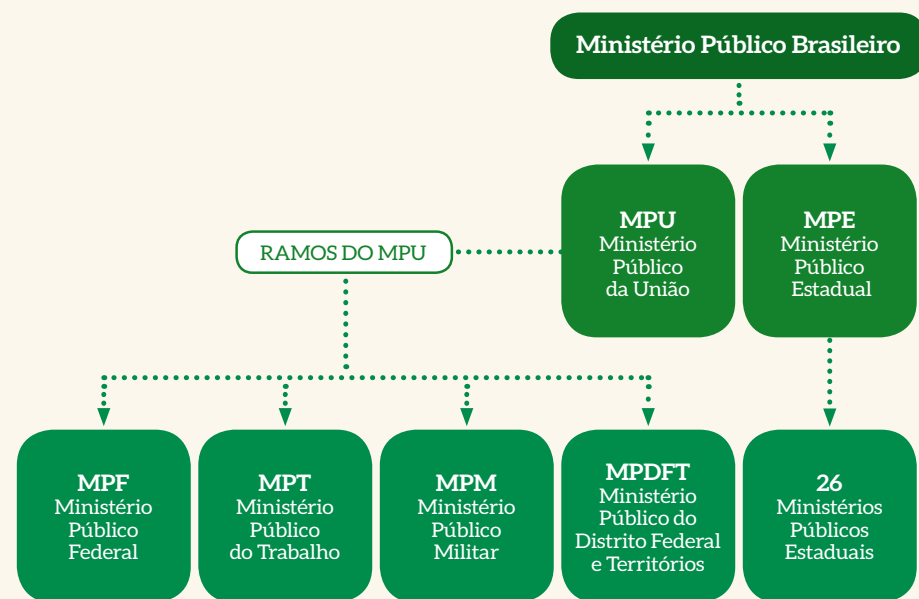


Figura 1 Organograma do Ministério Público Brasileiro

O MPF atua como fiscal da lei. A ele cabe ingressar com ações em nome da sociedade, oferecer denúncias criminais, fiscalizar a aplicação das leis, defender o patrimônio público, zelar pelo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição e ser ouvido em todos os processos em andamento na Justiça Federal que envolvam o interesse público relevante, mesmo que não seja parte na ação.

A [Lei Complementar nº 75/1993](#) dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do MPU. Relativamente ao MPF, a LC nº 75/1993 estabelece que o funcionamento de diversos de seus órgãos será disciplinado em Regimentos Internos Específicos aprovados pelo Conselho Superior do MPF. Além desses, há também o [Regimento Interno Diretivo do MPF](#), o Regimento Interno do Gabinete do PGR, o [Regimento Interno Administrativo](#), os Regimentos dos Conselhos do MPF, da Corregedoria, das Câmaras de Coordenação e Revisão e do Colégio de Procuradores da República.

A [missão, a visão e os valores do MPF](#) foram definidos a partir do debate entre membros e servidores durante a elaboração do 1º Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020. Seguem demonstradas a seguir a visão, a missão e as temáticas de atuação do MPF:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2011-2020

Visão	Até 2020 - Ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção
Missão	Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado Democrático de Direito
O MPF exerce suas competências em todo o território nacional e atua por iniciativa própria ou mediante provocação nas seguintes temáticas:	
Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral	
Criminal	
Consumidor e Ordem Econômica	
Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	
Combate à Corrupção	
Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	
Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional	
Direitos do Cidadão	
Eleitoral	
Cooperação Internacional	

Tabela 1 Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020

1.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MPF

Os arts. 127 a 130-A da Constituição Federal de 1988 fixam os princípios e as prerrogativas institucionais do Ministério Público, sua abrangência de atuação, suas funções institucionais e as garantias e vedações relativas aos seus membros.

Mais especificamente, o art. 128, § 5º, da Carta Magna, estabelece que cabe a lei complementar, cuja iniciativa é facultada ao procurador-geral da República, estabelecer a organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União (MPU).

Nesse sentido, foi editada a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Relativamente ao Ministério Público Federal (MPF), a LC nº 75/1993 estabelece que o funcionamento de diversos de seus órgãos será disciplinado em Regimentos Internos Específicos aprovados pelo Conselho Superior do MPF.

Quanto à organização administrativa da Instituição, o art. 49, incisos XX e XXII, da LC nº 75/1993, estabelece que é atribuição do procurador-geral da República, como chefe do MPF, a prática de atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal e a coordenação das atividades da Instituição. Essa diretriz fundamentou a edição do Regimento Interno Diretivo do MPF, cujos arts. 101 e 103 estabelecem que compete ao secretário-geral a edição de Regimento Interno Administrativo e a realização de alterações na estrutura administrativa no âmbito do MPF.

Fundamentado nesse contexto normativo, o procurador-geral da República, o secretário-geral do MPF e o Conselho Superior do MPF editaram diversos atos, a seguir discriminados, para normatizar a estrutura administrativa da Instituição e o funcionamento de seus órgãos e de suas unidades.

REGIMENTO INTERNO DIRETIVO DO MPF

[Portaria PGR/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015](#), alterada pelos seguintes atos:

Portaria PGR/MPF nº 677, de 10 de setembro de 2018;

Portaria PGR/MPF nº 615, de 18 de julho de 2017;

Portaria SG/MPF nº 362, de 11 de maio de 2016;

Portaria PGR/MPF nº 194, de 21 de março de 2016;

Portaria SG/MPF nº 168, de 2 de março de 2016; e

Portaria PGR/MPF nº 1.016, de 1º de dezembro de 2015.

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

[Portaria nº 556, de 13 de agosto de 2014](#), alterada pelos seguintes atos:

Portaria PGR/MPF nº 771, de 25 de agosto de 2017;

Portaria PGR/MPF nº 764, de 24 de agosto de 2017;

Portaria PGR/MPF nº 76, de 30 de janeiro de 2017;

Portaria PGR/MPF nº 377, de 30 de maio de 2016;

Portaria PGR/MPF nº 300, de 29 de abril de 2016;

Portaria PGR/MPF nº 1.012, de 1º de dezembro de 2015;

Portaria PGR/MPF nº 957, de 13 de novembro de 2015;

Portaria PGR/MPF nº 336, de 30 de abril de 2015; e

Portaria PGR/MPF nº 84, de 23 de fevereiro de 2015.

REGIMENTO INTERNO ADMINISTRATIVO DO MPF

[Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015](#), alterada pelos seguintes atos:

Portaria SG/MPF nº 741, de 17 de setembro de 2018;

Portaria SG/MPF nº 363, de 11 de maio de 2016;

Portaria SG/MPF nº 284, de 15 de abril de 2016; e

Portaria SG/MPF nº 1.121, de 1º de dezembro de 2015.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MPF

[Resolução CSMPF nº 168, de 2 de agosto de 2016](#)

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO INSTITUCIONAL DO MPF

[Resolução CSMPF nº 165, de 6 de maio de 2016](#)

REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA DO MPF

[Resolução CSMPF nº 100, de 3 de novembro de 2009](#), alterada pelos seguintes atos:

Resolução CSMPF nº 123, de 6 de dezembro de 2011; e

Resolução CSMPF nº 137, de 10 de dezembro de 2012.

REGIMENTO INTERNO DAS CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

1ª Câmara – [Resolução CSMPF nº 164, de 6 de maio de 2016](#);

- 2ª Câmara – [Resolução CSMPF nº 128, de 8 de maio de 2012](#);
 3ª Câmara – [Resolução CSMPF nº 145, de 5 de agosto de 2013](#), alterada pela Resolução nº 158, de 19 de agosto de 2015;
 4ª Câmara – [Resolução CSMPF nº 20, de 6 de fevereiro de 1996](#), alterada pelas Resoluções nº 23, de 23 de abril de 1996, nº 26, de 4 de junho de 1996, nº 31, de 27 de junho de 1997, nº 40, de 31 de março de 1998, nº 119, de 4 de outubro de 2011, nº 148, de 1º de abril de 2014, e nº 163, de 5 de abril de 2016;
 5ª Câmara – [Resolução CSMPF nº 171, de 6 de setembro de 2016](#);
 6ª Câmara – [Resolução CSMPF nº 136, de 10 de dezembro de 2012](#); e
 7ª Câmara – [Resolução CSMPF nº 166, de 6 de maio de 2016](#).

REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DA REPÚBLICA

[Resolução CSMPF nº 56, de 21 de fevereiro de 2000](#).

1.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O combate à criminalidade e à corrupção é um dos objetivos estratégicos que vêm contribuindo para o alcance da visão definida no Planejamento Estratégico Institucional, resultando em reconhecimento internacional do Órgão. O MPF mantém contato permanente com autoridades estrangeiras para auxílio jurídico em investigações e processos que envolvem mais de um país. A Secretaria de Cooperação Internacional, vinculada ao Gabinete da PGR, é responsável por auxiliar todos os membros do MPF nessa interlocução, em matéria de assistência jurídica, extradição e transferência de processos e de condenados.

De janeiro a dezembro de 2018, o MPF fez 562 pedidos de cooperação a 69 países e abriu 840 procedimentos para atender solicitações das autoridades de 66 nações, em questões cíveis, criminais e de pensão alimentícia. Os pedidos incluem, por exemplo, bloqueio de bens e contas bancárias, obtenção de informações, cooperação em interrogatórios, busca e apreensão de bens, entre outros.

Em 2018, a cooperação jurídica do MPF, com autoridades de outros países, contribuiu de forma decisiva para operações de combate à corrupção, prisões de pessoas no Brasil e no exterior, além de extradições de envolvidos em crimes. No decorrer do ano, como fruto de cooperação com Portugal, aconteceu, em setembro, a segunda etapa da Operação Lava Jato no exterior. Como resultado da atuação conjunta de autoridades brasileiras e uruguaias, outra operação, a “Câmbio, desligo”, desarticulou um grande es-

quema de movimentação de recursos ilícitos e resultou no pedido de sequestro e arresto de bens e valores no total de R\$ 7,5 bilhões de reais para restituição dos valores movimentados ilicitamente (R\$ 3,7 bilhões) e reparação de danos morais coletivos.

Também foram feitas tratativas para viabilizar a criação de equipes conjuntas de investigações entre o Brasil e outros países, como Portugal e Paraguai.

O fortalecimento da cooperação jurídica com outros países foi outro esforço empreendido no sentido de avançar nas investigações da Lava Jato. Como fruto desse trabalho, a 54ª fase da operação, em Lisboa, cumpriu cinco mandados de busca e apreensão em endereços da cidade portuguesa.

Além disso, no decorrer do ano, a Procuradoria-Geral da República viabilizou uma série de reuniões de trabalho entre procuradores do MPF, membros das Forças-Tarefa e do GT da Lava Jato, e delegação de procuradores do Ministério Público da Confederação Suíça. Em 2018, apenas para subsidiar investigações relacionadas à Lava Jato em todo o país, o MPF fez 117 pedidos de cooperação jurídica para 34 países e 276 procedimentos foram instaurados na Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) da PGR para atender a demandas de 27 nações.



Foto 1 Reunião da FT da Lava Jato

Legislação – Outro objetivo estratégico fortalecido por meio da atuação em cooperação internacional é o de fomentar e acompanhar a produção de proposições legislativas no interesse da missão. Normas para auxiliar as investigações internacionais passaram a vigorar em 2018 e tiveram acompanhamento da procuradoria-geral da República.

Em maio, o MPF enviou ao Congresso Nacional nota técnica favorável à proposta de Lei Geral de Proteção de Dados, sancionada em agosto (Lei nº 13.709/2018). A norma regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais no Brasil.

Em outubro, o Senado Federal promulgou o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 104/2018, que facilita o trabalho do MPF no combate aos crimes cometidos nas fronteiras do Brasil. A norma confirma acordo de cooperação entre países do Mercosul e Estados associados para a criação de equipes conjuntas de investigação. O documento promulgado estabelece regras relativas à implementação do Acordo Quadro de Cooperação do Mercosul.

O Mandado Mercosul de Captura e o Acordo Quadro do bloco para a formação de Equipes Conjuntas de Investigação representam avanços institucionais para a persecução aos graves crimes que ocorrem nos milhares de quilômetros de fronteiras brasileiras e que afetam em especial as populações das mais de 30 cidades-gêmeas nacionais.

Redes – Para intensificar o fluxo de conhecimento e informações a fim de aprimorar o desempenho da missão institucional, previsto no objetivo estratégico "trabalho em grupo e parcerias", o MPF investiu em avanços na cooperação com países europeus e da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP) e no âmbito da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP).

A partir de julho de 2018, o MPF passou a integrar a Rede Judiciária Europeia (EJN) e participou em novembro, pela primeira vez, da reunião anual do grupo em Viena.

Em agosto de 2018, a PGR sediou o I Encontro da Rede Ibero-Americana de Procuradores contra a corrupção, sob a coordenação do MPF.

Em novembro, a PGR sediou o XVI Encontro de PGRs da CPLP, que resultou na criação de duas novas redes: uma contra o tráfico de drogas e outra de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, esta última sob coordenação do MPF brasileiro.

Também foi criado o Grupo Executivo para o Combate à Corrupção Transnacional do MPF. A iniciativa busca promover a articulação com órgãos internacionais e dar eficácia a normas previstas em tratados e convenções sobre o tema, mas que precisam ser internalizadas no ordenamento jurídico brasileiro. Os integrantes atuam na SCI, na Câmara de Combate à Corrupção (5CCR) e na Força-Tarefa da Lava Jato. Um dos objetivos do Grupo Executivo é a definição de estratégias nos foros internacionais relativos ao combate à corrupção – o Grupo de Trabalho sobre Suborno (WGB), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic) e o Grupo de Revisão da Implementação da Convenção da ONU contra a Corrupção (Uncac).

Ferramentas – No campo da recuperação de ativos de valores ilícitos enviados ao exterior, a SCI e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI/MJ) assinaram termo de compromisso que atualiza a rotina de troca de informações em meio eletrônico entre os dois órgãos. O acordo possibilita que pedidos de cooperação passiva e a troca de informações entre as instituições sejam feitos em meio digital, dando maior agilidade à comunicação e dispensando o trâmite físico.

Em outra frente de atuação, MPF e Advocacia-Geral da União (AGU) buscam a criação de um mecanismo para acelerar o processo de devoluções de valores de origem ilícita enviados ao exterior. Uma ferramenta digital será implementada como principal meio de comunicação entre os dois órgãos, agilizando o andamento dos processos que visam à recuperação de ativos mantidos em outros países. Atualmente, a PGR trabalha com 14 casos que buscam, no total, a devolução de mais de US\$ 650 milhões.

Para aprimorar e facilitar os pedidos de cooperação internacional em processos e investigações que envolvam mais de um país, a SCI também avançou nas tratativas para implantar no Brasil um sistema eletrônico nos moldes do criado na Espanha e já adotado em países da União Europeia (UE). A iniciativa é promovida pela UE por meio do Programa de Assistência contra o Crime Transnacional Organizado da Europa para a América Latina – El Pacto, que vai financiar a implantação do sistema no Brasil. A ferramenta conta com formulários digitais que já trazem todos os campos de preenchimento obrigatório para fazer um pedido de cooperação jurídica a outro país. Além disso, possibilita acesso facilitado à legislação de países com os quais se pretende cooperar.

Meio ambiente – A cooperação internacional tem voltado também sua atuação ao alcance do objetivo estratégico que visa à prevenção de danos sociais e ao incremento do sistema de proteção da cidadania. Nesse sentido, o MPF participou, pela primeira vez, do Fórum Mundial da Água (FMA), em março. Na ocasião, a PGR anunciou a criação do Instituto Global do Ministério Público para o Ambiente. Em menos de um ano, o estatuto do instituto foi aprovado por 16 países. O organismo visa promover o intercâmbio de informações entre os integrantes, assim como o compartilhamento de experiências em investigações, processos e sanções na área ambiental.

1.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A figura a seguir reflete o Organograma do MPF. As competências, os titulares, os cargos e os períodos de atuação das unidades estratégicas do MPF são informadas no capítulo Apêndices - Apêndice A.

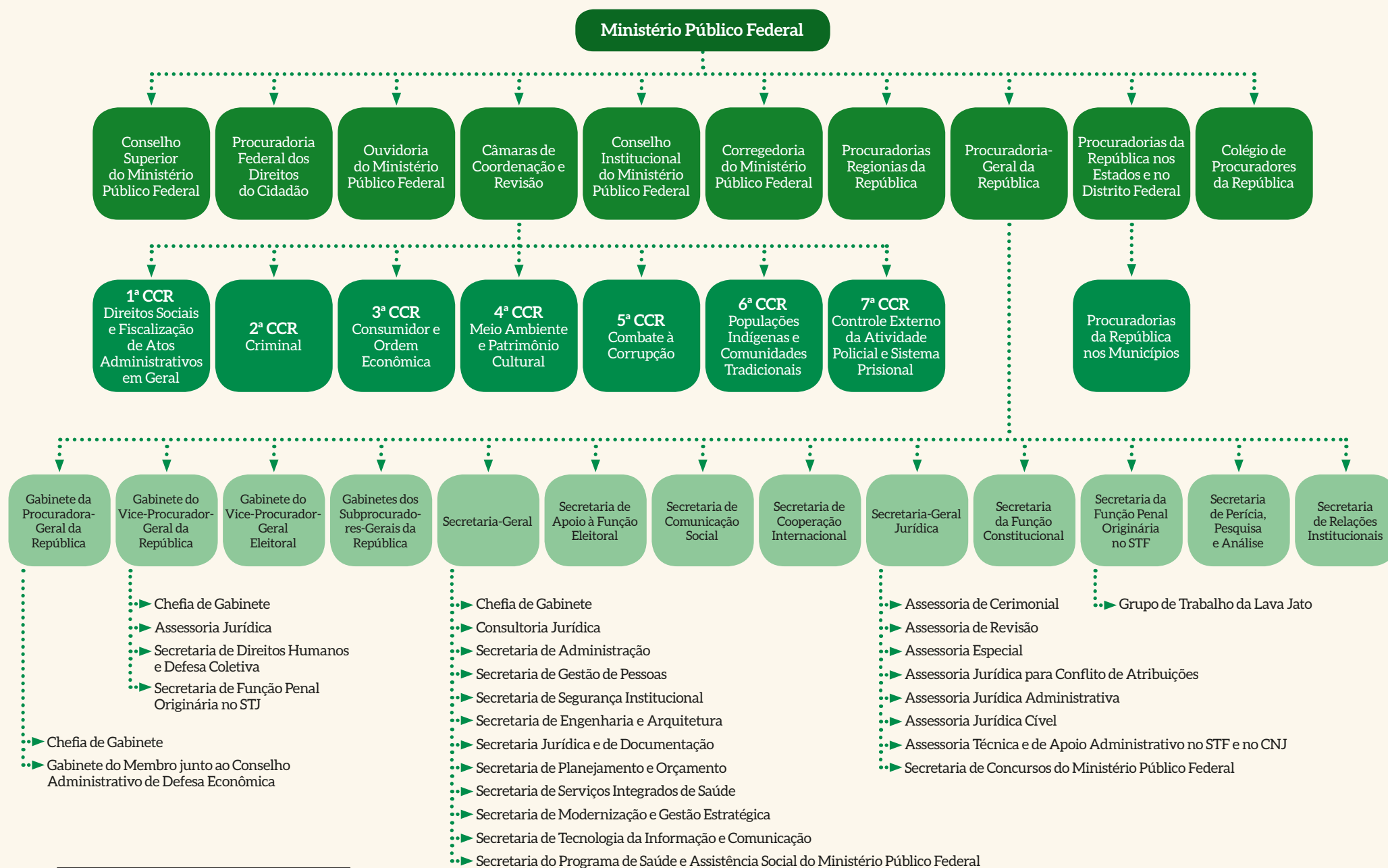


Figura 2 Organograma do Ministério Público Federal

1.5 AMBIENTE EXTERNO

O MPF, buscando conferir equilíbrio a todas as áreas de sua atuação, tem executado o Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020 que traz, na perspectiva Sociedade, os seguintes objetivos: “combate à criminalidade e à corrupção”, “proteção do Regime Democrático e promoção dos Direitos Fundamentais”, “atuação preventiva”, “aproximação com o cidadão” e “trabalho em grupo e parcerias”.

Nesse contexto, cabe uma breve explanação da atuação do MPF em relação a cada um desses objetivos, tendo em vista a sua incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo a Sociedade como cliente.

Há de se ponderar, inclusive, mudanças no âmbito de direitos humanos, saúde, valores coletivos e sistemas educacionais, além de desafios ambientais, que ensejam uma atuação efetiva do Ministério Público nas perspectivas retratadas a seguir, restando destacados os dados constantes do item atuação temática deste relatório, em que são descritos os temas e atuações, bem como os produtos e principais resultados das CCRs e da PFDC referentes ao exercício de 2018.

Combate à criminalidade e à corrupção – De acordo com o relatório de prestação de contas das ações realizadas no período de setembro de 2017 a setembro de 2018, foram apresentadas 46 denúncias ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra 144 pessoas pela prática de corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa, entre outros crimes. Desse total, 32 foram apresentadas ao STF, contra 98 pessoas, e 14 ao STJ, envolvendo 46 acusados. Cinco pessoas foram denunciadas em mais de uma ação. Das denúncias feitas ao STF, quatro decorrem de investigações da operação Lava Jato.

No período, também foi solicitada a abertura de 85 inquéritos para apurar crimes envolvendo autoridades com prerrogativa de foro. Para subsidiar as investigações, foram requeridas 112 medidas cautelares aos Tribunais Superiores, que envolvem quebras de sigilos, buscas e apreensão, e prisões. Foram encaminhadas, ainda, 19.062 manifestações aos três tribunais superiores (STJ, STF e TSE), como ciências de decisões, recursos, pedidos de compartilhamento de provas e informações, entre outros.

Atuação preventiva - As manifestações ao STF também incluíram os pedidos feitos ao relator da Lava Jato para assegurar o cumprimento imediato e integral dos acordos firmados com colaboradores. O objetivo foi assegurar a recuperação de valores desviados, o pagamento de multas, as indenizações de vítimas, o ressarcimento ao erário, bem como o cumprimento das penas aplicadas, como prisões e

outras medidas alternativas ao cárcere.

Com o objetivo de evitar a impunidade, também solicitou-se ao STF e ao STJ prioridade na tramitação de 20 ações com risco de prescrição, além da execução imediata da pena aplicada a condenados.

No STF, sustentou-se ser constitucional o início da execução da pena após decisão em segunda instância. Ademais, defendeu-se a imprescritibilidade para propositura de ação de ressarcimento ao erário em caso de improbidade administrativa, visto que a restituição aos cofres públicos dos danos causados pelo desvio dos recursos públicos é prioridade e “cláusula inegociável”.

Proteção do Regime Democrático e promoção dos Direitos Fundamentais – A proteção dos direitos fundamentais do cidadão teve lugar de destaque em 2018 na atuação do MPF, sobretudo em matérias relacionadas às populações indígenas e tradicionais, presos, mulheres, educação, transgênicos e migrantes. O trabalho em prol dos direitos humanos ocorreu em várias frentes, passando pelos âmbitos civil, criminal e eleitoral.



Foto 2 Fórum Mundial da Água

Na área ambiental, houve a participação no Fórum Mundial da Água (FMA), em março, no qual houve o anúncio da criação do Instituto Global do Ministério Público para o Ambiente. Em novembro, 16 países aprovaram o estatuto do orga-

nismo que visa a promover o intercâmbio de informações entre os integrantes, assim como o compartilhamento de experiências em investigações, processos e sanções na área ambiental.

Outro foco da atuação do MPF em 2018 visou garantir a aplicação integral dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) na educação, conforme previsto na legislação brasileira. O objetivo é assegurar o acesso dos municípios a recursos bloqueados, mas sob a condição de serem investidos integral e exclusivamente nas ações e serviços públicos de educação. Em aproximadamente 60 manifestações enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), o MPF reiterou posicionamento acerca do emprego adequado da verba e pediu que os municípios informassem se teriam conta corrente específica para receber e movimentar o recurso.

Encontro de alinhamento institucional em agosto de 2018 por iniciativa do MPF reuniu em Brasília todos os procuradores-gerais de Justiça, além de representantes do TCU e da AGU. Os participantes da reunião reafirmaram o compromisso de buscar a aplicação correta do recurso. Como resultado, foi criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional Fundef/Fundeb, que conta com membros do MPF, dos MPs dos 18 estados com precatórios a receber e dos MPs de Contas. O grupo produziu e disponibilizou um manual de atuação para auxiliar procuradores e promotores no trabalho relacionado ao Fundef. A iniciativa integra a ação coordenada #Juntos pela Educação, que já resultou em 500 recomendações expedidas e 25 Termos de Ajustamento de Conduta firmados sobre o tema.

Aproximação com o cidadão - O ano de 2018 foi marcado pelo Projeto “MPF Cidadão - 30 Anos: uma história de Combate ao Crime e de Proteção aos Direitos Humanos”, lançado em 14 de dezembro de 2017 – Dia Nacional do Ministério Público. Além de comemorar os 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 e a nova configuração do Ministério Público Federal (MPF) a partir dela, o projeto visou resgatar a memória institucional e aproximar a sociedade da Instituição.

Para isso, aconteceram mais de 30 atividades destacando as diversas atuações do MPF como órgão essencial à Justiça que tem como incumbência a defesa das leis, da democracia e dos interesses difusos e coletivos nas áreas de meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico, pessoa com deficiência, criança e adolescente, comunidades indígenas e minorias.

Foi destaque a campanha desenvolvida para o projeto Amazônia Protege, que mostrou como o MPF atua para combater o desmatamento ilegal. A ação contou ainda com o tuitaço “Todos pela Amazônia”, que ficou entre os assuntos mais comentados do twitter; e buscou a sensibilização para a preservação da floresta ama-

zônica e divulgação do projeto Amazônia Protege.

Em 2018, destacaram-se ainda as iniciativas desenvolvidas para o #ABRILíndigena e Maio Cigano, que tiveram ampla divulgação nos diversos veículos internos e externos do MPF, como intranet e mural digital, site e redes sociais.

O projeto foi encerrado com o lançamento do Memorial MPF. Com o mote “Nossa História em Movimento”, o espaço foi inaugurado em 14 de dezembro de 2018. Os diversos eventos resultados do projeto foram retratados na exposição temporária do novo Memorial MPF.



Foto 3 Memorial do MPF

O Memorial MPF tem cerca de 300 m² divididos em oito áreas e deve se tornar novo ponto de visitação cívica em Brasília. Localizado no térreo do bloco C da sede da PGR, o local busca receber o público em um espaço mais acessível, com programas socioeducativos e agenda de exposições temporárias e permanentes. O local também dispõe de auditório com capacidade para 50 pessoas.

Dois documentários produzidos durante o projeto serão lançados em 2019. Um deles com enfoque no relacionamento entre o cidadão e o MPF e o outro aborda a história da elaboração do capítulo do Ministério Público na Constituição Federal. Os materiais foram produzidos com a coordenação da Secretaria de Comunicação Social da PGR.

Há de se ressaltar, ainda, a relevância dos canais de comunicação com a socie-

dade e as partes interessadas do MPF, conforme detalhamento constante do item 2.4 deste relatório.

Trabalho em grupo e parcerias - Como forma de dar maior efetividade às investigações, no ano de 2018, o MPF buscou intensificar a cooperação jurídica com outros países. O uso desse instituto é fundamental para a coleta de provas, sobretudo, no enfrentamento de casos de corrupção e de lavagem de dinheiro. Detalhamentos da atuação do MPF nessa frente constam registrados no item 1.3 deste relatório.

Em relação à extradição passiva, houve o aprimoramento do processo de análise dos pedidos que chegam à Procuradoria-Geral da República. Antes, os pedidos eram distribuídos aleatoriamente aos membros que atuam na área criminal no Supremo Tribunal Federal (MPF). Agora, os pedidos são analisados pela Secretaria-Geral Jurídica (SGJ) ligada ao Gabinete da PGR. Durante o ano passado, 203 feitos foram expedidos em processos que tratam de extradição. Nesse quantitativo, estão incluídos requerimentos de medida cautelar de prisão, manifestações, pareceres e recursos.

Ademais, quando se analisa o ambiente externo de órgãos públicos, resta indispensável considerações frente às ameaças decorrentes das limitações econômicas do país.

O atual cenário econômico, que apresenta uma retração do Produto Interno Bruto – PIB por 2 (dois) exercícios financeiros seguidos, de 2015 e de 2016, além do baixo crescimento em 2017, no total de 1,0%, afetaram diretamente as contas públicas, obrigando os gestores a readequarem seus gastos, tanto para atuar frente às restrições presentes como às futuras.

Das limitações econômicas ocorridas, foi elaborada e aprovada a Emenda Constitucional 95/2016, que se constitui em limitação financeira aos órgãos de todos os Poderes no âmbito do Governo Federal. Como consequência da EC 95, ocorreu limitação dos recursos orçamentários, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, da Proposta Orçamentária de 2018, que se vinculou ao valor constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2017, acrescido do acumulado do IPCA de julho de 2016 a junho de 2017, cujo valor foi de 3%. Todo o cenário apenas demonstra a restrição aplicada ao Ministério Público da União – MPU.

A administração tem tomado atitudes frente às restrições impostas pela Emenda Constitucional nº 95, além de suas consequências orçamentárias, preparando o órgão para a redução financeira que será gerada a partir do exercício financeiro de 2020, quando não mais haverá compensação do Poder Executivo para que seja possível cobrir o excesso de despesas primárias apresentadas pelo MPU. Apenas para ressaltar o impacto dessa compensação, o Poder Executivo disponibilizou o

total de R\$ 218,7 milhões na Lei Orçamentária Anual de 2017 e de R\$ 53,7 milhões na Lei Orçamentária Anual de 2018, pois não seria possível ao órgão se enquadrar nas limitações da EC 95 e atender ao preceituado no atual texto constitucional.

Nesse contexto, torna-se ainda mais forte e latente a necessidade de se ponderar e repensar gastos frente a novos cenários econômicos, tomando decisões no sentido de conter o aumento indiscriminado das despesas obrigatórias, que têm prioridade de execução e, por esse motivo, de planejamento. Nesse sentido, pode-se citar o posicionamento da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – TCU no âmbito do Acórdão 2.779/2017-Plenário, que afirma que “as trajetórias das despesas evidenciam que, antes do exercício de 2023, órgãos e entidades da Administração Pública Federal correm sério risco de perder sua capacidade operacional, visto que, para o cumprimento dos limites impostos pela EC nº 95/2016, as despesas discricionárias terão que ser reduzidas até se tornarem nulas. Ressalta-se que parte expressiva dessas despesas primárias, embora classificada como discricionária, é de fato essencial à operação cotidiana das organizações, englobando itens como água, energia, telefone, aluguéis, manutenção, limpeza, segurança, entre outros; logo, sem essas despesas, órgãos e entidades se tornarão incapazes de executar atribuições básicas”.

Portanto, considerando as normas vigentes após a inclusão da Emenda Constitucional nº 95 no ordenamento jurídico, será necessária a restrição de despesas discricionárias no mesmo montante do aumento de despesas primárias obrigatórias para o atendimento dos limites financeiros estipulados pela legislação. Relembra-se que o limite financeiro sofre o reajuste apenas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o que significa que os incrementos de despesas não poderão ser superiores ao índice de inflação aferida no período. Porém, há reajustes obrigatórios, como contratos contínuos, aumentos para membros e servidores aprovados por lei, dentre outros, que ocorrem independentemente da existência de limites financeiros estipulados.

Diante da relevância do tema, o presente relatório contempla item específico para tratar das medidas de economicidade adotadas no âmbito do MPF, com invariáveis detalhamentos das práticas adotadas no transcurso deste documento.

Ainda sobe o ambiente externo, há de se ponderar que a velocidade e o efeito de mudanças tecnológicas impactam cada vez mais a atuação de órgãos públicos. A fim de retratar a reação do MPF frente a esse cenário, o item 5.6 Gestão da Tecnologia da Informação discorre sobre o montante de recursos aplicados em TI; sobre as principais ações executadas pela área de Tecnologia da Informação; sobre os principais desafios e ações futuras; dentre outras abordagens.

Por fim, no âmbito administrativo, registra-se o tratamento de determinações do Tribunal de Contas da União e de recomendações da Auditoria Interna do Ministério Público da União, ambos destacados nos itens 7.1 e 7.2 do presente relatório; além de outras obrigações legais, com destaque, no ano de 2018, para aplicação da cota de negros ao 10º Concurso Público para Servidores do Ministério Público da União e ao 29º Concurso Público para Procurador da República do Ministério Público Federal, em prol da equidade de raça/cor/etnia, bem como para a implantação da Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (E-Social), conforme registrado no item 5.5 Gestão de Pessoas.

1.6 MODELO DE NEGÓCIOS

O MPF atua, em regra, por meio de [processos judiciais e procedimentos extra-judiciais](#), em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, por meio das procuradorias da República nos estados e nos Municípios, procuradorias regionais da República e procuradoria-geral da República. No Portal da Transparência, pode ser acessado o [Mapa da Atuação do MPF](#) de forma interativa.

As diretrizes de atuação do MPF são feitas pelas [7 Câmaras de Coordenação e Revisão \(CCRs\)](#), que são órgãos setoriais organizados por função ou matéria, que coordenam, integram e revisam o exercício funcional dos membros da Instituição. As competências das CCRs estão descritas no rol do [art. 62 da LC nº 75/1993](#).

Os macroprocessos finalísticos correspondem aos grandes conjuntos de processos de trabalho pelos quais o MPF cumpre a sua missão e cuja operação tem impactos significativos na forma de funcionamento da Instituição. O macroprocesso finalístico do MPF é o de defesa dos interesses da sociedade. Os subprocessos finalísticos, por sua vez, são os previstos na Cadeia de Valor do MPF.

Em outubro de 2014, o MPF deu início ao [Projeto de Modernização dos Gabinetes \(Mogab\)](#). Ele foi dividido em 10 etapas e executado com o apoio de consultoria especializada. A consultoria foi de suma importância e apoiou o MPF no mapeamento e manualização das rotinas dos gabinetes nas PRs, PRRs e PGR, identificando boas práticas por membros e servidores nos trabalhos no gabinete.

Essa etapa foi responsável pela construção da [Cadeia de Valor dos Oficinas do MPF](#) (clique para assistir ao vídeo explicativo), que organiza as atividades executadas nos gabinetes para geração de valor com foco na eficiência e efetividade da atuação dos membros. A Cadeia de Valor apresenta um modelo que direciona os esforços institucionais para os resultados esperados do MPF. As interações com o gabinete estão

organizadas em dois tipos: processos transversais da área-fim (ex: CCRs) e os processos transversais da área-meio (ex: suporte tecnológico e treinamento). Por meio desses processos, são geradas interações que criam uma cultura colaborativa, auxiliando o alcance dos resultados esperados.

O acompanhamento aplicado à realidade do MPF se traduz, principalmente, na correição, de competência da Corregedoria – que é o órgão capaz de interagir com todo o ciclo da Cadeia de Valor do MPF.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento, um dos alicerces da modernização da atuação finalística, consiste na criação, aquisição e utilização de ativos do conhecimento e no estabelecimento de fluxos úteis à implementação de boas práticas, com foco no aumento de eficiência e na melhoria da qualidade de processos, produtos e serviços do Ministério Público Federal.

No ano de 2018, foram priorizados estudos para identificar as lacunas de conhecimento para o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal. Após concluída a mencionada fase de identificação, será definida a estratégia de Gestão do Conhecimento e criada a Política de Gestão do Conhecimento do Ministério Público Federal.

MODERNIZAÇÃO DOS GABINETES (MOGAB)

A modernização da atuação finalística do Ministério Público Federal perpassa pela construção de novos modelos de organização do trabalho, adaptados às inovações tecnológicas e às necessidades da sociedade, com foco em especialização de equipes por temática, atuação por projetos e compartilhamentos de equipes.

OBJETIVO:

Criar modelos de atuação flexíveis, que descentralizem processos ou padronizem atividades, com vista a ganhos de eficiência e entrega de valor à sociedade.

PRINCIPAIS MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO:

- >> especialização;
- >> flexibilidade; e
- >> compartilhamento de recursos.

IMPLEMENTAÇÃO

Entre os 10 modelos de organização do trabalho apontados no Projeto de Modernização dos Gabinetes como aplicáveis no âmbito do MPF, foram identificados 3 modelos passíveis de implementação imediata pelas próprias procuradorias regionais da República e pelas procuradorias da República em suas unidades, por prescindirem de regulamentação de órgãos superiores do MPF.

SÃO ELES:

- >> equipe volante, visando ao tratamento de casos de aumento de processos em gabinetes, decorrentes de situações imprevisíveis;
- >> serviços administrativos compartilhados, visando ao compartilhamento de secretários em unidades para execução de tarefas administrativas;
- >> serviços de apoio para tratativa de alto volume recorrente, com especialização de assessoria jurídica para tratativa de autos avaliados como de baixa complexidade de análise e com alto volume de entrada na unidade.



Figura 3 Identidade visual do Projeto de Modernização dos Gabinetes (Mogab)

[Clique aqui](#) para conhecer todos os modelos de organização de trabalho e o escopo proposto para cada um deles na página da Gestão Estratégica.

ESTUDOS SOBRE A VIABILIDADE DOS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Em continuidade às ações voltadas à implantação dos Modelos de Organização do Trabalho nas procuradorias da República nos estados, foi iniciada a etapa de análise

técnica, com o objetivo de identificar as oportunidades de melhoria nos serviços prestados aos Ofícios, tendo em vista as diretrizes traçadas no Projeto de Modernização dos Gabinetes (Mogab).

Estudo técnico desenvolvido para a Procuradoria da República no Estado do Ceará: conclusão pela viabilidade de implementação na unidade dos Serviços Administrativos Compartilhados; do Serviço de Apoio para Tratativa de Alto Volume Recorrente; e da Equipe Volante.

Acompanhamento e apoio metodológico à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul para regulamentação do Serviço de Apoio Especializado por Núcleo Temático da PR/RS, instituído pela Portaria nº 588, de 29 de novembro de 2018.

CERTIFICAÇÃO DOS OFÍCIOS

Concluído o trabalho de construção da Cadeia de Valor dos Ofícios do MPF, foi possível, em 2018, dar início ao processo de Certificação de Conformidade de Processos de Trabalho dos Ofícios do MPF, que é um importante marco por meio do qual se pretende alcançar economicidade, eficiência, maior produtividade e melhoria da atuação finalística.

O processo de Certificação dos Ofícios é regulado pelo [Edital nº 62, de 20 de abril de 2018](#), e coordenado pela Secretaria-Geral do MPF, por meio da Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica, com o apoio da Corregedoria do MPF e da Secretaria Jurídica e de Documentação.

A certificação visa à implementação dos mapeamentos e boas práticas identificados nas etapas iniciais do projeto Mogab – em todos os gabinetes do MPF, com foco na capacitação de servidores e membros, fortalecendo a confiabilidade dos dados ao promover a capacitação nos sistemas de informação e, assim, sua correta alimentação.

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- >> disseminar processos padrões de trabalho, identificados no Projeto Mogab;
- >> capacitar membros e servidores nos principais sistemas de informação;
- >> promover a excelência da gestão dos Ofícios, garantindo o alinhamento estratégico institucional.

Estão no processo de certificação 2.467 membros e servidores – 453 membros e 1.729 servidores já concluíram a fase de capacitação, na qual foram apresentados processos padrões de trabalho e os principais sistemas de informação da Instituição.

Em outubro de 2018, teve início a etapa de acompanhamento das informações gerenciais dos escritórios, com duração de 6 meses, em que serão aplicadas e monitoradas as boas práticas e rotinas apresentadas durante a etapa de capacitação.



Figura 4 Imagem de divulgação da Certificação de escritórios do MPF

Será certificado o escritório que cumprir os requisitos de capacitação do membro titular e de todos os servidores; apresentar a adoção de, no mínimo, 75% das práticas previstas no instrumento normativo supracitado e possuir taxas de congestionamento e de procedimentos antigos igual a 0% em todos os meses de acompanhamento. O resultado final do processo está previsto para julho de 2019.

Aderiram preliminarmente ao processo de certificação 572 escritórios (mais de 48% dos escritórios do MPF), em todos os 26 estados e no Distrito Federal.

A CERTIFICAÇÃO DOS OFÍCIOS É UM IMPORTANTE MARCO POR MEIO DO QUAL SE PRETENDE ALCANÇAR ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, MAIOR PRODUTIVIDADE E MELHORIA DA ATUAÇÃO FINALÍSTICA.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

>> ATÉ 2020, HÁ 5 TEMAS QUE FORMAM A BASE DA MODERNIZAÇÃO DA ATUAÇÃO FINALÍSTICA:

- 1) Gestão do Conhecimento: por meio da aplicação de boas práticas e padronização de processos de trabalho de todo o MPF.
- 2) Modelos de Organização do Trabalho: revisão e construção de novos modelos de organização do trabalho adaptados às inovações tecnológicas e à solução de casos complexos e problemas crônicos do país, visando à eficiência dos serviços prestados.
- 3) Sistema de Informações Gerenciais: foco no fortalecimento da confiabilidade dos dados produzidos nos sistemas de informação, avaliação e melhoria do processo de reporte de informações.
- 4) Sistemática de Captura de Resultados dos Membros: revisão das atuais métricas de mensuração dos resultados da atuação dos membros de quantitativo para qualitativo, além de proposição de novas métricas que alcancem resultados mais efetivos para a sociedade.
- 5) Certificação dos Gabinetes: disseminação da Cadeia de Valor dos Escritórios, por meio da implementação dos mapeamentos e boas práticas identificados nas etapas iniciais do projeto Mogab, em todos os gabinetes do MPF, com foco na capacitação de servidores e membros para alimentação correta dos sistemas e fortalecimento de sua confiabilidade.



- Recebimento e Distribuição aos Ofícios:** inclui distribuição em substituição
- Procedimento Extrajudicial/Processo Judicial:** os elos com duas cores representam composição de funções entre os gabinetes e as áreas de apoio
- Processos Transversais (área Fim/área Meio):** Exemplos não exaustivos
- Resultados Esperados:** não existe ponderação entre os resultados esperados
- Arquivamento definitivo:** com resolutividade (homologado pelas CCRs, PFDC ou judicial)
- Camada 1:** atuação do MPF
- Camada 2:** atuação do MPF com a Justiça ou outros órgãos
- Camada 3:** atuação coordenada
- Camada 4:** impacto da atuação do MPF

Figura 5 Cadeia de Valor dos Ofícios

RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O 1º Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020 do Ministério Público Federal foi construído por meio de debate entre membros e servidores de todas as unidades do país. Foram 10 meses de trabalho, em que foram construídos a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do MPF. Foram feitos seminários com vistas a proporcionar um ambiente favorável para a exposição da diversidade e variedade de ideias, experiências e funções.

O processo de elaboração contemplou, ainda, consultas públicas presenciais com a sociedade civil, nas várias esferas de atuação do MPF – procuradorias da República, procuradorias regionais da República, procuradoria-geral da República.

Em um órgão com a capilaridade do MPF, com um alcance cada vez maior, é essencial traduzir, de forma clara, a estratégia da Instituição para que todo o corpo funcional – membros, servidores, terceirizados, estagiários – possam participar de forma ativa, direta ou indiretamente, da estratégia institucional.

O Mapa Estratégico do MPF, representação gráfica do Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020, é composto por 25 objetivos estratégicos que foram construídos com base na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), que traduz a estratégia por meio de indicadores, projetos e iniciativas, separados em perspectivas adaptadas: Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; e Sociedade, conforme demonstrado na figura 6.

2.2 INDICADORES ESTRATÉGICOS

Para viabilizar o controle dos objetivos estratégicos do PEI 2011-2020, foram definidos indicadores e metas que mensuram o desenvolvimento da estratégia no MPF. O estabelecimento de meta para cada indicador é primordial para comunicar a todos os membros e servidores a implementação da estratégia.

À época da elaboração do 1º Planejamento Estratégico Institucional do MPF, foram definidos 32 indicadores com o escopo de mensurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico.

Em seguida, com a publicação da Portaria PGR/MPF nº 57, de 2 de fevereiro de 2016, foram acrescentados novos indicadores, chegando aos 37 indicadores estratégicos vigentes.

Verificou-se, posteriormente, que alguns pontos críticos ainda remanesciam, a saber: 7 dos 25 objetivos estratégicos permaneciam sem indicadores de desempenho a eles diretamente vinculados; e 9 dos 37 indicadores apresentavam dificuldades relacionados à viabilidade de sua medição na forma inicialmente concebida ou ao estabelecimento de suas metas.

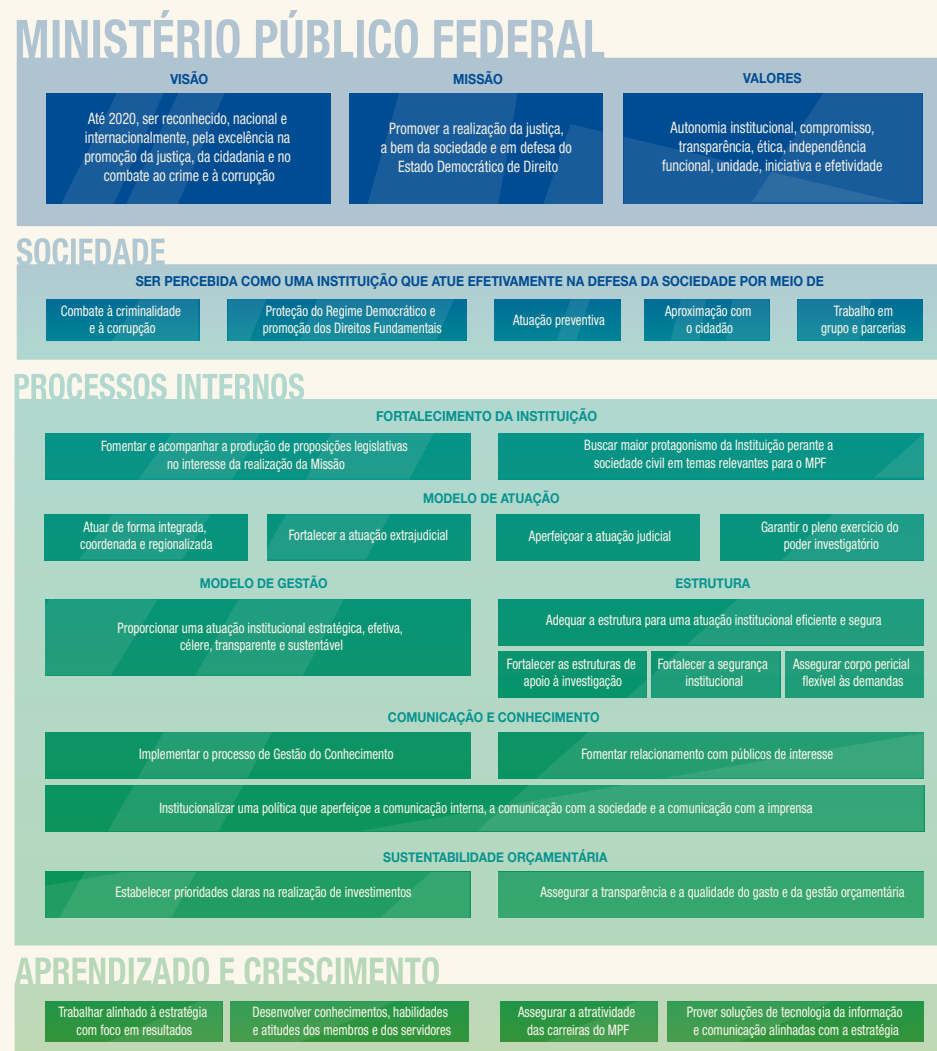


Figura 6 Mapa Estratégico do MPF

Com o intuito de sanear os referidos pontos críticos, sem, contudo, promover uma ampla revisão do PEI, o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), instância máxima de governança do MPF, deliberou, em sua 15ª reunião, sobre a criação de um grupo de tra-

balho para estudar e apresentar proposta de revisão dos 37 indicadores estratégicos. Instituído pela [Portaria SG/MPF nº 222, de 14 de março de 2017](#), o grupo, em agosto de 2017, concluiu o relatório que será insumo para a construção do Novo Plano Estra-

tégico Institucional.

Os 37 indicadores estratégicos do MPF e a vinculação correspondente aos objetivos estratégicos constam a seguir:

INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF		
PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	OE1 – Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	Implantação do Planejamento Estratégico
		Cumprimento da Estratégia
	OE2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores	Capacitação Estratégica
	OE3 – Assegurar a atratividade das carreiras do MPF	Rotatividade de membros (evasão)
		Rotatividade de servidores (evasão)
		Satisfação institucional (membros)
		Satisfação institucional (servidores)
PROCESSOS INTERNOS	OE4 – Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	Planejamento Estratégico de TI
	OE5 – Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária	Cumprimento da LOA
	OE6 – Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos	Planejamento orçamentário
	OE7 – Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa	Repercussão na mídia
		Comunicação interna
	OE10 – Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável	Gestão ambiental
		Transparência
	OE11 – Fortalecer as estruturas de apoio à investigação	Apoio de pesquisa e análise à investigação
	OE12 – Fortalecer a segurança institucional	Segurança institucional
	OE13 – Assegurar corpo pericial flexível às demandas	Demandas periciais reprimidas
	OE14 – Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura	Acessibilidade
		Quantitativo de membros
		Quantitativo de servidores
	OE15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada	Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs)
	OE16 – Fortalecer a atuação extrajudicial	Arquivamento definitivo
		Cumprimento de recomendações
		Quantidade de termos de ajustamento de condutas (TACs)

Tabela 2 Indicadores estratégicos do MPF

INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF		
PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
PROCESSOS INTERNOS	OE16 – Fortalecer a atuação extrajudicial	Prescrição de procedimentos extrajudiciais
	OE17 – Aperfeiçoar a atuação judicial	Favorabilidade no ajuizamento de ações judiciais
		Favorabilidade no ajuizamento de ações de improbidade
		Favorabilidade no ajuizamento de ações criminais
		Favorabilidade no ajuizamento de ações cíveis
		Favorabilidade no ajuizamento de ações de tutela
		Favorabilidade no ajuizamento de ações eleitorais
		Prescrição em processos judiciais
SOCIEDADE	OE19 – Fomentar e acompanhar a produção e discussão de proposições legislativas no interesse da realização da Missão	Participação legislativa
	OE21 – Combate à criminalidade e à corrupção	Ressarcimento de danos monetários
		Quantitativo de condenações
		Percepção de imagem do MPF
		Proximidade física com o cidadão
	OE24 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores	

As informações detalhadas sobre cada indicador, bem como forma de medição, metas e dados aferidos estão disponíveis no [sítio da gestão estratégica](#).

2.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A [Governança](#) no MPF visa, por meio de mecanismos de direção, monitoramento, avaliação, interação entre os colaboradores do Órgão, definição das lideranças e estabelecimento de responsabilidades, gerar resultados efetivos à Instituição, possibilitando o alinhamento das ações ao Planejamento Estratégico Institucional e subsidiando a tomada de decisão da alta administração.

O [Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança \(Sige\)](#) é o modelo de governança adotado pelo MPF. Nesse modelo de gestão participativa, as tomadas de decisão ocorrem de maneira colegiada. É formado por [1 comitê e 8 subcomitês](#), tendo sido criado em 2011. Atualmente possui a seguinte estrutura:

- >> **Comitê de Gestão Estratégica (CGE):** aprecia diversas matérias de relevância estratégica. **Composição:** PGR; vice-PGR; vice-PGE; corregedor-geral; coordenadores das CCRs; PFDC; ouvidor-geral e SG.
- >> **Subcomitê de Gestão Administrativa (SGA):** promove o alinhamento e a conver-

gência entre o PEI e os planejamentos temáticos e fomenta o desenvolvimento das unidades do MPF. **Composição:** procuradores-chefes e secretário-geral.

- >> **Subcomitê de Projetos Finalísticos (SPF):** analisa e emite pareceres das propostas de novos projetos e das solicitações de mudanças dos projetos finalísticos. **Composição:** um membro indicado pelo PGR; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; e dois membros indicados pelo SGA.
- >> **Subcomitê de Comunicação Social (Sicom):** propõe ao CGE políticas nacionais, regionais e locais relacionadas à comunicação social e ao planejamento anual. **Composição:** um membro indicado pelo PGR; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; um membro indicado pelo SGA; e o secretário de Comunicação Social.
- >> **Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP):** analisa, faz a priorização e emite pareceres das propostas de novos projetos e das solicitações de mudanças de projetos administrativos e finalísticos. **Composição:** secretários nacionais e subsecretário da CVE (Central de Viagens e Eventos).

- >> **Subcomitê Gestor de Tabelas (SGT):** propõe a atualização das tabelas unificadas em conformidades com a taxonomia adotada pelo MP; promove e acompanha o processo de integração das tabelas de órgãos externos com o MP. **Composição:** um membro indicado pelo PGR; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; um membro indicado pelo SGA; secretário nacional Jurídico e de Documentação.
- >> **Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Seti):** propõe políticas e diretrizes da tecnologia da informação alinhadas aos objetivos estratégicos. **Composição:** um membro indicado pelo PGR; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; um membro indicado pelo SGA; secretário nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação
- >> **Subcomitê Estratégico de Gestão de Pessoas (SEGP):** propõe políticas e diretrizes, estimula a implantação de melhores práticas e promove a integração de gestão de pessoas com outros processos de gestão do MPF. **Composição:** um membro indicado pelo PGR; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; um membro indicado pelo SGA; secretários de Gestão de Pessoas e de Serviços Integrados de Saúde.
- >> **Subcomitê Estratégico de Segurança Institucional (SES):** promove o direcionamento das ações de segurança do MPF. **Composição:** um membro indicado pelo PGR; três membros indicados pelo CGE; três servidores com função de segurança institucional indicados pelo SGA; secretários: de Perícia, Pesquisa e Análise, de Segurança Institucional, de Administração, de Comunicação Social, de Engenharia e Arquitetura, de Gestão de Pessoas, Jurídico e de Documentação, de TIC.

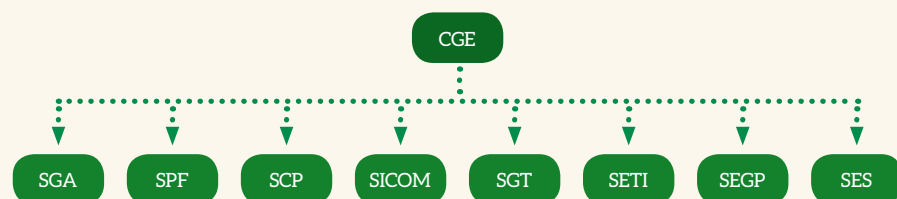


Figura 7 Organograma da estrutura de governança

GOVERNANÇA É A CAPACIDADE ORGANIZACIONAL DE ADMINISTRAR, OU SEJA, É A MANEIRA PELA QUAL A INSTITUIÇÃO GERENCIA OS RECURSOS FINANCEIROS, GERENCIAIS E TÉCNICOS, COM O OBJETIVO DE IMPLEMENTAR AS POLÍTICAS PREDETERMINADAS PARA O SEU EFETIVO EXERCÍCIO. ALÉM DISSO, ENVOLVE A CAPACIDADE DOS GESTORES EM APROVAR NORMAS E CUMPRIR-LAS DE FORMA TRANSPARENTE E COLETIVA.

Além desses, há o Comitê Gestor de Gênero e Raça, responsável por propor e acompanhar a execução de ações que promovam a equidade de gênero e raça no âmbito do MPF. O Comitê foi criado por meio da [Portaria PGR/MPF nº 108, de 17 de março de 2014](#), para coordenar e articular ações do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no MPF. Ao aderir voluntariamente ao programa, o MPF assumiu o compromisso de estimular e assegurar igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres, sem discriminação de gênero e raça.

Há, ainda, a governança do sistema Único, instituída pela [Portaria PGR nº 358, de 5 de maio de 2015](#), com a atribuição de promover o desenvolvimento, a manutenção e a permanente atualização do sistema de gestão documental do MPF, bem como ordenar e priorizar o atendimento às demandas de desenvolvimento de novas funcionalidades ou melhorias.

A [Portaria PGR nº 350, de 28 de abril de 2017](#), regulamentou a utilização e o funcionamento do sistema Único como meio eletrônico de prática de atos administrativos, procedimentais e processuais e de registro, distribuição, tramitação, instrução e controle de documentos, procedimentos e processos no âmbito do MPF, além de aperfeiçoar as disposições relativas à governança do sistema.

Nesse contexto, além de tratar aspectos gerenciais e administrativos, as instâncias de Governança do MPF buscam a articulação e a cooperação entre as áreas do Órgão, possibilitando o alinhamento estratégico de todas as ações definidas no Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020, de modo a possibilitar a agilidade na tomada de decisão, aprimorar e adequar a gestão de pessoas, de materiais e de recursos orçamentários e financeiros às necessidades da atividade institucional, visando à melhoria dos serviços prestados à sociedade brasileira.

2.4 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

O Ministério Público Federal (MPF) oferece ao cidadão canais de acesso, sendo as Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs) e a Ouvidoria do MPF os dois principais.

As SACs, coordenadas pela Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud), sob a supervisão da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), foram instituídas pela [Portaria PGR/MPF nº 412/2013](#) e têm como principais atribuições: receber notícias de irregularidades, representações, solicitações de informação, requerimentos, entre outras demandas formuladas pelo cidadão, fazendo triagem e o encaminhamento aos órgãos competentes do MPF; as atribuições inerentes ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); fornecer informações a respeito de distribuição e localização de procedimentos e processos aos advogados e cidadãos interessados; emitir certidões de existência ou não de autos extrajudiciais e processos administrativos em que aparece o nome do interessado, mediante requerimento e apresentação de documento pessoal e/ou procuração, em caso de pessoa física, e contrato social e/ou procuração, em caso de pessoa jurídica; e receber os pedidos de vista e/ou a cópia de autos em trâmite na unidade e encaminhar ao gabinete ou setor responsável.

A Ouvidoria do MPF, por sua vez, criada pela [Portaria PGR/MPF nº 519/2012](#), é um órgão de controle interno integrante da Administração Superior do MPF, com assento no Comitê de Gestão Estratégica, ao qual se atribuiu a missão de promover a qualidade das atividades desempenhadas pelos órgãos, membros, servidores e serviços auxiliares do MPF, bem como de fomentar a participação dos cidadãos e cidadãs, de organismos da sociedade civil e de outras entidades no dia a dia da Instituição.

O compromisso de atender com eficiência e efetividade às demandas da sociedade está presente na [Carta de Serviços ao Cidadão](#). O documento traz a descrição dos principais serviços oferecidos, as formas de acessá-los e o padrão de qualidade de atendimento que se busca. Trata-se de uma orientação ao público sobre como, quando, onde e em que situação utilizar os serviços disponibilizados.

A carta é também um instrumento de transparência. Com ela, o cidadão poderá acompanhar e avaliar o desempenho do MPF no cumprimento de sua missão e cobrar a prestação de um serviço mais eficiente e adequado às suas necessidades.

Os sites institucionais também se mostram como um canal para viabilizar o acesso do cidadão aos serviços, produtos e informações prestados pelo MPF. Nesse contexto, a título exemplificativo, podemos citar o Portal MPF, o site da Turminha do MPF e o Portal da Transparência, este último detalhado no item 2.4.3 deste relatório.

O Portal MPF (<http://www.mpf.mp.br>) é um importante canal de comunicação,

pois reúne em um ambiente único diversas informações institucionais, por exemplo, as páginas das unidades administrativas do MPF (<http://www.mpf.mp.br/unidades>), as atuações temáticas (<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica>), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc>), os grandes casos (<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos>), o Portal da Transparência (<http://www.transparencia.mpf.mp.br/>). A arquitetura do conteúdo foi desenvolvida para facilitar o acesso do cidadão aos serviços prestados pela Instituição.

Cada vez mais, o Ministério Público Federal tem buscado facilitar o acesso e o uso dos serviços digitais da Instituição oferecidos aos cidadãos. Nesse sentido, foi desenvolvido o [Guia de Serviços no Portal do MPF](#), que compilou todos os seus serviços on-line. Como o MPF possui diversos canais de entrada, ao selecionar o serviço, o usuário é encaminhado para o sistema adequado de atendimento, facilitando, assim, o acesso ao serviço correto.

Em dezembro, o Guia de Serviços passou a se chamar MPF Serviços e ganhou uma nova plataforma de acesso. Durante o lançamento do Memorial MPF, que marcou o término do Projeto MPF Cidadão – 30 anos, foi lançado o aplicativo disponível para celulares com sistemas Android e IOS, que pode ser baixado [gratuitamente no Google Play](#) e na [Apple Store](#).



Figura 8 Identidade visual do aplicativo do MPF Serviços

O grande diferencial do novo aplicativo em relação ao anterior (SAC MPF) é que, além do formulário para denúncias, o cidadão não precisa mais saber qual canal do MPF deve buscar, se é a Sala de Atendimento, a Ouvidoria, o Protocolo ou o Petiçãoamento. Basta selecionar no aplicativo o tipo de serviço a que deseja ter acesso.

Assim como no site, ao todo estão disponíveis 16 serviços. Por meio do aplicativo, com apenas alguns cliques, o cidadão pode acessar formulários para denúncias e reclamações, pesquisa processual, pedidos de informação, envio de documentos, entre outros. Essa primeira versão do aplicativo comporta o envio de fotos de no máximo 10 MB por arquivo, até um total de 100 MB por manifestação. Pela nova plataforma, qualquer cidadão poderá, por exemplo, encaminhar denúncias para que o MPF in-

vestigue e, se necessário, atue na esfera judicial. Pelo MPF Serviços, é possível acessar o formulário da Ouvidoria para enviar essas manifestações ou sugerir medidas para aprimorar o atendimento da Instituição.

Praticidade – Pelo canal, os usuários também terão acesso a outros serviços muito procurados, como a emissão de certidões – uma espécie de nada consta do MPF – e consulta do andamento de processos e manifestações. Além disso, poderão enviar documentos relacionados a procedimentos que já tramitam no Órgão, via peticionamento eletrônico, ou, no caso de pessoas jurídicas, acessar o protocolo eletrônico. Clicando no campo superior direito, cada usuário também tem a opção de criar listas personalizadas, ordenando os serviços de forma que os mais úteis apareçam primeiro.

Outra novidade disponível logo na página principal é a consulta de todas as unidades do MPF espalhadas pelo Brasil. Pela tecnologia de localização por GPS, o sistema mostra aos usuários qual é a unidade mais próxima de sua localidade e informa os contatos. No aplicativo, as pessoas também poderão acompanhar em tempo real todas as notícias publicadas no portal do MPF e acessar o Portal da Transparência do Ministério Público da União.

Comunicação social – Além da criação do MPF Serviços e do desenvolvimento do Projeto MPF Cidadão - 30 anos, a Secretaria de Comunicação Social do MPF trabalhou no aprimoramento das ferramentas e dos fluxos internos de trabalho e a criação de novos canais de relacionamento com seus públicos de interesse, como o Whats MPF - ferramenta de comunicação com o público interno. Para a sociedade, foi criada, em março de 2018, a conta oficial do [MPF no Instagram](#). Em nove meses, o perfil bateu a meta estimada e conta com mais de 20 mil seguidores. Para acompanhar as publicações, basta seguir [@mpf_oficial](#). Atualmente, a Secom também gerencia contas do MPF no YouTube ([Canal MPF](#)), Facebook ([MPFederal](#)), Twitter ([@MPF_PGR](#)). Essas duas contas registraram, respectivamente, 373.407 e 494.394 seguidores, em 2018.

A Secom investiu ainda na modernização da gestão da comunicação interna com o uso do Sistema Nacional de Pedidos (SNP), que permitiu a mensuração de dados quantitativos e qualitativos referentes ao trabalho desenvolvido por todas as áreas de comunicação do MPF - formada pela Secom e por 32 Assessorias de Comunicação Social, localizadas nas capitais de todos os estados brasileiros. Em 2018, o SNP registrou 33.190 atendimentos: 18.551 relacionados à comunicação externa, 8.618 à divulgação interna, 1.161 à publicidade e 4.860 à comunicação digital. Desse modo, a Secom passou a ter uma visão global e a disponibilizar os dados em forma de dashboards todos meses às 32 unidades. Dos pedidos avaliados dentro do sistema, 92,28% avaliaram como ótimo o atendimento e 6,34%, como bom, representando 98,62% - o

que demonstra a busca pela excelência nesta área pelo Ministério Público Federal.

SNP - QUANTITATIVO DE SERVIÇOS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

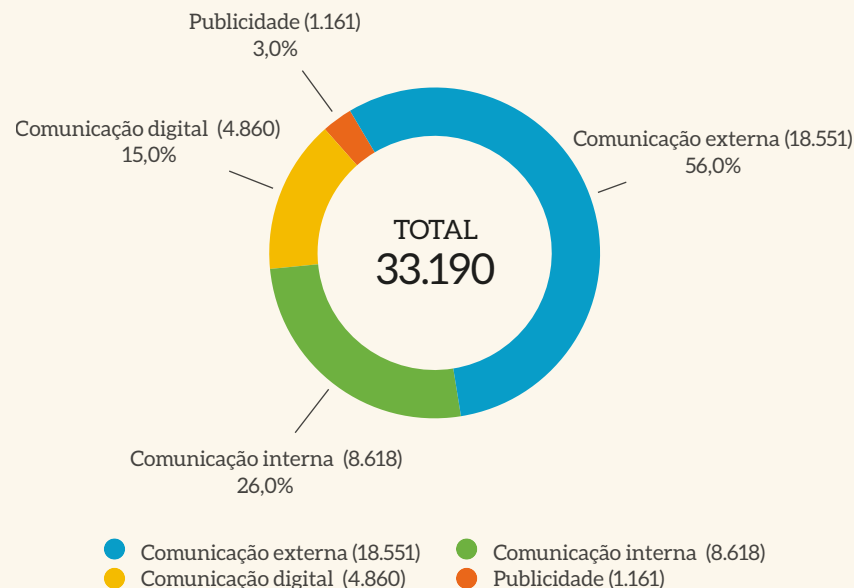


Gráfico 1 Quantitativo de serviços da Comunicação Social

Já a comunicação com a imprensa foi reforçada com a criação de uma lista de transmissão para enviar avisos de pauta. Antes, os avisos eram feitos por SMS. A mudança garantiu uma economia de mais de R\$ 20 mil ao setor. A ideia é criar um canal direto com jornalistas e dar mais transparência à comunicação do MPF. Nesse quesito, buscou-se fortalecer a comunicação pública, com tratamento igualitário a todos os pedidos da imprensa. Foram registrados, no SNP, 13.812 atendimentos a demandas desse público e 4.898 matérias publicadas no site, produzidas pelas áreas de comunicação de todo o país. A Secretaria de Comunicação Social tem investido no desenvolvimento do Sistema de Atendimento a Jornalistas (SAJ), que deve ser lançado em 2019 e automatizará o registro dos pedidos de informações de repórteres, extraindo indicadores relativos a esse atendimento.

SNP - FAVORABILIDADE NO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS

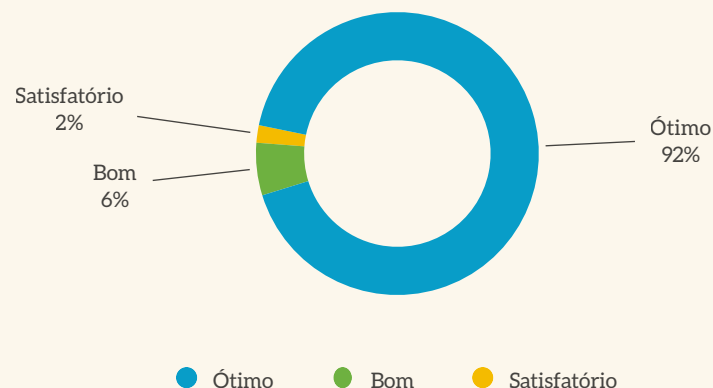


Gráfico 2 Favorabilidade no atendimento dos serviços da Comunicação Social

Em 2018, a Secretaria de Comunicação Social foi responsável ainda pela economia de R\$ 3.733.986,00, após cortes decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/2016. A premissa foi a de não interromper serviços essenciais, realizando profundos ajustes em diversos contratos, negociando com prestadores de serviço e redimensionando projetos em curso.

Entre os principais cortes destacam-se:

- Prestação de serviços continuados de monitoramento remoto e manutenção de pontos de mídia digital renegociada com a redução do valor unitário de cada ponto. Economia de mais de 50% (R\$ 1.236.952,00) em relação ao ano anterior.
- Renegociação do contrato de prestação de serviços audiovisuais prestados pela empresa Chá Com Nozes, que com a redução no tempo de programa e de matérias veiculadas no Jornal da Justiça, acarretou em uma economia de R\$ 919.000,00 ao ano.
- Corte de dois designers nos serviços técnicos de programação visual prestados pela empresa Prime, o que representou uma redução anual de R\$ 301.916,00.
- Não renovação dos serviços de diagnóstico e monitoramento da PGR/MPF nas mídias sociais prestados pela empresa AKS no valor de R\$ 235.246,00.
- Serviços de clipping jornalístico nos estados, após orientação da Secom para que houvesse renegociações com os fornecedores locais, o que resultou em redução de R\$ 256.446,00 no valor gasto anualmente.

- Serviços de clipping jornalístico na PGR reduzidos em 25%, resultando em economia de R\$ 76.695,00.
- Suspensão dos serviços de propaganda e publicidade prestados pela empresa FIELDS. A economia estimada foi de R\$ 350.000,00.
- Interrupção dos serviços de SMS prestados pela empresa Streamtel, compreendendo gerenciamento, transmissão e recepção de mensagens de texto para celulares. Redução de gastos no valor de R\$ 31.257,00.

2.4.1. OUVIDORIA

Em 2018, a Ouvidoria do MPF recebeu e processou 7.615 manifestações. Desse total, 6.350, após minuciosa análise de seu conteúdo, foram encaminhadas às Salas de Atendimento ao Cidadão (SAC), setor responsável por distribuir às unidades do MPF as manifestações que tenham por objeto a atividade-fim da Instituição.

As manifestações estão em conformidade com as Resoluções [CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016](#), e [nº 180, de 7 de agosto de 2017](#), que alteraram a Resolução [CNMP nº 95, de 22 de maio de 2013](#), a qual dispõe sobre as atribuições das ouvidorias dos ministérios públicos dos estados e da União e dá outras providências. Assim, relaciona-se a seguir, num comparativo entre o ano de 2017 e 2018, as seguintes classes de manifestações: Reclamações, Representações, Críticas, Sugestões e Elogios; os assuntos mais demandados em 2018 à Ouvidoria e os principais meios de recebimento. Nota-se que o meio eletrônico é o mais utilizado pelos manifestantes.

No intuito de manter a qualidade dos serviços prestados, identificar e corrigir eventuais falhas no processo de trabalho, a Ouvidoria conta com um formulário de pesquisa de satisfação implantado em seu sistema.

Tal pesquisa consiste em um formulário com perguntas curtas, que ajudam a qualificar os serviços prestados aos manifestantes, considerando a ótica do cliente/manifestante em relação a sua satisfação. Cumpre esclarecer que a pesquisa de satisfação é encaminhada ao manifestante após a finalização de sua demanda, sendo esta preenchida de forma facultativa pelo cidadão.

Em 2018, a ouvidoria do MPF obteve um índice de **67,90%** de satisfação nos seus atendimentos. Destaca-se que por ser uma pesquisa facultativa, o índice de respostas foi de 19,1%, quando confrontado com o total de manifestações. O MPF vem aprimorando os mecanismos de pesquisa de satisfação para incentivar os cidadãos a responderem, visando ao aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados.

Para mais informações acesse: [Ouvidoria do MPF](#).

CLASSES DE MANIFESTAÇÕES

	2017	2018
Reclamações	587	581
Representações	342	322
Críticas	159	147
Sugestões	138	146
Elogios	149	69

Tabela 3 Classes de manifestações

ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS EM 2018

Atuação de membros e servidores	591
Administração e funcionamento do Ministério Público	320
Outros (manifestações genéricas; incompreensíveis)	275
Concurso Público	51
Acessibilidade	13
Lei de Acesso à Informação	7
Demandas alheias à competência do Ministério Público	5
Consultas e dúvidas jurídicas	1
Crimes	1
Eleitoral	1

Tabela 4 Assuntos mais demandados em 2018

MEIOS DE RECEBIMENTO EM 2018

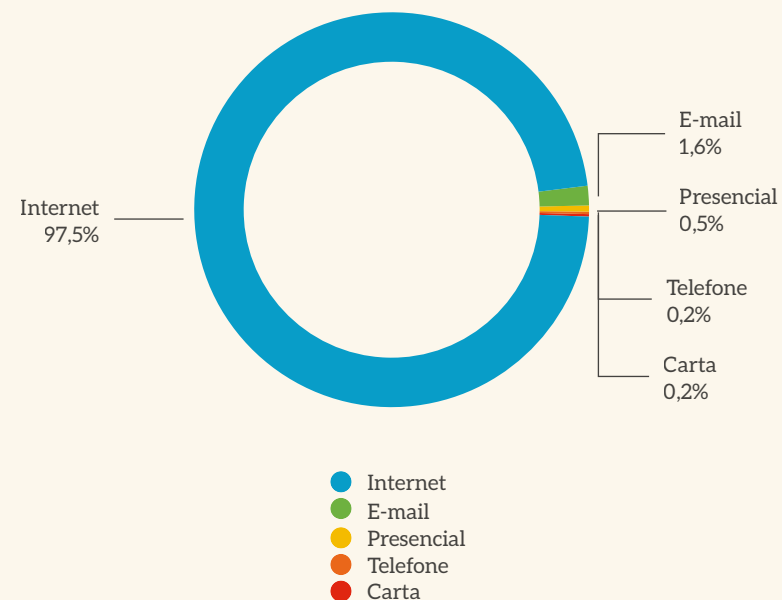


Gráfico 3 Meios de recebimento em 2018

Ademais, considerando o prazo impróprio de 30 dias para responder aos manifestantes sobre as demandas de sua atribuição, em 2018, a Ouvidoria do MPF respondeu de forma tempestiva 91% das demandas cadastradas.

Evidencia-se as manifestações com os seguintes prazos médios de atendimento: mesmo dia (7,1%); 1 a 5 dias (28,5%); 6 a 10 dias (21,6%); 11 a 20 dias (25,6%); 21 a 30 dias (8,1%) e acima de 30 dias (9%).

PRAZO MÉDIO DE ATENDIMENTO

Mesmo dia	7,1%
De 1 a 5 dias	28,5%
De 6 a 10 dias	21,6%
De 11 a 20 dias	25,6%
De 21 a 30 dias	8,1%
Acima de 30 dias	9%

Obs.: Sobre as manifestações respondidas em um prazo maior que 30 dias, justificam-se pela complexidade do caso concreto e/ou de eventuais atrasos na resposta dos setores demandados pela Ouvidoria.

Tabela 5 Prazo médio de atendimento

2.4.2. SALA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (SAC)

No ano de 2018, cerca de 210 Salas de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal (MPF), coordenadas pela Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud/SG/PGR), receberam e processaram 157.443 manifestações. Desse total, 133.302 foram atendidas e finalizadas, ao passo que 23.628 foram encaminhadas a outros órgãos. Se- gue gráfico comparativo com o ano de 2017, especificando os totais de manifestações recebidas, finalizadas, encaminhadas e em atendimento (saldo).

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELO SAC

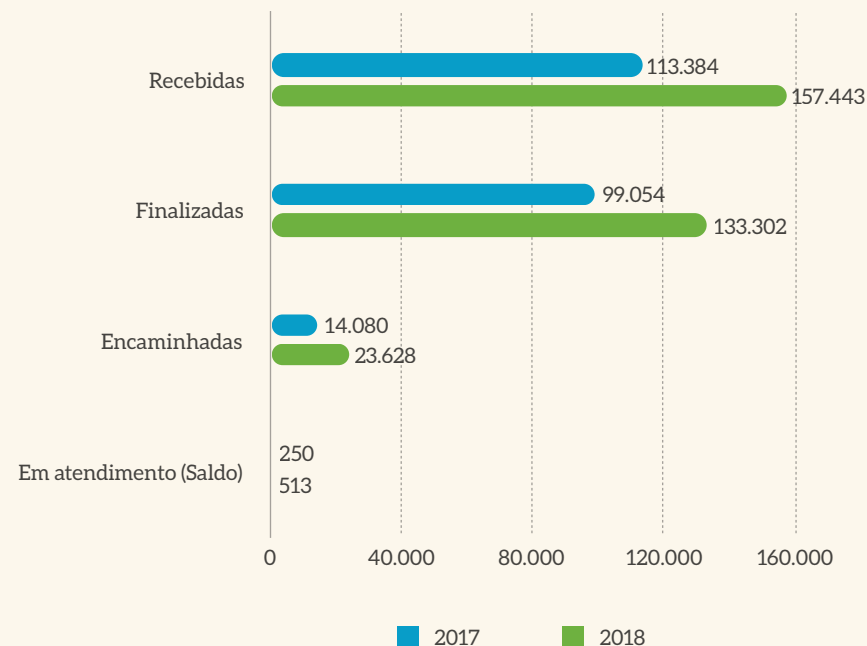
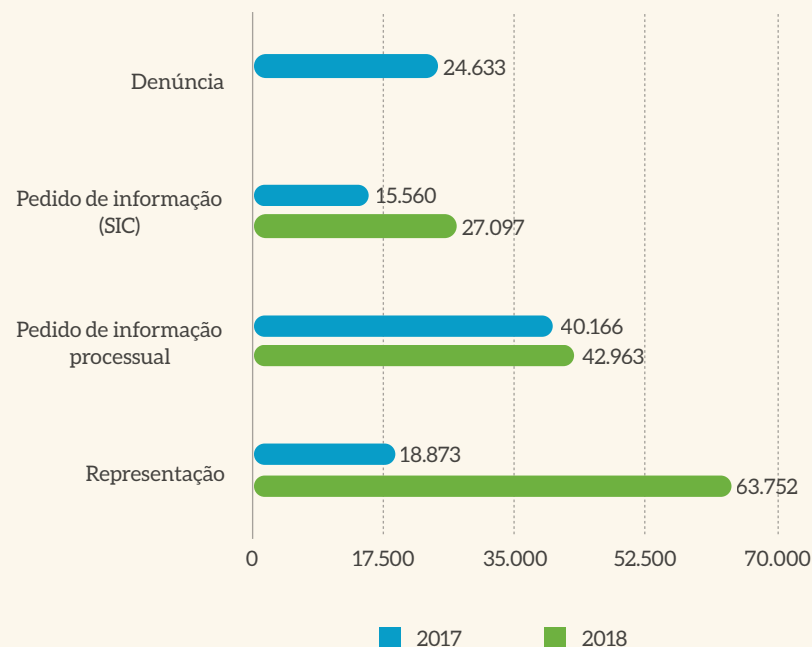


Gráfico 4 Manifestações recebidas pelo SAC

Em relação às categorias de manifestações recebidas, observa-se o seguinte acréscimo nos números:

CATEGORIA DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS



Observação: em julho de 2017, a nomenclatura Denúncia foi substituída por Representação no Sistema Cidadão, em atenção ao disposto na Resolução [CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016](#).

Gráfico 5 Categoria das manifestações recebidas

Em relação aos meios de recebimento das manifestações, constata-se a clara preferência dos usuários pelos meios eletrônicos:

MEIOS DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

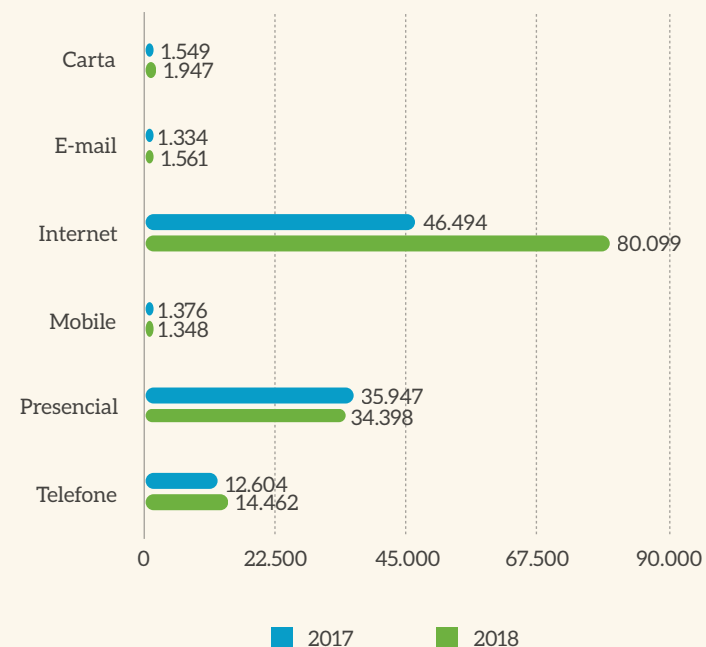


Gráfico 6 Meios das manifestações recebidas

Os assuntos mais demandados às Salas de Atendimento ao Cidadão do MPF em 2018 foram:

ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS AO SAC DO MPF EM 2018

Direito à informação	44.864
Direito eleitoral	23.308
Garantias constitucionais	14.359
Direito penal	6.887
Atos administrativos	6.112
Ministério Público	5.922
Concurso público/Edital	3.937
Improbidade administrativa	3.933
Direito do consumidor	3.394

Tabela 6 Assuntos mais demandados ao SAC do MPF em 2018

O prazo médio verificado em 2018 para resposta às manifestações foi de cerca de 3 dias, aproximadamente, conforme exposto na tabela a seguir. Considerou-se como prazo adequado para resposta o máximo de 20 dias, prorrogável, justificadamente, por mais 10 dias (§§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 12.527/2011 – [Lei de Acesso à Informação](#)).

Outros gráficos e informações sobre as atividades das SACs podem ser encontrados nos [Relatórios Estatísticos Semestrais das SACs disponíveis no Portal da Transparência do MPF](#)

PRAZO DAS RESPOSTAS ÀS MANIFESTAÇÕES EM 2018

No mesmo dia	56.622
De 1 a 5 dias	39.797
De 6 a 10 dias	17.141
De 11 a 15 dias	11.844
De 16 a 20 dias	3.181
De 21 a 25 dias	1.716
De 26 a 30 dias	949
Acima de 30 dias	2.040

Tabela 7 Prazo das respostas às manifestações em 2018

2.4.3. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPF

O Portal da Transparência do Ministério Público Federal (<http://www.transparencia.mpf.mp.br/>) objetiva a prestação de contas à sociedade e a atuação democrática e transparente da Instituição, garantindo, assim, o direito de acesso à informação. Dessa forma, o cidadão pode acompanhar a gestão administrativa e finalística do MPF.

Ressalta-se que o Portal da Transparência do MPF é avaliado por órgãos internos e externos. No âmbito do MPF, as Secretarias Nacionais atualizam as informações e a Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica acompanha e monitora esse processo.

Externamente, o Portal é submetido a duas avaliações: uma quadrimestral, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e, uma anual, pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Desde que começou a ser avaliado, em 2016, o MPF **evoluiu da 8ª para a 2ª colocação, no ranking nacional do CNMP**. Em 2018, o TCU avaliou os portais eletrônicos de 135 organizações dos três Poderes e do MPU. O Portal da Transparência do MPF atingiu a **nota de 0,88**, apenas um décimo abaixo da nota máxima.

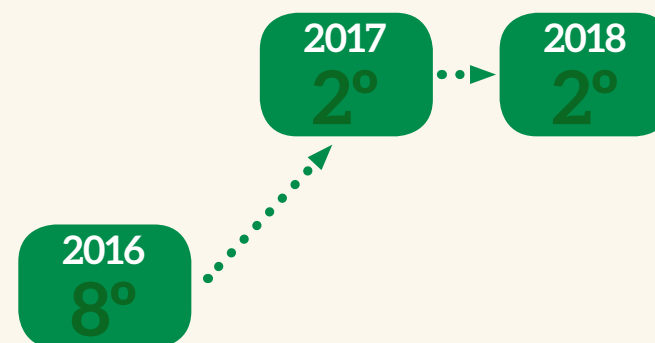


Figura 9 Evolução do ranking do Portal da Transparência do MPF

RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL

3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 GESTÃO DE RISCOS DO MPF

A Gestão de Riscos pressupõe um processo sistematizado de identificação e análise dos riscos inerentes aos processos de trabalho de uma instituição, seu tratamento, controle e monitoramento para a retroalimentação e melhorias dos processos.

De acordo com o TCU, a gestão de riscos é um processo de trabalho de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, aplicável em qualquer área da organização e que contempla as atividades de:

- >> identificar os riscos que podem afetar determinado processo de trabalho ou ação;
- >> analisar e avaliar riscos e a probabilidade de acontecerem;
- >> decidir sobre estratégias para responder aos riscos levantados;
- >> monitorar para agir caso o risco se concretize e definir sua estratégia de tratamento; e
- >> controlar e revisar o processo de gerenciamento de riscos, com vista ao aperfeiçoamento do fluxo e verificação de que ele está, de fato, auxiliando na consecução dos objetivos pela Instituição.



Figura 10 Atividades de gestão de riscos

Já o controle interno representa um conjunto de políticas e procedimentos, de responsabilidade da própria gestão, estabelecidos para assegurar que a Instituição atinja os seus objetivos. Percebe-se, portanto, que a gestão de riscos está contida no controle interno, que, de forma ampla, possui outras técnicas e metodologias para a consecução de seus trabalhos.

3.1.1. A POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS NO MPU

PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS

PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS	
Risco Estratégico	Principais situações que tenham um alto impacto para a organização, que tenham relação direta com sua missão e seus objetivos estratégicos
Risco Operacional	Relacionado à possibilidade de ocorrência de falhas operacionais de sistemas, controle defeituoso, falha humana, entre outros
Risco de Crédito	Relacionado ao risco que se corre ao conceder crédito a alguém que possa não honrar a dívida
Risco de Comunicação	Relacionado à possibilidade de construir uma imagem indesejada para a Instituição, permitindo que informações externas maculem a credibilidade da empresa
Risco de Conformidade	Relacionado à possibilidade de ocorrência de eventos ou atos que não estejam de acordo com normas e legislações, incorrendo em responsabilização e possível perda de recursos

Tabela 8 Principais tipos de riscos

COMO TRATAR OS RISCOS?

- >> **Aceitar:** significa aceitar que ele possa acontecer, que não há o que se fazer, e propor uma estratégia de ação para lidar com seu acontecimento.
- >> **Evitar:** a depender do impacto que ele terá no trabalho, pode-se, de antemão, propor soluções para tentar evitar que ele aconteça. Alterações no planejamento geralmente são ideais. Modificar datas, trocar pessoas da equipe que poderão não estar disponíveis em determinado período, avaliar a necessidade de envolver alguma outra área na execução, entre outros.
- >> **Transferir:** a transferência do impacto do risco acontece quando se identifica que a gestão daquele risco deverá ficar a cargo de outro setor/secretaria, pois não compete à sua área solucionar/gerir.
- >> **Mitigar:** é provavelmente a técnica mais utilizada: traçar um plano de ação para tentar diminuir o impacto negativo que aquele risco poderá trazer. É antecipar-se na solução e prevê-la no planejamento.

A POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS NO MPU CONTEMPLA

Para que esse processo esteja em pleno funcionamento, é imprescindível que haja na Instituição uma Política de Gestão de Riscos, contendo conceitos, estrutura, objetivos, natureza e nível do risco, matriz, apetite ao risco, diretrizes e os principais arranjos organizacionais para implementação dessa política.

Nesse sentido, em 2017 foram iniciadas as tratativas para que a política de gestão de riscos do MPF fosse instituída.

No entanto, durante esse processo, optou-se por estabelecer a política de gestão de riscos do MPU, abrangendo os demais ramos (MPT, MPM, MPDFT), com a colaboração da ESMPU e da Audin-MPU.

Como resultado desse trabalho, em agosto de 2017, foi publicada a Portaria PGR/MPU nº 78/2017, a qual institui a [Política de Gestão de Riscos do MPU](#), que contempla:

- >> a forma de governança da gestão de riscos, que será exercida por uma ou mais instâncias formalmente designadas;
- >> os critérios a serem utilizados na seleção do objeto da gestão de riscos;
- >> os papéis e responsabilidades aplicáveis à política de gestão de riscos;
- >> os critérios de identificação do(s) gestor(es) para cada objeto da gestão de riscos; e
- >> que os ramos do MPU e a ESMPU deverão estabelecer a unidade responsável por coordenar a implementação da política de gestão de riscos e monitorar a sua execução.

**A GESTÃO DE RISCOS É
PREPONDERANTEMENTE
CONCRETIZADA NO MPF POR
PROJETOS ESTRATÉGICOS,
PROCESSOS DE TRABALHO
E PLANOS DIRETORES
TEMÁTICOS.**

3.1.2. GESTÃO DE RISCOS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS

A gestão de riscos nos projetos estratégicos do MPF é feita de forma sistematizada por meio do sistema SiGOV, e possui abrangência nacional. A partir de 2018, os projetos estratégicos passaram a ser selecionados por edital (Edital nº 50, de 8 de março de 2018), conferindo mais transparência e isonomia em sua consecução. Uma das etapas do planejamento do projeto envolve a gestão de riscos, em que a equipe pode preencher a matriz de riscos e identificar e tratar os riscos do projeto.

Após a identificação dos riscos, pode ser necessária uma revisão de algum aspecto do projeto.

Em 2018, foram identificados 151 riscos em um universo de 43 projetos.

Os riscos MAIS COMUMENTE MAPEADOS nos projetos são:

- >> remanejamento de pessoas da equipe;
- >> atrasos na execução quando dependem de colaboração de órgãos externos;
- >> corte orçamentário; e
- >> mudança na priorização de ações pela administração superior.

3.1.3. GESTÃO DE RISCOS NOS PLANOS DIRETORES

O Plano Diretor é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos táticos, de modo a contribuir com a materialização da estratégia organizacional e promover o alcance dos resultados institucionais. É por meio de tal plano que a unidade elabora o seu diagnóstico e define os seus objetivos de contribuição – fins que a unidade, mais concreta e diretamente, buscará alcançar para contribuir para o alcance de um ou mais objetivos estratégicos –, suas metas e seus indicadores de desempenho táticos, o portfólio de ações prioritárias, os custos financeiros implicados e a gestão de riscos que realizará a médio prazo.

A Gestão de Riscos é a última etapa prevista na elaboração de Planos Diretores do MPF. Ela é executada em três fases: identificação, análise e definição de resposta aos riscos.

Inicialmente, identificam-se os riscos relacionados aos projetos e às iniciativas prioritários, elencados no Portfólio de Ações. A identificação consiste na detecção dos fatores que representem empecilho em potencial para a concretização da ação.

O segundo passo é “analisar os riscos” por meio da avaliação da probabilidade (possibilidade ou chance de o risco ocorrer) e do impacto (tamanho da perda, se o risco ocorrer).

E, por último, são identificadas as ações que podem ser tomadas diante do risco, ou seja, as respostas aos riscos.

MAPEAMENTO DOS RISCOS DOS PLANOS DIRETORES

PD de gestão de pessoas	44 riscos
PD de saúde	43 riscos
PD de segurança institucional	37 riscos
TOTAL	124 riscos em 3 PDS

Tabela 9 Mapeamento dos riscos dos Planos Diretores (PDs)

3.1.4. GESTÃO DE RISCOS NOS PROCESSOS DE TRABALHO

O MPF tem investido constantemente na melhoria contínua e na gestão da qualidade de seus processos de trabalho, e utiliza, como um dos caminhos para alcançá-las, a busca pela certificação de qualidade de processos nos padrões da norma ISO 9001:2015, norma internacional que especifica requisitos para um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

Para conquistar a certificação, é necessário comprovar a implantação e a manutenção de procedimentos obrigatórios, como medição do desempenho do SGQ, reuniões de análise crítica para avaliar o desempenho do sistema e auditoria interna para avaliar a conformidade do SGQ aos requisitos da norma ISO e implementação da política e dos objetivos da qualidade.

Desde 2015, já foram implantados os sistemas de gestão da qualidade e certificados em 22 processos de trabalho no MPF, sendo 5 deles em 2018, nas seguintes unidades: Gabinete do PGR, Ouvidoria do MPF, 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e Sala de Atendimento ao Cidadão na procuradoria da República no Rio de Janeiro (PR-RJ).

Nos processos de trabalho escopo dos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), a alta direção identifica riscos que possam afetar a conformidade de produtos e serviços, planeja ações para abordá-los e avalia a eficácia dessas ações considerando informações coletadas nos contextos internos e externos à organização.

A avaliação dos riscos envolve a análise do impacto que um risco pode ter e a probabilidade de sua ocorrência. Essa análise é feita, periodicamente, nas reuniões de Análise Crítica.

Os riscos identificados são registrados na Matriz de Riscos, documento que sintetiza os riscos e oportunidades, bem como as respostas e ações a serem adotadas para assegurar que o Sistema de Gestão da Qualidade possa alcançar os resultados pretendidos.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

- 1) elaborar o Modelo de Gestão de Riscos do MPF;
- 2) identificar áreas-piloto para implementar o Modelo de Gestão de Riscos;
- 3) aprimorar os processos de trabalho por meio da gestão de riscos; e
- 4) institucionalizar a cultura de gestão de riscos no MPF.

RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL

4 RESULTADOS DA GESTÃO

4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A construção do 1º Plano Estratégico no MPF deu-se por meio do Projeto de Modernização da Gestão Administrativa (PMGA), instituído pela [Portaria PGR/MPF nº 472, de 24 de setembro de 2010](#), e conduzido por consultoria especializada a partir de 2010.

Com construção coletiva de membros e de servidores, o PMGA deu origem, entre outros produtos, ao 1º Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do MPF, com vigência de 2011 a 2020, instituído pela [Portaria PGR/MPF nº 687, de 20 de dezembro de 2011](#).

O PEI tem vigência até 2020, e, de 2011 até o momento, várias conquistas já foram efetivadas. A gestão estratégica do MPF verificou, por sua vez, que o foco atual para os dois anos restantes deve ser a atuação finalística do Órgão. Assim sendo, está em curso o [Processo de Certificação dos Ofícios](#), que tem por objetivos:

- >> disseminar a Cadeia de Valor dos Ofícios, produto do projeto de Modernização dos Gabinetes (Mogab), considerado o modelo de atuação dos ofícios do MPF;
- >> estabelecer e disseminar processos de trabalho padrões identificados no Mogab e considerados como modelo de eficiência;
- >> fomentar a gestão do conhecimento na área finalística;
- >> promover a correta alimentação do sistema Único, assegurando a qualidade do banco de dados da área finalística e a extração de informações confiáveis;
- >> favorecer a eficiência na atuação dos ofícios, do processo correicional e do trabalho de coordenação das Câmaras de Coordenação e Revisão;
- >> promover a capacitação dos membros e servidores nos principais sistemas de informação; e
- >> promover a excelência da gestão dos ofícios, de modo a garantir o alinhamento estratégico institucional.

Além disso, a aproximação com a sociedade é item cada vez mais relevante na atuação do MPF. Esse é o fito de ações institucionais, tais como o Projeto “[MPF Cidadão – 30 anos: uma história de Combate ao Crime e de Proteção aos Direitos Humanos](#)”. Ao longo de 2018 e 2019, o intuito é que as populações carentes e toda a sociedade civil conheçam o MPF e toda a sua atuação. Isso vai ao encontro da

visão e da missão, explícitas no Mapa Estratégico do MPF e pautadas pelos valores de autonomia institucional, transparência, ética, independência funcional, unidade, iniciativa e efetividade.



Figura 11 Identidade visual do Projeto MPF 30 anos

Ainda em relação à atuação finalística, é importante mencionar que os percentuais dos indicadores estratégicos de favorabilidade das ações judiciais, das ações de improbidade, das ações criminais, das ações cíveis/tutela e das eleitorais têm registrado crescente aumento ou mantido percentual elevado, conforme se verifica a seguir.

FAVORABILIDADE DAS AÇÕES JUDICIAIS		
SÉRIE HISTÓRICA		META
2016	76,67%	75% ao ano
2017	77,52%	
2018	81,30%	

Tabela 10 Favorabilidade das ações judiciais

FAVORABILIDADE DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE*		
SÉRIE HISTÓRICA		META
2016	74,26%	75% ao ano
2017	73,26%	
2018	73,46%	

*Considera apenas as classes de Ação Civil de Improbidade Administrativa e Ação de Improbidade Administrativa, códigos 64 e 1670, respectivamente.

Tabela 11 Favorabilidade das ações de improbidade

FAVORABILIDADE DAS AÇÕES CRIMINAIS

SÉRIE HISTÓRICA		META
2016	77,53%	75% ao ano
2017	78,16%	
2018	81,87%	

Tabela 12 Favorabilidade das ações criminais

FAVORABILIDADE DAS AÇÕES CÍVEIS/TUTELA

SÉRIE HISTÓRICA		META
2016	72,56%	75% ao ano
2017	77,64%	
2018	78,74%	

Tabela 13 Favorabilidade das ações cíveis/tutela

FAVORABILIDADE DAS AÇÕES ELEITORAIS

SÉRIE HISTÓRICA		META
2016	85,89%	75% ao ano
2017	86,24%	
2018	85,25%	

Tabela 14 Favorabilidade das ações eleitorais

Com a proximidade ao fim da vigência do atual PEI (em dezembro/2020), para garantir a continuidade deste, o MPF já iniciou o processo de elaboração do novo Plano Estratégico, alinhado com o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público 2020/2029 (PEN 2020/2029), cujo processo de elaboração está em andamento e é coordenado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

4.2 PLANEJAMENTOS TEMÁTICOS E PAINÉIS DE CONTRIBUIÇÃO

Monitorar o desempenho da estratégia é um processo dinâmico e incremental

de avaliação institucional. No caminho de modernização institucional, a cultura de planejamento e o monitoramento de resultados dedicam-se ao fortalecimento dos níveis estratégico e tático.

Em 2012, o Projeto de Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional (Depei), instituído pela [Portaria PGR/MPF nº 725, de 22 de dezembro de 2011](#), e conduzido por consultoria especializada, contemplou a forma de contribuição dos órgãos, das secretarias e unidades gestoras do MPF com a construção de:

- >> planejamentos temáticos para as Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), Ouvidoria, Corregedoria, Função Eleitoral e para Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC); e
- >> painéis de contribuição para cada uma das 32 unidades gestoras e para as Secretarias Nacionais.

Os planejamentos temáticos definem a contribuição de cada órgão superior – Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), Ouvidoria, Corregedoria, Função Eleitoral, Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) ou da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – para a implementação da estratégia institucional. Constituídos por mapa, indicadores e iniciativas/projetos temáticos, condensam a estratégia da atuação temática do órgão superior para o alcance dos objetivos estratégicos traçados no Mapa Estratégico do MPF.

O painel de contribuição destina-se às secretarias, procuradorias da República (PRs) e procuradorias regionais da República (PRRs) e reflete o que deve ser priorizado para acompanhamento ou execução no biênio. É formado, portanto, pelos indicadores e pelas iniciativas (ou pelos projetos) das unidades.

O Acordo de Resultados é instrumento gerencial que visa à prestação de contas do desempenho das secretarias e é voltado à obtenção dos resultados necessários ao alcance da visão institucional. Reforça e formaliza o painel de contribuição de cada unidade e busca o alinhamento estratégico destas com o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no PEI.

O fim da vigência do Acordo de Resultados da Secretaria-Geral para o biênio 2016-2017 estava previsto para 31 de dezembro de 2017. Das 464 iniciativas que constavam em painéis de contribuição ou planejamentos temáticos 2016/2017 cadastrados no Si-GOV, 345 foram concluídas e 119 ficaram pendentes de conclusão. No final do ano de 2017, a SGE deu início ao processo de elaboração dos Painéis de Contribuição para o biênio 2018-2019.

Por meio da [Portaria MPF nº 196, de 4 de abril de 2018](#), a Secretaria-Geral publicou

o [Acordo de Resultados 2018/2019](#). Nele, estão previstas as ações, iniciativas e projetos prioritários para a Secretaria-Geral do MPF.

**NO ACORDO DE RESULTADOS
ESTÃO PREVISTAS AS AÇÕES,
INICIATIVAS E PROJETOS
PRIORITÁRIOS PARA A ÁREA
ADMINISTRATIVA DO MPF.**

4.3 PLANOS DIRETORES

O Plano Diretor é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos táticos, de modo a contribuir com a materialização da estratégia organizacional e promover o alcance dos resultados institucionais. É por meio dele que a unidade elabora o seu diagnóstico e define os seus objetivos de contribuição – fins que a unidade, mais concreta e diretamente, buscará alcançar para contribuir com a realização de um ou mais objetivos estratégicos –, suas metas e seus indicadores de desempenho táticos, o portfólio de ações prioritárias, os custos financeiros implicados e a gestão de riscos que realizará a médio prazo.

O objetivo do Plano Diretor é promover o alinhamento do Planejamento Estratégico com o tático e nortear a atuação das áreas nacionalmente.

A criação dos planos diretores resume, portanto, os propósitos dos serviços de área temática de atuação do MPF para os próximos quatro anos, fazendo, assim, uma analogia ao instrumento de planejamento e orçamento chamado Plano Plurianual (PPA). O Plano Diretor estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas a serem perseguidas pelas áreas, num período de 4 anos, com vista ao aprimoramento e à priorização das atividades e à melhoria da gestão institucional do Órgão, conferindo transparência e efetividade às ações e promovendo o alinhamento do trabalho à estratégia, com foco em resultados.

Versões finais

- >> [Plano Diretor de Saúde](#)
- >> [Plano Diretor de Gestão de Pessoas](#)
- >> [Plano Diretor de Segurança Institucional](#)
- >> [Plano Diretor de Tecnologia da Informação](#)

4.4 INICIATIVAS E INDICADORES

Registram-se 881 iniciativas cadastradas no Sistema Eletrônico de Governança e Gestão Estratégica (SiGOV) e previstas para serem executadas em 2018, conforme tabela a seguir.

SITUAÇÃO DAS INICIATIVAS POR UNIDADE		
TIPO DE UNIDADE	SITUAÇÃO DA INICIATIVA	QUANTIDADE
Órgãos Superiores*	Concluída	6
	Em andamento	56
Procuradoria da República	Concluída	205
	Em andamento	327
Procuradoria Regional da República	Concluída	30
	Em andamento	63
Secretarias Nacionais	Concluída	48
	Em andamento	146
Total de iniciativas concluídas ou em andamento		881
*(CCRs, PFDC, Ouvidoria, secretarias vinculadas à PGR)		

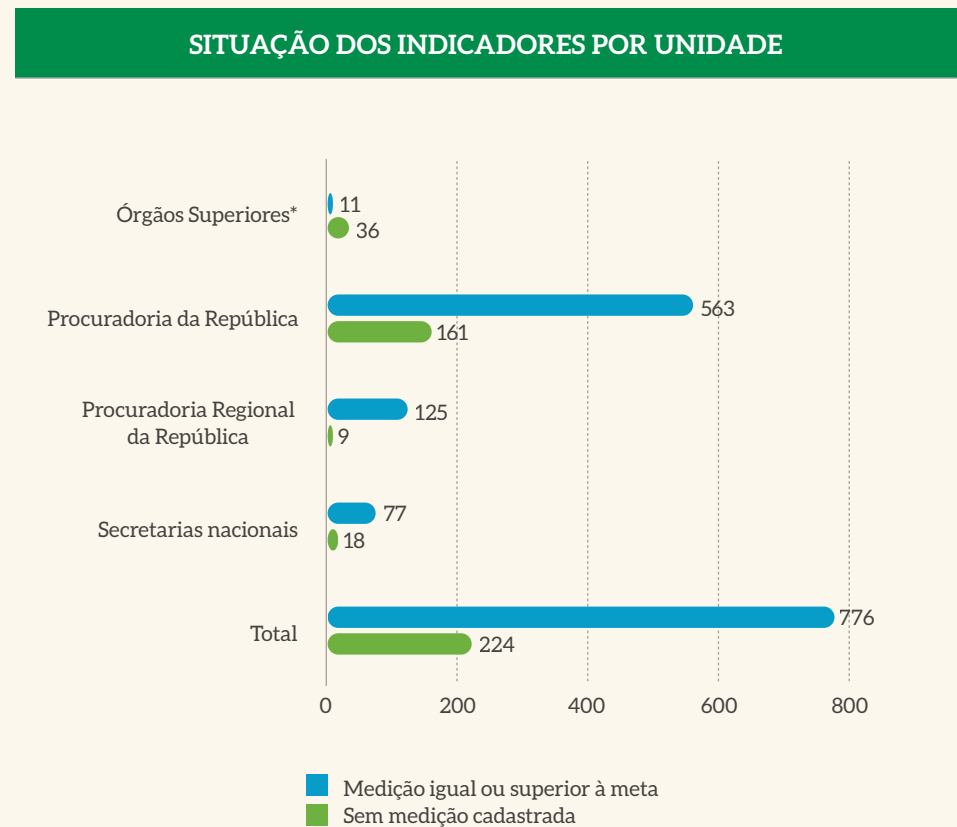
Tabela 15 Situação das iniciativas por Unidade

Em relação às secretarias, demonstra-se, na sequência, a situação das 194 iniciativas concluídas e em andamento por Secretaria Nacional, pela Conjur e pela CVE:

SITUAÇÃO DAS INICIATIVAS CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO POR SECRETARIA NACIONAL, PELA CONJUR E PELA CVE			
TIPO DE UNIDADE	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDA	TOTAL GERAL
Conjur	4	5	9
CVE	13	4	17
SA	24	3	27
SEA	3	-	3
Sejud	23	14	37
Seplan	8	3	11
SGE	23	9	32
SGP	25	5	30
SI-Saúde	6	1	7
SPO	1	1	2
SSIn	10	2	12
Stic	6	1	7
TOTAL GERAL	146	48	194

Tabela 16 Situação das iniciativas concluídas e em andamento por Secretaria Nacional, pela Conjur e pela CVE

Com relação aos indicadores, dos 1.000 cadastrados no SiGOV, com meta definida para 2018, 776 cumpriram a meta (77,6%), conforme o gráfico a seguir.



*(CCRs, PFDC, Ouvidoria, secretarias vinculadas à PGR)

Gráfico 7 Situação dos indicadores por Unidade

A seguir, encontram-se as medições dos indicadores, por secretaria nacional:

SITUAÇÃO DAS MEDIÇÕES DOS INDICADORES POR SECRETARIA NACIONAL, PELA CONJUR E PELA CVE			
TIPO DE UNIDADE	MEDIÇÃO IGUAL OU SUPERIOR À META DEFINIDA	SEM MEDIÇÃO CADASTRADA	TOTAL
Conjur	4	1	5
CVE	7	0	7
SA	7	2	9
SEA	1	0	1
Sejud	15	0	15
Seplan	5	0	5
SGE	4	0	4
SGP	13	2	15
SI-Saúde	4	4	8
SPO	0	5	5
Sppea	0	2	2
SSIn	5	1	6
Stic	12	1	13
TOTAL GERAL	77	18	95

A existência de indicadores sem medição cadastrada decorre, principalmente, da adoção de modelo de gestão descentralizada da execução da estratégia, que privilegia a autonomia funcional indo ao encontro da grande capilaridade geográfica e temática do MPF. Nesse contexto, as unidades referenciadas são responsáveis pela autogestão de seus indicadores, inclusive quanto à tempestiva exclusão de indicadores a serem monitorados.

Tabela 17 Situação das medições dos indicadores por secretaria nacional, pela Conjur e pela CVE

A contribuição por objetivo estratégico pode ser visualizada por meio da tabela apresentada a seguir. Os dados refletem o total de indicadores e iniciativas, e a respectiva vinculação com o objetivo estratégico correspondente. É importante destacar que nas iniciativas foram contabilizados os projetos que estão inseridos nos painéis de contribuição e/ou planejamentos temáticos das unidades.

TOTAL DE INDICADORES, INICIATIVAS E PROJETOS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO*			
OBJETIVO	INDICADORES	INICIATIVAS	TOTAL
OE01 – Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	25	44	69
OE02 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores	69	53	122
OE03 – Assegurar a atratividade das carreiras do MPF	163	54	217
OE04 – Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	306	81	387
OE05 – Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária	86	17	103
OE06 – Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos	3	1	4
OE07 – Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa	26	72	98
OE08 – Implementar o processo de Gestão do Conhecimento	7	26	33
OE09 – Fomentar relacionamento com públicos de interesse	14	8	22
OE10 – Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável	483	362	845
OE11 – Fortalecer as estruturas de apoio à investigação	36	73	109

Tabela 18 Total de indicadores, iniciativas e projetos por objetivo estratégico

TOTAL DE INDICADORES, INICIATIVAS E PROJETOS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO*			
OBJETIVO	INDICADORES	INICIATIVAS	TOTAL
OE12 – Fortalecer a segurança institucional	47	105	152
OE13 – Assegurar corpo pericial flexível às demandas	1	0	1
OE14 – Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura	83	52	135
OE15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada	12	28	40
OE16 – Fortalecer a atuação extrajudicial	21	18	39
OE17 – aperfeiçoar a atuação judicial	61	24	85
OE19 – Fomentar e acompanhar a produção de proposições legislativas no interesse da realização da Missão	1	0	1
OE20 – Buscar maior protagonismo da Instituição perante a sociedade civil em temas relevantes para o MPF	0	1	1
OE21 – Combate à criminalidade e à corrupção	10	4	14
OE22 – Proteção ao regime democrático dos direitos fundamentais	1	6	7
OE24 – Aproximação com o cidadão	73	30	103
OE25 – Trabalho em grupo e parcerias	3	1	4
TOTAL GERAL	1.531	1.060	2.591

*Observação: Para demonstração da contribuição por objetivo estratégico, foram considerados todos os indicadores e iniciativas presentes em painéis de contribuição para os períodos de 2017/2018 e 2018/2019. Isso se deve ao fato de 2018 ser o ano de referência e de haver planejamentos em revisão para o primeiro período listado que necessitam ser considerados. Indicadores: foram considerados todos os indicadores com ou sem meta definida dos planejamentos temáticos e/ou painéis de contribuição. Iniciativas: foram consideradas todas as iniciativas presentes em planejamentos temáticos e/ou painéis de contribuição a serem concretizadas em 2018 e/ou 2019, incluídos os projetos inseridos em planejamentos temáticos e/ou painéis de contribuição.

A relação/descrição das iniciativas e indicadores dos Painéis Estratégicos das procuradorias regionais da República (PRRs) e das procuradorias da República (PRs) poderá ser consultada pelo link <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/desempenho/estrategia-do-mpf-nos-estados>.

Quanto às iniciativas e indicadores das Secretarias Nacionais vinculada à secretaria-geral do MPF, poderão ser consultados pelo link <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/desempenho/secretarias-e-unidades-nacionais>, por meio do Acordo de Resultados assinado pelos Secretários do MPF, referente a 2018.

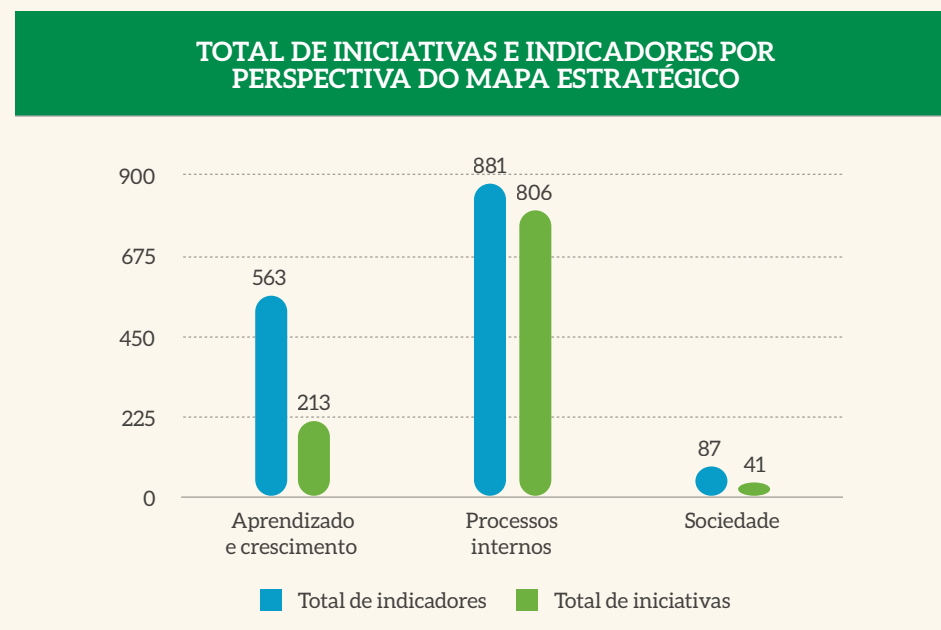


Gráfico 8 Total de iniciativas e indicadores por perspectiva do Mapa Estratégico

4.5 CERTIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Em 7 de março, foi publicado o [Edital nº 45/2018](#), que estabelece a avaliação técnica que certifica o desempenho dos painéis de contribuição das procuradorias da República (PRs) e procuradorias regionais da República (PRRs) do Ministério Público Federal (MPF).

Sobre o processo – As PRs e PRRs serão avaliadas por meio de 37 critérios, balizados com as secretarias nacionais. A adesão ao processo de certificação é facultativa e segue a faixa de pontuação apresentada:

FAIXA DE PONTUAÇÃO DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO		
MENÇÃO	PRs	PRRs
Selo Diamante	Atender a, pelo menos, 90% da pontuação total	Atender a, pelo menos, 95% da pontuação total
Selo Ouro	80% a 89,99% da pontuação total	85% a 94,99% da pontuação total
Selo Prata	65% a 79,99% da pontuação total	70% a 84,99% da pontuação total
Selo Bronze	50% a 64,99% da pontuação total	50% a 69,99% da pontuação total

Tabela 19 Faixa de pontuação do processo de certificação

De acordo com a faixa de pontuação que a unidade se encaixar (com base no atendimento aos critérios) ela receberá um selo (bronze, prata, ouro e diamante). Além disso, a SGE oferecerá às três unidades que obtiverem as maiores pontuações a certificação de qualidade com base na norma ISO 9001:2015, preferencialmente, do processo "Prestar atendimento ao cidadão pela Sala de Atendimento ao Cidadão" da unidade ou de suas unidades vinculadas.

Para saber mais sobre o processo de Certificação de Desempenho dos Painéis de Contribuição das PRs e PRRs, [clique aqui](#).

4.6 ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA

De forma a adequar-se à [Resolução CNMP nº 147, de 21 de junho de 2016](#), o MPF implementou o ciclo das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia. O objetivo é apresentar os resultados dos instrumentos de planejamento e discutir oportunidades de melhoria para viabilizar o alcance das metas definidas para os indicadores, bem como o cumprimento dos prazos e a promoção da qualidade das iniciativas e dos projetos.

Por meio desses instrumentos de monitoramento e controle, pretende-se, ainda, fomentar a consecução dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico Institucional (PEI), alinhados às diretrizes do Planejamento Estratégico Nacional (PEN) determinadas pelo CNMP.

As Reuniões de Acompanhamento da Estratégia dividem-se em três tipos: Reuniões de Acompanhamento Operacional, Reuniões de Acompanhamento Tático e Reuniões de Análise da Estratégia.

REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL

Apresentam-se internamente os resultados dos indicadores e das iniciativas presentes nos respectivos painéis de contribuição, assim como a evolução da execução orçamentária. A periodicidade é trimestral e os participantes variam conforme a esfera de atuação.

Participantes:

Secretarias nacionais – secretários e secretários adjuntos com as respectivas equipes;
Órgãos superiores – coordenadores das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), secretários executivos com as respectivas equipes;

REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO TÁTICO

Apresentam-se os resultados dos indicadores, dos projetos e das iniciativas de maior relevância (a qual pode advir de transversalidade, dificuldade de execução, sucesso na concretização, entre outros). A periodicidade é trimestral e os participantes variam conforme a esfera e a área de atuação (meio ou fim):

Participantes:

Área-meio do MPF:

Na PGR – secretários nacionais, com apoio e assessoria da SGE;

Nas PRs e PRRs – procuradores-chefes e secretários estaduais com os chefes das áreas responsáveis pelos indicadores e pelas iniciativas dos painéis de contribuição, com apoio dos assessores de Planejamento e Gestão Estratégica (APGEs).

Área-finalística do MPF:

Coordenadores e secretários executivos das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com apoio e assessoria da SGE.

REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Monitoramento dos indicadores e projetos estratégicos pela alta cúpula do MPF em cada esfera de atuação.

Participantes:

Nacional – Comitê de Gestão Estratégica, com o apoio e assessoria da SGE;
PRs e PRRs – Realizada pelo Colégio de Procuradores, com apoio dos APGEs.

4.7 PROJETOS NO PEI 2011- 2020

A gestão de projetos é um instrumento utilizado para identificar, acompanhar, coordenar e executar ações de desenvolvimento e inovação no MPF. É uma ferramenta para atuação organizada alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, visando à consecução dos objetivos estratégicos e com resultados efetivos para a sociedade.

Está disponível no site da modernização do MPF a tabela contendo a relação dos 25 objetivos estratégicos e dos 95 projetos estratégicos acompanhados pelo Escritório de Projetos do MPF durante o ano de 2018.

A tabela apresenta todos os projetos estratégicos que foram executados ou encerrados no ano de 2018, relacionando-os ao respectivo objetivo estratégico alcançado com a execução do projeto.

Cabe observar que um projeto pode estar relacionado a vários objetivos estratégicos. (http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/escritorio-de-projetos/projetos-e-relatorios/projetos_objetivos_2018.pdf).

No processo avaliativo do Edital SG/MPF nº 50/2018, foram inscritas 57 propostas de novos projetos, entre as quais 44 foram aprovadas (27 projetos administrativos e 17 projetos finalísticos). Os custos dos referidos projetos são apresentados na tabela a seguir:

CUSTOS DE PROJETOS EM 2018			
NATUREZA DE DESPESA	PLANEJADO 2018	EXECUTADO 2018	PROPORÇÃO
Gratificação	R\$ 1.130.172	R\$ 895.728	79%
Diárias	R\$ 401.844	R\$ 213.957	53%
Passagens	R\$ 223.344	R\$ 103.918	47%

Tabela 20 Custos de projetos em 2018

4.8 ATUAÇÃO TEMÁTICA (CCRs e PFDC)

Quando se pensa nas diretrizes para a atuação finalística do MPF, há referência às Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC), cuja atuação se dá no macroprocesso finalístico DEFESA DOS INTERESSES DA SOCIEDADE e têm a SOCIEDADE como principal cliente de sua atuação. Nas próximas páginas, encontram-se as descrições dos temas e atuações, bem como os produtos e principais resultados dos citados órgãos colegiados referentes ao exercício de 2018, ficando registrados também os desafios, perspectivas e riscos da atuação dessas unidades.

DESAFIOS, PERSPECTIVAS E RISCOS:

- 1) Atuar de forma cada vez mais articulada nacionalmente;
- 2) Buscar um agir criativo e planejado, a avaliação das políticas e ações voltadas ao desenvolvimento, em bases ambientalmente sustentáveis e no marco da promoção dos direitos humanos;
- 3) Aprofundar a discricionariedade na persecução penal e os mecanismos de construção conjunta entre titulares de ofícios, grupos de apoio e de trabalho;
- 4) Implementar mais ações focadas nos temas estratégicos nacionais, regionais e locais;
- 5) Estabelecer diretrizes para arquivamentos por falta de justa causa e o uso dos acordos de não persecução;
- 6) Perseverar na busca da preservação da sustentabilidade do mercado interno como patrimônio da União, conciliando-se com a defesa do direito fundamental do consumidor
- 7) Criar projetos que deem visibilidade às populações indígenas, comunidades tradicionais e sua realidade;
- 8) Implementar a proposta de criação de ofícios de atuação concentrada em polos.

PRINCIPAIS RESULTADOS CCRs E PFDC		
ÓRGÃOS E TEMAS	PRINCIPAIS RESULTADOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
1ª CCR Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em geral	- Concentração de esforços em quatro grandes temas: educação, saúde, previdência e terras públicas - Fortalecimento de grupos de trabalho - Termo de Cooperação em Goiás para garantir que dinheiro recuperado em combate à corrupção seja utilizado na rede pública de ensino - Emprego das verbas do Fundef exclusivamente na educação e elaboração de manual de atuação para auxiliar nesse trabalho - Ações para o aumento da transparência das informações relativas aos recursos destinados ao ensino e à saúde - Redução de 98% do acervo de procedimentos - Audiência pública para discussão do Programa Nacional de Imunização - Posicionamento em prol da transparência de dados da dívida pública brasileira	OE 2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores OE 5 – Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária OE 10 – Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada. OE 25 – Trabalho em grupo e parcerias

PRINCIPAIS RESULTADOS CCRs E PFDC		
ÓRGÃOS E TEMAS	PRINCIPAIS RESULTADOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
2ª CCR Criminal	- Aprimoramento da atuação criminal do MPF por meio da articulação com órgãos parceiros - Publicação da Orientação Conjunta nº 3, em parceria com as 4ª CCR e 5ª CCR, para regulamentação dos acordos de não persecução penal - Prorrogação e reformulação do grupo de apoio ao combate à escravidão contemporânea para abranger o tráfico de pessoas - Lançamento de cinco coletâneas de artigos versando sobre trabalho escravo, tráfico de pessoas, crimes cibernéticos, crimes fiscais, entre outros - Promoção de reuniões e oficinas sobre contrabando e descaminho; fraudes e benefícios previdenciários urbanos, rurais e assistenciais e atuação criminal nas regiões de fronteira - GTs e grupos de apoio sobre assuntos como: combate à lavagem de dinheiro, fraudes previdenciárias, colaboração premiada, entre outros	OE 2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores OE 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE 17 – Aperfeiçoar a atuação judicial

Tabela 21 Principais resultados CCRs e PFDC

PRINCIPAIS RESULTADOS CCRs E PFDC		
ÓRGÃOS E TEMAS	PRINCIPAIS RESULTADOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
3º CCR Consumidor e Ordem Econômica	- Priorização de temas como: contratos de concessão de rodovias e ferrovias, marco regulatório do sistema elétrico, regras para a aviação e para a cobrança por planos de saúde, com concentração de esforços na área da saúde - Solicitação de informações à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre a cobrança de coparticipação e franquias em planos de saúde, obtendo como resultado a revogação da resolução sobre o tema - Expedição de recomendação para interromper a venda de medicamentos e insumos por parte dos hospitais e clínicas - Recomendações ao Ministério dos Transportes e à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), visando ao interesse dos usuários, à vantagem econômica para o mercado e à preservação do interesse público, no que tange à renovação - Acompanhamento da reformulação do marco regulatório do setor elétrico - Participação em eventos internacionais sobre blockchain, além de Comércio e Desenvolvimento	OE 2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Membros e dos servidores OE 8 – Implementar o Processo de Gestão do Conhecimento OE 10 – Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE 23 – Atuação preventiva

PRINCIPAIS RESULTADOS CCRs E PFDC		
ÓRGÃOS E TEMAS	PRINCIPAIS RESULTADOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
4º CCR Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	- Instauração de procedimentos e 16 recomendações para acompanhar a situação de 29 museus (após a tragédia, em setembro, do Museu Nacional) - Conquista da 6ª edição do Prêmio República da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) com o projeto Amazônia Protege - Avaliação do índice de transparência ambientação de órgãos brasileiros, por meio do Ranking da Transparência Ambiental - Redução de 79% do acervo de procedimentos - Criação de grupos de trabalho e instituição da Força-Tarefa Amazônia para combater a macrocriminalidade na região - Realização de conferência internacional em parceria com a Embaixada da França, sobre proteção do mar e combate à poluição marinha	OE 2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores OE 5 – Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária OE 7 – Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa OE 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE 19 – Fomentar e acompanhar a produção de proposições legislativas no interesse da realização da missão OE 20 – Buscar maior protagonismo da Instituição perante a sociedade civil em temas relevantes para o MPF OE 23 – Atuação preventiva

PRINCIPAIS RESULTADOS CCRs E PFDC		
ÓRGÃOS E TEMAS	PRINCIPAIS RESULTADOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
5ª CCR Combate à Corrupção	- Fortalecimento do uso de acordos de leniência e de colaboração premiada no enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa - Reconhecimento no STF de entendimento de que ressarcimento não prescreve quando se trata de ato de improbidade doloso - Atuação na Lava Jato em busca de ressarcimento na ordem de mais de R\$ 60 bilhões - Promoção de ciclo de debates e coletânea de artigos sobre a Lei de Improbidade Administrativa - Assinatura de termo de cooperação técnica e assistência mútua com o TCU - Publicação de Orientação Conjunta que trata dos acordos de colaboração premiada - Criação de Grupo de Trabalho para tratar de aplicação de recursos de TI no combate à corrupção e para análise da terceirização da saúde, em parceria com a 1ª CCR	OE 2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores OE 8 – Implementar o processo de gestão do conhecimento OE 10 – Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE 21 – Combate à criminalidade e à corrupção OE 24 – Aproximação com o cidadão OE 25 – Trabalho em grupo e parcerias

PRINCIPAIS RESULTADOS CCRs E PFDC		
ÓRGÃOS E TEMAS	PRINCIPAIS RESULTADOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
6ª CCR Populações Indígenas e Comunidade Tradicionais	- Fortalecimento de ação de proteção a povos indígenas, direitos territoriais e comunidades Tradicionais - Lançamento de ações no intuito de sensibilizar a sociedade e cobrar medidas de proteção dos direitos das populações indígenas (Abril Indígena; Maio Cigano e Novembro Quilombola) - Assinatura da portaria instituindo o Grupo de Trabalho Intersetorial para monitoramento e resposta rápida em casos de violações a direitos humanos, em parceria com a PFDC e 7ª CCR - Lançamento do documentário “Ciganos: Povo Invisível”, além de artigos e expedição de recomendações - Atualização da linha do tempo da atuação indígena do MPF com o projeto Aldeia da Memória - Lançamento do Manual de Atuação Reconhecimento de Direitos Territoriais de Comunidades Quilombolas	OE 2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores OE 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE 24 – Aproximação com o cidadão OE 25 – Trabalho em grupo e parcerias

PRINCIPAIS RESULTADOS CCRs E PFDC		
ÓRGÃOS E TEMAS	PRINCIPAIS RESULTADOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
7ª CCR Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional	- Promoção de esforços nas ações em defesa dos direitos humanos no sistema de segurança pública brasileiro - Debate sobre intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro para a proteção dos direitos humanos e no controle externo da atividade judicial, combate e prevenção à tortura por agentes públicos e construção de redes para proteção da cidadania - Realização de inspeção extraordinária ao Instituto Prisional Penal Plácido de Sá Carvalho, no Rio de Janeiro - Promoção de debate a fim de discutir a situação das detentas brasileiras e o despreparo das unidades prisionais - Reunião com representantes do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - Lançamento de editais para composição de 4 novos grupos de trabalho (mulheres e pessoas LGBTQTTI+ nas prisões, educação no sistema prisional, direito à saúde das pessoas privadas de liberdade e direitos humanos na prisão)	OE 2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores OE 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE 24 – Aproximação com o cidadão OE 25 – Trabalho em grupo e parcerias

PRINCIPAIS RESULTADOS CCRs E PFDC		
ÓRGÃOS E TEMAS	PRINCIPAIS RESULTADOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
PFDC Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	- Concentração de esforços na defesa de garantias fundamentais: direito à saúde, educação, assistência social, acessibilidade, acesso à justiça, liberdade de expressão, moradia adequada e não discriminação - Mobilização de esforços para garantir a adequada cobertura vacinal de crianças em todo o país - Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pela PFDC e onze editoras de livros didáticos em todo o Brasil, para garantir a disponibilização de obras em formato acessível a pessoas com deficiência - Atuação conjunta para garantir o fim de ações arbitrárias contra professores, com expedição de recomendação em 24 instituições públicas de educação básica e superior em todo o país - Publicação do Relatório Final da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, trabalho realizado conjuntamente com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) - Promoção da audiência pública “Revisão Periódica Universal no marco dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: por um plano nacional de monitoramento das recomendações” - Participação do 13º Fórum Social Mundial para debates sobre a garantia de direitos sociais, desenvolvimento humano e democracia - Promoção do Seminário Ibero-Americano de Proteção aos direitos dos Venezuelanos	OE 2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores OE 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE 20 – Buscar maior protagonismo da Instituição perante a sociedade civil em temas relevantes para o MPF OE 22 – Proteção do Regime Democrático e promoção dos Direitos Fundamentais OE 25 – Trabalho em grupo e parcerias.

RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL, ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS

Em um cenário de restrições orçamentárias e crescentes demandas, trazer soluções inovadoras passou a integrar nosso dia a dia, com o propósito de fazer mais com menos e vencer os desafios da forma mais eficiente possível. Sendo assim, ao longo do último ano, o trabalho desta Secretaria-Geral resultou em uma série de ações e procedimentos voltados para o público interno (membros e servidores), bem como para o público externo - nacional e estrangeiro. As iniciativas foram promovidas de modo a garantir os direitos humanos e das minorias, o combate à corrupção e à criminalidade e a proteção do regime democrático. O intuito foi promover os direitos fundamentais e a atuação preventiva, fortalecendo a atuação judicial e extrajudicial e proporcionando uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere e transparente para a Sociedade.

Nesse contexto, a Secretaria-Geral do Ministério Público Federal exerce um trabalho substancial de alinhamento das áreas administrativas da instituição e das unidades do MPF ao redor do país. Compondo o Comitê de Gestão Estratégica e o Subcomitê de Gestão Administrativa, a Secretaria-Geral aprecia matérias de relevância estratégica, promove a convergência entre o Planejamento Estratégico e os planejamentos temáticos e fomenta o desenvolvimento das unidades do MPF. Por meio da atuação da governança e com os esforços de cada membro e de cada servidor dedicados a este Ministério, conseguimos avançar em direção ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho, contribuindo significativamente para o alcance da missão e visão institucionais e para o bem-estar de todos.

Considerando as mudanças oriundas dos impactos da EC 95/2016, e sob o viés da Sustentabilidade Orçamentária, buscamos assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária, por meio do estabelecimento de prioridades para os investimentos e a economia de recursos. Soluções de inovação em tecnologia da informação e comunicação alinhadas à estratégia foram implementadas visando à melhoria dos processos internos de trabalho.

O empenho de todos em cumprir o disposto na EC 95/2016 levou a uma inédita execução orçamentária de 99,97%. Para atingir número tão elevado, implementaram-se medidas para o estrito cumprimento do limite de pagamento prescrito para o Órgão, sem afetar sua capacidade de entregar resultados e gerar valor à coletividade. Entre as principais iniciativas visando à contenção de despesas e à melhora da qualidade dos gastos no âmbito do MPF, estão: o desenvolvimento da metodologia “Projeção, Análise e Gestão de Pagamentos (PAGP)”, com o objetivo de

estabelecer correlações estatísticas que possam fomentar o controle do limite de pagamentos nos exercícios subsequentes; a conscientização dos gestores para uma nova realidade fiscal, na qual é imperativo “fazer mais com menos”, prestigiando o princípio da eficiência; o controle criterioso das despesas relativas a restos a pagar; a suspensão da implantação de novas Procuradorias da República; e a avaliação da viabilidade de fusão ou incorporação de unidades existentes, sem prejuízo da atuação ministerial na região.

Ademais, inúmeros foram os ganhos e as conquistas ao longo de 2018. Na linha da transparência, o comprometimento do MPF com a prestação de contas tornou-se evidente ao longo do ano de 2018. O Portal da Transparência do MPF (<http://www.transparencia.mpf.mp.br/>) encontra-se na 2ª colocação no ranking nacional do CNMP, apresentando índice de conformidade de 99,84%. Já na avaliação do TCU, obteve a 3ª colocação, dentre 135 organizações avaliadas.

A qualidade de vida no trabalho entrou no rol de prioridades da gestão e permeou as diversas ações promovidas no país. Buscamos incentivar e executar capacitações presenciais e a distância, além de oferecer bolsas de pós-graduação, lato e stricto sensu, para o desenvolvimento de nossos servidores e membros. Ações como o Dimensionamento da Força de Trabalho e a Avaliação por Competências foram implementadas para otimizar os resultados institucionais e a melhor alocação de pessoal, além da promoção da Qualidade de Vida. Todas estas medidas estão alinhadas à perspectiva “Aprendizado e Crescimento”, constante do mapa estratégico do MPF, cujos objetivos são desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de membros e servidores e assegurar a atratividade das carreiras do MPF. Nessa esteira, tivemos, em 2018, a nomeação de 40 analistas, 59 técnicos e 17 membros para a carreira do MPF.

No âmbito da Tecnologia da Informação, empreenderam-se ações de inovação na infraestrutura de sua Rede Nacional, contemplando melhorias no provimento de segurança da informação. Considerado o contrato mais estratégico do setor, a Rede viabiliza a atuação institucional do MPF na medida em que interliga todas as suas unidades, bem como estas à Internet. Assim, a Rede Nacional permite acesso de membros e de servidores aos sistemas e serviços corporativos providos pelo MPF, tais como Processo Eletrônico via Sistema Único, videoconferências e oitivas, além de serviços providos por outros órgãos da Administração Pública.

O MPF investiu na contratação de Serviços Gerenciados de Segurança (ou Ma-

naged Security Services – MSS), promovendo monitoramento e gerenciamento especializado em segurança da informação para a rede do MPF. Com isso, haverá maior robustez e amplitude na segurança da informação, reduzindo riscos e aumentando a proteção da atuação institucional do MPF.

A elaboração deste relatório seguiu as diretrizes contidas nas Decisões Normativas TCU nº 170/2018 e 172/2018 e na portaria TCU nº 369/2018. Nessa linha, buscamos elaborar um documento mais conciso, destacando os aspectos mais relevantes para o atingimento da estratégia do MPF. Adotamos um pensamento integrado, considerando o relacionamento existente entre as diferentes áreas da Instituição, conjugando informações financeiras, estratégicas, de governança, de desempenho, alinhando às perspectivas futuras do MPF.

Ante o exposto, e fundado nas informações prestadas pelas áreas gestoras do MPF, DECLARO o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão do MPF para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos da gestão pública em alinhamento com o plano estratégico institucional.


Alexandre Camanho de Assis
Secretário-geral do MPF



5.2 DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

A Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) integra a estrutura da Secretaria-Geral do Ministério Público Federal (SG/MPF), conforme disposto no Regimento Interno Administrativo do MPF ([Portaria SG/MPF nº 382/2015](#)). No citado regimento, estão elencadas as competências e atribuições da SPO, que incluem a coordenação, orientação e supervisão das atividades relativas ao planejamento e execução orçamentária e financeira.

A SPO tem a função de articulação externa com a Secretaria de Orçamento Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, Unidades Orçamentárias do Ministério Público da União (MPU) e Conselho Superior do Ministério Público (CNMP) e de articulação interna e de elaboração de diretrizes e orientações com as unidades gestoras e administrativas do MPF, em matérias orçamentárias e financeiras.

A Instituição vem enfrentando os desafios impostos pelas restrições orçamentárias atuais, decorrentes da situação econômica do país e refletidas nos dispositivos da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016. A SPO vem atuando em prol do MPF com o objetivo de proporcionar um adequado suporte financeiro às unidades do MPF, não obstante o citado cenário econômico-fiscal adverso e garantir a continuidade da prestação dos serviços do Órgão perante a sociedade.

Dessa forma, apesar de não atuar diretamente na execução dos recursos orçamentários e financeiros, vem atuando no sentido de conscientizar os colaboradores (gestores, servidores, prestadores de serviço) da nova realidade de restrição orçamentária vigente, ao mesmo tempo que busca garantir a manutenção das atividades das diversas áreas de atuação do MPF, com aderência às normas legais e à transparência.

Destacamos a seguir os resultados positivos das ações desenvolvidas pela SPO em 2018, alinhados ao Planejamento Estratégico do MPF ([Portaria PGR/MPF nº 687/2011](#)), em especial aos objetivos estratégicos vinculados à sustentabilidade orçamentária: “estabelecer prioridades claras na realização de investimentos” e “assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária”:

- >> Centros de custos no MPF: em evolução aos sistemas internos de medição de custos utilizados em exercícios anteriores, o MPF iniciou a implementação dos centros de custos a partir do Siafi. O objetivo é de utilizar as informações disponíveis para aumentar a eficácia do planejamento e da alocação dos recursos disponíveis; e
- >> Metodologia de Projeção, Análise e Gestão de Pagamentos (PAGP): no contexto da EC nº 95/2016, a SPO elaborou e aplicou durante todo o ano a metodologia PAGP, baseada no comportamento histórico dos pagamentos realizados pelo MPU, com o

objetivo de estabelecer correlações estatísticas que possam fomentar o controle do limite de pagamentos do MPU.

No contexto atual, consideramos que melhorias contínuas nos processos de planejamento, acompanhamento e controle orçamentários e financeiros são primordiais para atuação eficaz e efetiva do MPF. Dessa forma, a SPO continuará atuando dentro de suas competências e atribuições regimentais para:

- >> garantir o respeito ao limite de pagamento imposto pela EC nº 95/2016, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e as demais legislações vigentes;
- >> manter a sustentabilidade orçamentária do MPF para atender à crescente demanda, por parte da sociedade, dos serviços oferecidos pelo Ministério Público Federal;
- >> aprimorar as ações para conscientização dos gestores, com o objetivo de racionalização de despesas do MPF;
- >> implantar o Sistema de Gestão de Custos no âmbito do MPF, de forma a disponibilizar aos gestores informações para melhoria nos processos de alocação de recursos;
- >> incentivar aperfeiçoamentos nos processos de contratação de bens e serviços, visando à economia de recursos;
- >> aprimorar a gestão de riscos no âmbito do planejamento orçamentário, de modo a antever e minimizar potenciais ameaças aos objetivos estratégicos; e
- >> manter abertos canais de comunicação com os gestores, incentivando medidas que visem garantir a sustentabilidade orçamentária ao longo dos anos.

A conformidade e a confiabilidade das informações prestadas fundamentam-se em informações extraídas dos sistemas disponíveis ao MPF, tais como Siafi, Siop, Tesouro Gerencial e em informações prestadas pelos gestores do MPF.

Por fim, DECLARAMOS que os padrões de gestão orçamentários e financeiros do Ministério Público Federal atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas.

Paulo Cesar Magalhães Brayer
Secretário de Planejamento e Orçamento

5.3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2018 (LOA-2018) consignou ao Ministério Público Federal (MPF) o montante inicial de R\$ 3.883,79 milhões. Alterações orçamentárias posteriores redefiniram a dotação para R\$ 3.876,60 milhões. Esse valor corresponde a um acréscimo de 2,7% em relação ao orçamento do ano anterior.

VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MPF - LOA 2018				
LOA-2017*	LOA-2018*	CANCELAMENTOS*	DESPESAS TOTAIS EM 2018*	VARIAÇÃO 2018/2017*
3.773,41	3.883,79	7,19	3.876,60	103,18 (+2,7%)

Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019 - *Valores em Milhões (R\$)

Tabela 22 Variação orçamentária do MPF - LOA 2018

Os cancelamentos de dotação do MPF consistiram em remanejamentos para outras unidades orçamentárias do Ministério Público da União (MPU), efetivadas por meio de créditos adicionais, para suprir insuficiências de dotação apresentadas por essas unidades no decorrer do exercício financeiro. Os dados analisados referem-se à execução orçamentária e financeira das 35 unidades gestoras do MPF (procuradorias da República, procuradorias regionais da República e Procuradoria-Geral da República), e excluem os valores descentralizados a outros órgãos ou unidades orçamentárias.

COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DO MPF

Sob a ótica do grupo de natureza de despesa, o orçamento do MPF é apresentado:

COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DO MPF		
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO AUTORIZADA*	PERCENTUAL DA LOA-2018
Pessoal e benefícios	3.288,38	84,80%
Custeio	527,37	13,60%
Investimentos	60,85	1,60%

Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019 - *Valores em Milhões (R\$)

Tabela 23 Composição do orçamento do MPF

Despesas com pessoal (despesa obrigatória): para melhor compreensão do total de dispêndios com pessoal, aqui foram considerados os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral) e benefícios assistenciais, além das despesas de pessoal e encargos sociais.

Despesas de custeio (despesa discricionária): despesas alocadas na prestação dos mais variados serviços de manutenção organizacional de todas as unidades administrativas do MPF. Tais gastos incluem materiais de consumo, locação de imóveis, locação de mão de obra, pagamento de estagiários, manutenção predial etc.

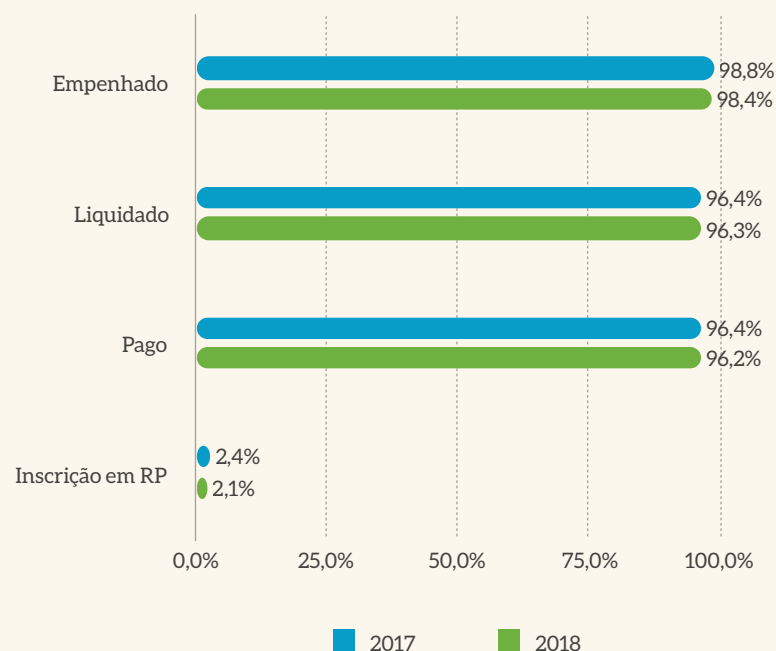
Investimentos (despesa discricionária): são dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como construções, reformas, modernização de instalações, aquisição de equipamentos, desenvolvimento de softwares, etc.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do MPF ocorre de forma descentralizada, por meio de 35 unidades gestoras (27 Procuradorias da República, 5 Procuradorias Regionais da República, Secretaria-Geral, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Administração, sendo as três últimas integrantes da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília-DF). Da dotação autorizada para 2018 de R\$ 3.876,60 milhões, o MPF empenhou R\$ 3.812,80 milhões e liquidou R\$ 3.731,82 milhões. Foram inscritos em restos a pagar não processados R\$ 80,98 milhões.

Do montante empenhado em 2018 pelo MPF, R\$ 19,78 milhões são oriundos de outras unidades orçamentárias, notadamente do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), relativos, principalmente, a protocolos de cooperação firmados entre essas unidades orçamentárias e o MPF para execução descentralizada de despesas referentes ao plano de saúde dos servidores e membros (Plan-Assiste).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2017 X 2018



Em % da Dotação - Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019

Gráfico 9 Execução orçamentária - 2017 X 2018

EXECUÇÃO FINANCEIRA

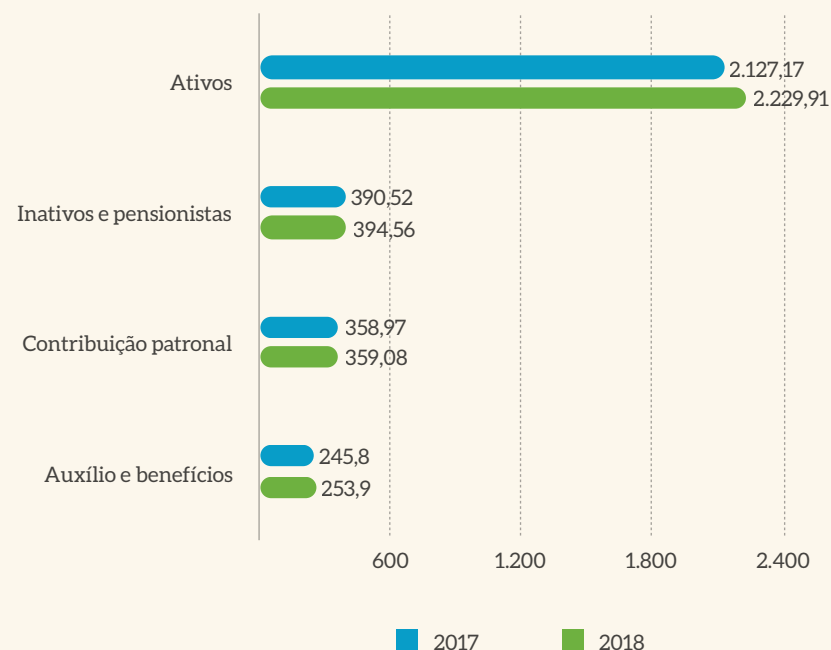
Da dotação referente à LOA-2018, foram pagos no exercício R\$ 3.728,20 milhões. Também foram pagas obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores a 2018 (restos a pagar processados e não processados), no montante de R\$ 91,80 milhões, elevando o total pago em 2018 para R\$ 3.820,00 milhões.

DISPÊNDIOS COM PESSOAL

As despesas com pessoal em 2018 representaram 84,8% do total autorizado na LOA.

Em comparação com 2017, houve um incremento de 2,2%, decorrente, principalmente, de progressões de carreiras e da implementação de duas parcelas (junho e novembro) do reajuste dos servidores, concedido pela Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016. A execução dessa classe de despesa ficou próxima da integralidade, com 97,7% da dotação efetivamente pagos no exercício. A tendência para esse gasto é de aumento nos próximos anos, haja vista a implementação da última parcela de reajuste dos servidores do MPU, incidente a partir de 1º de janeiro de 2019 e a concessão de reajuste do subsídio da procuradora-geral da República, autorizado pela Lei nº 13.753, de 26 de novembro de 2018.

VALORES PAGOS (INCLUI PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR) 2017 X 2018



Inclui pagamento de restos a pagar - Valores em Milhões (R\$) - Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019

Gráfico 10 Valores pagos 2017X2018

DESPESAS DE CUSTEIO

Em 2018, a dotação disponível para despesas de custeio foi de R\$ 527,37 milhões, R\$ 4,84 milhões abaixo do disponível no exercício anterior (R\$ 532,21 milhões). Foram pagos no exercício R\$ 504,82 milhões, sendo que R\$ 35,49 milhões (7%) são relativos a pagamento de restos a pagar. Os gastos mais representativos de custeio concentram-se em locação de mão de obra e serviços de terceiros – pessoa jurídica, com 34,4% e 26,2% do montante pago, respectivamente. Dadas as limitações impostas pelo Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, a tendência esperada para despesas de custeio é manter-se estável ou mesmo reduzir-se, à medida que se implementam diversas ações para redução e racionalização desses gastos na Instituição.

CUSTEIO 2018*	
ELEMENTOS DE DESPESA**	VALORES PAGOS*
Locação de mão de obra	173,55
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	132,13
Indenizações e restituições	62,80
Serviços de Tecnologia da Informação	51,88
Outros serviços de terceiros – pessoa física	39,11
Diárias	19,29
Material de consumo	12,57
Passagens e despesas com locomoção	7,27
Auxílio transporte	3,63
Outras despesas de custeio	2,58
TOTAL	504,82
* Despesas do exercício mais restos a pagar pagos - *Valores em Milhões (R\$)	
** Classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.	
Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019	

Tabela 24 Custeio 2018

CUSTEIO 2018 - % DE PAGAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA



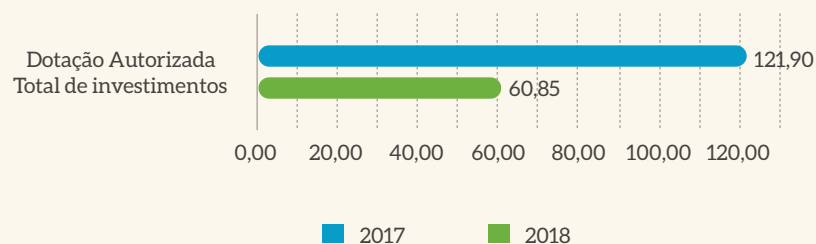
Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019

Gráfico 11 Custeio 2018 - % de pagamento por elemento de despesa

INVESTIMENTOS

As despesas com investimentos sofreram redução de 50% em relação ao autorizado em 2017. As maiores reduções ocorreram em Obras e Instalações, em que são alocados os valores com projetos específicos de construções e de reformas de imóveis. Em 2018 houve redução de R\$ 38,09 milhões (-61,4%) nesse elemento de despesa em comparação com 2017.

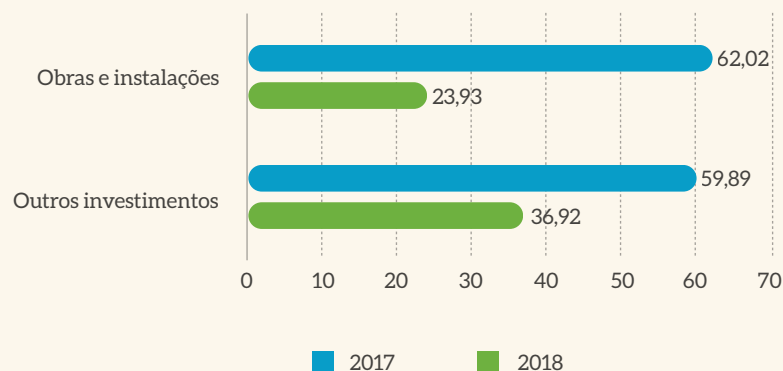
DOTAÇÃO AUTORIZADA - TOTAL DE INVESTIMENTOS*



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019 - *Valores em Milhões (R\$)

Gráfico 12 Dotação autorizada - total de investimentos

DOTAÇÃO AUTORIZADA - 2017 X 2018*



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019 - *Valores em Milhões (R\$)

Gráfico 13 Dotação autorizada - 2017 X 2018

Nas demais despesas de investimentos, a redução foi de R\$ 22,97 milhões, que corresponde a -38,3% na mesma base de comparação.

Essa expressiva redução em investimentos decorre das restrições orçamentárias impostas pela EC nº 95/2016 e da consequente priorização de gastos com pagamento

de folha de pessoal e despesas de manutenção (custeio) das unidades.

Quanto aos pagamentos efetuados, em 2018, somando-se também os relativos a restos a pagar, obtém-se o montante de R\$ 77,73 milhões pagos, R\$ 52,24 milhões abaixo do que foi pago no ano anterior (R\$ 129,97 milhões).

Excluindo-se as despesas com construções e reformas, classificadas como Obras e Instalações, o MPF pagou o montante de R\$ 36,76 milhões em 2018.

Os maiores percentuais de pagamento dessas despesas estão relacionados a equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a aquisição e desenvolvimento de softwares, em linha com a política de nacionalização de produtos informacionais do MPF, privilegiando o acesso digital ao físico.

DESPESAS PAGAS EM 2018 - OUTROS INVESTIMENTOS



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019 - *Valores em Milhões (R\$) - Inclui restos a pagar

Gráfico 14 Despesas pagas em 2018 - outros investimentos

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM 2017 E 2018*

DESPESAS	2017					2018					Varição em R\$	Varição em %
	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP pago ¹	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP pago ¹		
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K=I-D	L=I/D
Pessoal ²	3.119,30	3.125,07	3.117,82	3.117,81	4,65	3.288,38	3.237,74	3.231,00	3.230,90	6,55	113,08	3,6%
Custeio	532,21	507,90	466,48	464,70	29,27	527,37	519,72	472,67	469,33	35,49	4,63	1,0%
Investimentos ³	121,90	95,65	55,00	54,50	75,48	60,85	55,34	28,14	27,97	49,76	-26,53	-48,7%
TOTAL	3.773,41	3.728,62	3.639,30	3.637,01	109,40	3.876,60	3.812,80	3.731,82	3.728,20	91,80	91,18	2,5%

¹ Restos a pagar processados e não processados pagos. ² Inclui benefícios e contribuição patronal. Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019 - *Valores em Milhões (R\$)

³ Contempla inversões financeiras (GND-5). Esse grupo de despesa constou apenas da LOA-2017, no valor de 2,9 milhões, que ficou integralmente contingenciado.

Tabela 25 Dotação e execução das despesas do Ministério Público Federal em 2017 e 2018

Dado o cenário de restrição orçamentária vigente, a tendência para investimentos no MPF, tanto em termos de construções, reformas e modernização de sedes quanto de aquisição de equipamentos e outros bens permanentes, é de acentuada redução. Foram suspensos novos projetos de construção e aquisição de edifícios-sede, bem como de implantação de novas procuradorias da República. Na alocação das dotações, foram priorizadas obras em fase de conclusão, obedecendo a critérios estritamente técnicos estabelecidos pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura do MPF. Na medida do exequível, deverá ser dada atenção especial a investimentos na área de TIC, visando à digitalização de processos e procedimentos, tanto da área fim quanto da administrativa, uma vez que esse investimento gera reconhecidos impactos positivos.

Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o contingenciamento consiste no retardamento ou na inexecução de parte da programação das despesas discricionárias (custeio e investimento) prevista na LOA em função da insuficiência de receitas.

No ano de 2018 ficaram contingenciados R\$ 529.634,00, quantia equivalente a apenas 0,1% das despesas contingenciáveis do MPF. Dessa forma, não houve impacto negativo relevante na programação orçamentária decorrente dessa limitação de empenho. No ano anterior, o montante bloqueado atingiu R\$ 19,45 milhões (3% das despesas contingenciáveis).

CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS

DOTAÇÃO E DESPESA CONTINGENCIADA 2017 X 2018*

	2017	2018
Dotação	654,12	588,22
Contingenciada	19,45	0,53

Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019

*Valores em Milhões (R\$)

Tabela 26 Dotação e despesa contingenciada 2017 x 2018

RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2018

Restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do ano em que foi ordenada a despesa. Tais despesas, para fins contábeis, são classificadas em processadas (o credor já cumpriu sua obrigação, tendo o direito de receber o pagamento) e não processadas (o mesmo que não liquidada, ou seja, ainda não foi apurado se o credor cumpriu com a obrigação).

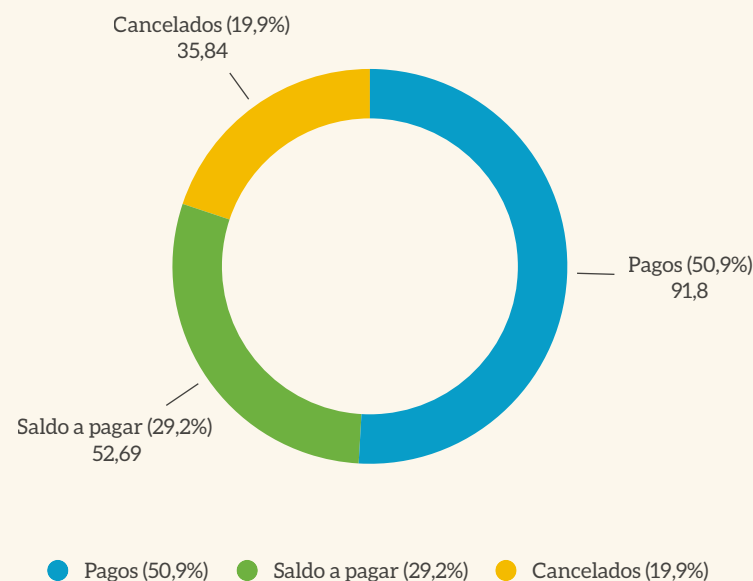
Em relação aos restos a pagar cujos empenhos foram emitidos em exercícios anteriores a 2018 (processados e não processados), havia um saldo inicial de R\$ 180,34 milhões. Foram cancelados R\$ 35,84 milhões e pagos R\$ 91,80 milhões, restando um saldo a pagar de R\$ 52,69 milhões.

O MPF vem envidando esforços para diminuir o volume desses passivos orçamentários, uma vez que eles entram no cômputo do limite de pagamento a que

o Órgão está submetido por força da EC nº 95/2016, impactando negativamente a programação financeira do exercício

RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2018*

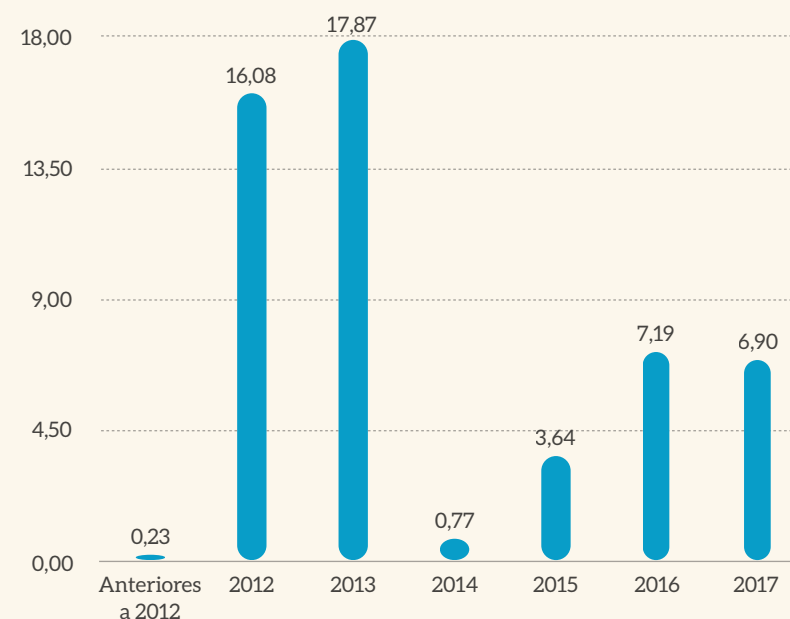
RP Processados e Não Processados (situação em 31/12/2018)



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2019 - *Valores em Milhões (R\$) -

Gráfico 15 Restos a pagar de exercícios anteriores a 2018

SALDO A PAGAR POR ANO DE EMISSÃO DO EMPENHO*



* Valores em Milhões (R\$)

Gráfico 16 Saldo a pagar por ano de emissão do empenho

CONFORMIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O MPF, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, tem como missão precípua a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sua área de atuação abrange assuntos variados, entre os quais: Direitos Sociais, Ordem Econômica, Direitos do Consumidor, Meio Ambiente, Criminal, Combate à Corrupção, Defesa das Populações Indígenas, Controle Externo da Atividade Policial etc.

Consideradas as especificidades de cada área de atuação das unidades ministeriais, a execução orçamentária e financeira no âmbito do MPF ocorre de maneira descentralizada, de modo a permitir aos gestores mais agilidade e efetividade em suas ações, resultando

em melhores serviços à sociedade. É nesse contexto que os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelas unidades gestoras do MPF, em 2018, encontram-se em absoluta conformidade com a legislação aplicável.

Também não pode deixar de ser mencionado o esforço despendido para cumprir o disposto na EC nº 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal (NRF) no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Por intermédio da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/MPF), foram implementadas medidas para o estrito cumprimento do limite de pagamento prescrito para o Órgão, sem afetar sua capacidade de entregar resultados e gerar valor à coletividade.

Entre as principais medidas visando à contenção de despesas e à melhora da qualidade dos gastos no âmbito do MPF, podem-se citar: desenvolvimento da metodologia Projeção, Análise e Gestão de Pagamentos (PAGP), baseada no comportamento histórico dos pagamentos feitos pelo MPU, com o objetivo de estabelecer correlações estatísticas que possam fomentar o controle do limite de pagamentos nos exercícios subsequentes; conscientização dos gestores para uma nova realidade fiscal, na qual é imperativo “fazer mais com menos”, prestigiando o princípio da eficiência; controle criterioso das despesas relativas a restos a pagar (de acordo com o NRF, o pagamento de restos a pagar afeta diretamente o montante de pagamentos que o Órgão pode efetuar, impactando negativamente o planejamento); suspensão de implantação de novas procuradorias da República e avaliação quanto à viabilidade de fusão ou incorporação de unidades existentes, sem prejuízo da atuação ministerial na região.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

>> DESAFIOS

- 1) proporcionar adequado suporte financeiro às unidades do MPF, não obstante o cenário econômico-fiscal adverso;
- 2) conscientizar os colaboradores (gestores, servidores, prestadores de serviço) da nova realidade de restrição orçamentária vigente;
- 3) sugerir, com foco na sustentabilidade orçamentária, a restrição de aportes financeiros a áreas, atividades ou projetos passíveis de redução ou paralização, com o menor impacto possível nas áreas envolvidas;
- 4) buscar a melhora permanente dos gastos da Instituição, sem descuidar da aderência às normas legais e à transparência; e
- 5) respeitar o limite de pagamento imposto pela EC nº 95/2016 ao mesmo tempo que cresce a demanda, por parte da sociedade, dos serviços oferecidos pelo Ministério Público.

>> AÇÕES

- 1) aprimorar as ações para conscientização dos gestores, com o objetivo de racionalização de despesas do MPF;
- 2) implantar o Sistema de Gestão de Custos no âmbito do MPF;
- 3) incentivar aperfeiçoamentos nos processos de contratação de bens e serviços, visando à economia de recursos;
- 4) aprimorar a gestão de riscos no âmbito do Planejamento Orçamentário, de modo a antever e minimizar potenciais ameaças aos objetivos estratégicos;
- 5) ampliar os canais de comunicação com os gestores, incentivando medidas que visem a garantir a sustentabilidade orçamentária ao longo dos anos.

5.4 GESTÃO DE CUSTOS

Conforme a legislação brasileira pertinente, a contabilidade deve permitir o acompanhamento dos custos no serviço público (Lei nº 4.320/1964, art. 85 e art. 99), determinando os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão (Decreto-Lei nº 200/1967, art. 79) apurando-os por projetos e atividades (Decreto nº 93.872/1986, art. 137). A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, art. 50) estabeleceu ainda que a Administração Pública manterá um sistema de custos que permita a avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A partir da Portaria STN nº 157/2011, criou-se o Sistema de Custos do Governo Federal. A Secretaria do Tesouro Nacional implementou o Sistema de Informação de Custos (SIC), com o objetivo de acompanhar e avaliar a gestão de custos dos programas das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos gestores no processo decisório. O Ministério Público Federal (MPF) é um órgão setorial, nos termos da Portaria STN nº 157/ 2011.

A gestão das informações de custos do MPF ocorre a partir dos dados extraídos do Siafi, complementado com métricas físicas de sistemas internos. O cruzamento dessas informações contribui com relatórios que possuem o propósito de subsidiar as tomadas de decisões dos gestores, fomentar a melhoria na qualidade do gasto e a alocação de recursos no MPF.

Todos os resultados a serem apresentados foram gerados no Tesouro Gerencial, de 11/01/2019. A métrica utilizada para indicar os custos do MPF no período foi a “Valor Custo Direto VPD”, que demonstra as variações patrimoniais diminutivas, conforme o modelo teórico adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Ressaltamos que os resultados com foco em custos podem ser diferentes do

foco orçamentário.

Até o momento, o MPF utilizou como metodologia a identificação dos custos das Unidades Administrativas de Gestão – UAG, que são responsáveis pela definição de diretrizes para implantação e pela implementação de políticas institucionais, não necessariamente separando os custos em áreas finalísticas e de suporte. Os custos totais do MPF estão demonstrados na tabela a seguir:

CUSTOS TOTAIS DO MPF*	
Financeiro	2.445,64
Primário discricionário	478,15
Primário obrigatório	359,00
* Valores em Milhões (R\$)	

Tabela 27 Custos totais do MPF

As despesas obrigatórias e financeiras corresponderam a aproximadamente 85% dos custos do MPF. De 2017 para 2018, considerando apenas os custos relacionados às despesas discricionárias, houve uma redução de aproximadamente R\$ 9,9 milhões (de 488 milhões para 478,1 milhões). A evolução por UAG está demonstrada na tabela a seguir:

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO MPF*		
	2017	2018
Outros	6,83	6,19
SEJUD	9,24	8,09
SECOM	9,43	6,35
SEA	13,37	14,75
SSIN	15,78	15,19
SA	19,32	15,26
CVE	28,99	30,38
STIC	59,06	54,90
SGP	98,52	102,72
PRs e PRRs	227,46	224,32
* Valores em Milhões (R\$)		

Tabela 28 Evolução das despesas discricionárias do MPF

Os principais itens de custos, referentes às despesas discricionárias em 2018, foram:

PRINCIPAIS ITENS DE CUSTOS DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS*



* Valores em Milhões (R\$)

Gráfico 17 Principais itens de custos das despesas discricionárias

No MPF, o programa “Defesa da Ordem Jurídica” concentra os principais custos relacionados às atribuições do Órgão, conforme demonstrado na tabela à frente.

Cada programa pode ser subdividido em ações, que denotam o objetivo dos custos realizados pelo Órgão. Considerando somente as despesas discricionárias, a ação que mais contribui para o funcionamento da Instituição, que concentra grande parte dos custos ligados diretamente à sua atuação é a “Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário”. Essa ação inclui toda a despesa com o custeio do MPF, contribuindo com a estrutura necessária para que possa cumprir sua missão institucional.

CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL*

	2018
Defesa da ordem jurídica	2.920,33
Previdência de inativos e pensionistas da União	362,44
Operações especiais: outros encargos especiais	0,01
* Valores em Milhões	

Tabela 29 Custos por programa governamental

CUSTOS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA*

	2018
Defesa do interesse público no processo judiciário - Ministério Público	415,72
Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos	55,94
Comunicação e divulgação institucional	6,34
Outros	0,14
* Valores em Milhões	

Tabela 30 Custos por ação orçamentária

Em um cenário de restrição orçamentária e pela necessidade contínua de demonstrar resultados satisfatórios aos cidadãos, cabe ao MPF ampliar a utilização de instrumentos de governança que resultem em melhor alocação dos recursos disponíveis. A evolução contínua do Sistema de Informações de Custos é essencial para que o MPF atinja esse objetivo.

Em evolução aos sistemas internos de medição de custos utilizados em exercícios anteriores, o MPF iniciou a implementação dos centros de custos correspondentes às procuradorias da República (PRs), procuradorias regionais da República (PRRs) e procuradorias da República nos municípios (PRMs) a partir do Siafi. A meta é que em 2019 todas as unidades do MPF estejam utilizando os centros de custos para planejar seus gastos, alocando de maneira mais eficiente os recursos disponíveis.

A partir da utilização dos centros de custos, as ações futuras estarão relacionadas à implementação de uma ferramenta de Business Intelligence (BI), para que as unidades possam utilizar várias informações e métricas de custos para a melhoria das tomadas de decisões, alocação de recursos e, conseqüentemente, melhoria na

qualidade dos gastos públicos e seus resultados.

Além da implementação do BI, a automatização no tratamento das despesas de pessoal é um desafio a ser enfrentado nos próximos exercícios. Após a superação dessas barreiras, será possível analisar, considerando os critérios de oportunidade e conveniência, a viabilidade da classificação dos custos em área finalística e de suporte, orientando os gestores na tomada de decisão consciente e fundamentada.

Os gestores do MPF possuem uma cultura estabelecida ao se trabalhar com os recursos disponíveis. Um dos desafios será a utilização efetiva das ferramentas de custos na administração dos recursos, de forma que todos os gestores se habituem a levar em consideração as informações de custos para a tomada de decisão. Dessa forma, o MPF busca estabelecer instrumentos de análise de custos que disponham de informações fidedignas, expostas com clareza ao usuário final.

5.5 GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À GESTÃO DE PESSOAS DO MPF

O Ministério Público Federal observa um extenso conjunto de regras e diretrizes definidas em lei e pelos órgãos de controle interno e externo para assegurar a conformidade dos processos de gestão de pessoas à legislação e às normas internas aplicáveis.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À GESTÃO DE PESSOAS DO MPF

Leis Complementares	2
Leis	15
Decreto	1
Resoluções	9
Instruções	3
Portarias	56
Ato conjunto	1
Carta de conjuntura	1

Tabela 31 Legislação aplicável à gestão de pessoas do MPF

Ademais, o MPF revisa frequentemente as normas internas de gestão de pessoas, de forma a assegurar a conformidade legal de seus processos. Nesse sentido, em 2018, foram editadas ou atualizadas 17 portarias com impacto na atuação de todo o Ministério Público da União e 6 com efeitos apenas no âmbito do MPF.

APONTAMENTO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

As diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU, CNMP e Auditoria Interna do MPU) são acompanhadas frequentemente para que sejam dados os devidos atendimentos pelas unidades envolvidas e para que sejam adotadas medidas de caráter definitivo para solucionar eventuais achados.

SISTEMA E-PESSOAL - INDÍCIOS ENCAMINHADOS AO TCU

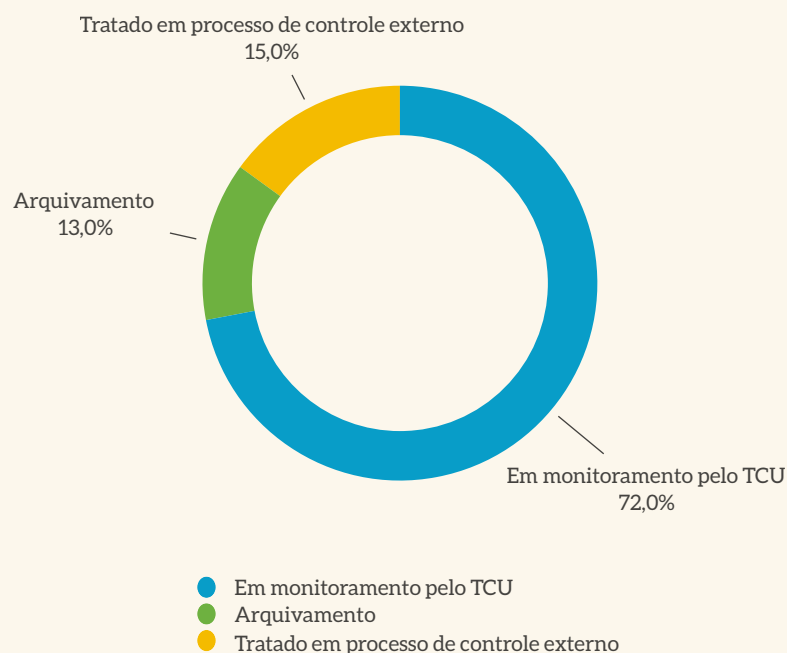


Gráfico 18 Sistema e-pessoal - indícios encaminhados ao TCU

Em 2018, o MPF passou a compartilhar com o TCU o processamento de sua fo-

lha de pagamento. Tal iniciativa possibilitou à Corte de Contas fazer cruzamento das bases de dados de pagamento do MPF com as bases de dados de outros órgãos em todas as esferas da União, bem como com a base da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Essa sistemática facilitou o monitoramento e o tratamento de indícios de acumulação irregular de cargos, empregos, funções, proventos de aposentadorias e pensões, entre outros. Dos 323 esclarecimentos de indícios encaminhados ao TCU em 2018, 231 permanecem em monitoramento por aquele órgão, 50 foram tratados em processo de controle externo e 42 foram arquivados.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES E MEMBROS POR SITUAÇÃO FUNCIONAL, UNIDADES, UNIDADE DE EXERCÍCIO, SITUAÇÃO FUNCIONAL, GÊNERO, DEFICIÊNCIA, MÉDIA DE IDADE, ÁREA DE ATUAÇÃO, CARREIRA, EVASÃO, FAIXA SALARIAL, RAÇA E FAIXA ETÁRIA

Os 1.143 membros e 10.045 servidores do MPF estavam assim distribuídos, ao final de 2018:

SITUAÇÃO FUNCIONAL - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS E SERVIDORES DO MPF

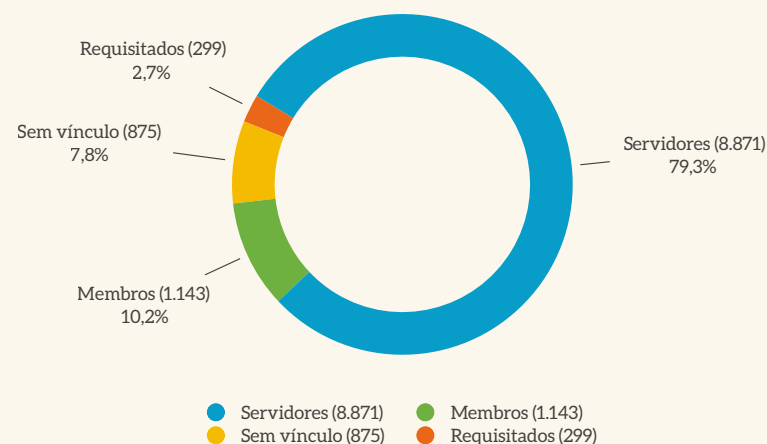


Gráfico 19 Situação funcional - Corpo funcional de membros e servidores do MPF

INTEGRANTES DO MPF - DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES

Procuradoria-Geral da República	19,04%
Procuradorias Regionais da República	12,49%
Procuradorias da República	40,05%
Procuradorias da República nos municípios	28,42%

Tabela 32 Integrantes do MPF - Distribuição nas Unidades

UNIDADE DE EXERCÍCIO - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS E SERVIDORES DO MPF

	PRM	PR	PRR	PGR
Analistas	653	977	347	674
Técnicos	1.891	2.570	675	1.084
Requisitados	51	111	21	116
Sem vínculo	212	368	140	155
Procuradores requisitados	-	-	1	7
Procuradores da República	372	448	-	16
Procuradores Regionais da República	1	7	213	5
Subprocuradores Regionais da República	-	-	-	73

Tabela 33 Unidade de exercício - Corpo funcional de membros e servidores do MPF

GÊNERO - CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF

		Números	Total	%
Mulheres	Analistas	1340	4529	45,09%
	Técnicos	2488		
	Requisitadas	178		
	Cargo em comissão	523		
Homens	Analistas	1311	5516	54,91%
	Técnicos	3732		
	Requisitados	121		
	Cargo em comissão	352		

Tabela 34 Gênero - Corpo funcional de servidores do MPF

GÊNERO - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS DO MPF

		Números	Total	%
Mulheres	Procuradoras requisitados	4	337	29,48%
	Procuradoras da República	245		
	Procuradoras Regionais da República	65		
	Subprocuradoras Regionais da República	23		
Homens	Procuradores requisitados	4	806	70,52%
	Procuradores da República	591		
	Procuradores Regionais da República	161		
	Subprocuradores Regionais da República	50		

Tabela 35 Gênero - Corpo funcional de membros do MPF

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF

		Números	Total	%
Mulheres e Homens	Analistas	115	299	0,029%
	Técnicos	180		
	Requisitadas	3		
	Cargo em comissão	1		

Tabela 36 Deficientes - Corpo funcional de servidores do MPF

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS DO MPF*

		Números	Total	%
Mulheres	Procuradoras requisitados	-	1	0,0034%
	Procuradoras da República	1		
	Procuradoras Regionais da República	-		
	Subprocuradoras Regionais da República	-		
Homens	Procuradores requisitados	-	3	
	Procuradores da República	3		
	Procuradores Regionais da República	-		
	Subprocuradores Regionais da República	-		

* em relação ao total de membros.

Tabela 37 Deficientes - Corpo funcional de membros do MPF

MÉDIA DE IDADE* - CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF

Analistas	40,6
Técnicos	42,5
Requisitados	45,3
Cargo em comissão	40,9
* Em anos	

Tabela 38 Média de idade - Corpo funcional de servidores do MPF

MÉDIA DE IDADE* - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS DO MPF

Procuradores requisitados	44,1
Procuradores da República	40,9
Procuradores Regionais da República	53,6
Subprocuradores Regionais da República	62
* Em anos	

Tabela 39 Média de idade - Corpo funcional de membros do MPF

ÁREA DE ATUAÇÃO - CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF

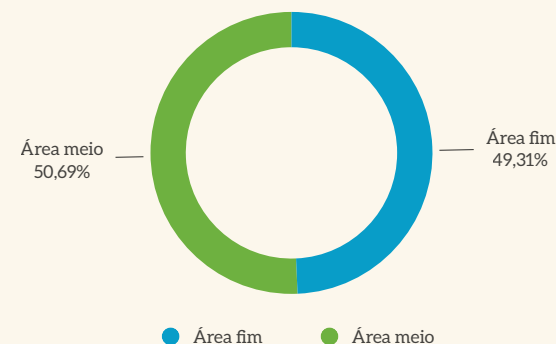


Gráfico 20 Área de atuação - Corpo funcional de servidores do MPF

CARREIRA - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS E SERVIDORES DO MPF

	Total	%
Analistas	2.651	23,70%
Técnicos	6.220	55,60%
Requisitados	299	2,67%
Sem vínculo	875	7,82%
Procuradores requisitados	8	0,07%
Procuradores da República	836	7,47%
Procuradores Regionais da República	226	2,02%
Subprocuradores Regionais da República	73	0,65%

Tabela 40 Carreira - Corpo funcional de membros e servidores do MPF

No que se refere à evasão de membros e servidores do MPF, ao final de 2018, o percentual de rotatividade aferido para membros foi de 0,35% e para servidores 0,55% (medição referente ao 2º semestre de 2018). Esse percentual considerou total de vacâncias ocorrida no período em relação ao total de vagas ocupadas no mesmo período (não considera requisitados os servidores sem vínculo).

FAIXA SALARIAL - SERVIDORES DO MPF

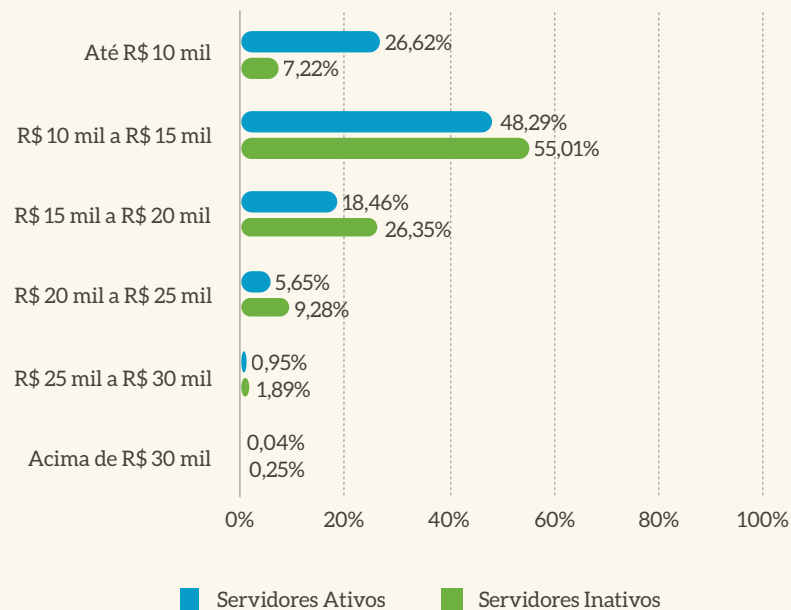


Gráfico 21 Faixa Salarial - Servidores do MPF

FAIXA SALARIAL - MEMBROS DO MPF

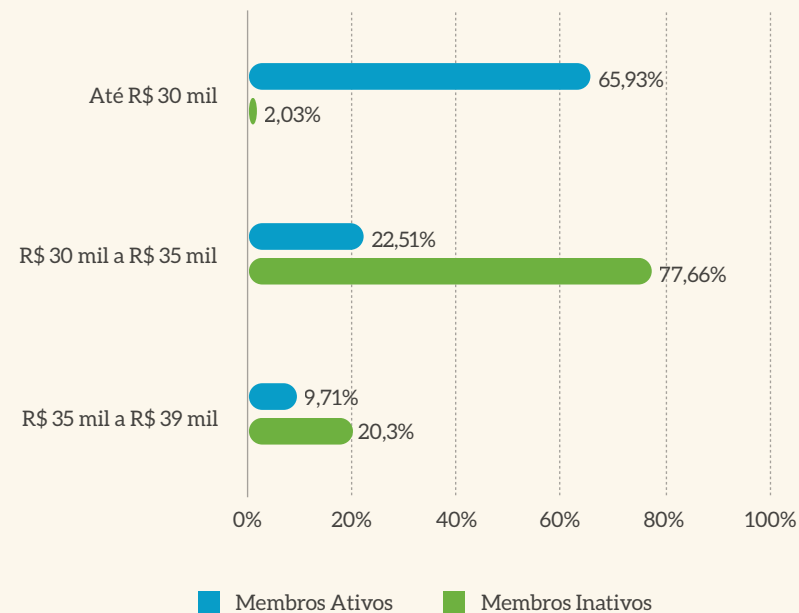


Gráfico 22 Faixa Salarial - Membros do MPF

RAÇA - CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF							
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não. Inf.
Mulheres	Analistas	1003	31	232	24	1	49
	Técnicos	1687	80	547	95	3	76
	Requisitadas	104	8	59	3	-	4
	Cargo em comissão	360	20	105	9	1	8
	TOTAL DE SERVIDORAS	3174	139	943	131	5	137
Homens	Analistas	892	51	292	19	1	56
	Técnicos	2256	210	1048	92	12	114
	Requisitadas	61	10	40	2	-	8
	Cargo em comissão	246	15	71	7	-	13
	TOTAL DE SERVIDORES	3455	286	1451	120	13	191
TOTAL GERAL		6629	425	2394	251	18	328
PERCENTUAL DE SERVIDORES		65,99%	4,23%	23,83%	2,50%	0,18%	3,27%

Tabela 41 Raça - Corpo funcional de servidores do MPF

RAÇA - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS DO MPF							
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não. Inf.
Mulheres	Procuradoras requisitados	2	-	-	-	-	2
	Procuradoras da República	214	-	21	2	-	8
	Procuradoras Regionais da República	55	1	4	2	-	3
	Subprocuradoras Regionais da República	18	-	1	1	-	3
	TOTAL DE PROCURADORAS	289	1	26	5	-	16
Homens	Procuradores requisitados	2	-	2	-	-	-
	Procuradores da República	463	16	84	7	1	20
	Procuradores Regionais da República	122	4	16	1	-	18
	Subprocuradores Regionais da República	44	-	2	-	-	4
	TOTAL DE PROCURADORES	631	20	104	8	1	42
TOTAL GERAL		920	21	130	12	1	58
PERCENTUAL DE PROCURADORES		80,49%	1,84%	11,37%	1,14%	0,09%	5,07%

Tabela 42 Raça - Corpo funcional de membros do MPF

FAIXA ETÁRIA - CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF

		18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Mulheres	Analistas	-	63	652	444	165	16
	Técnicos	8	123	997	859	433	68
	Requisitadas	1	15	63	37	40	22
	Sem Vínculo	55	211	177	58	12	10
Homens	Analistas	-	70	583	424	207	27
	Técnicos	9	203	1252	1307	811	150
	Requisitadas	2	5	36	29	26	23
	Sem Vínculo	36	143	110	26	18	19
	TOTAL GERAL	111	833	3870	3184	1712	335
	PERCENTUAL DE SERVIDORES	1,11%	8,29%	38,53%	31,70%	17,04%	3,33%

Tabela 43 Faixa etária - Corpo funcional de servidores do MPF

FAIXA ETÁRIA - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS DO MPF

		18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Mulheres	Procuradoras requisitados	-	-	1	2	1	-
	Procuradoras da República	-	7	108	112	14	4
	Procuradoras Regionais da República	-	-	1	22	30	12
	Subprocuradoras Regionais da República	-	-	-	-	24	26
Homens	Procuradores requisitados	-	-	1	2	1	-
	Procuradores da República	-	7	266	246	66	6
	Procuradores Regionais da República	-	-	-	48	85	28
	Subprocuradores Regionais da República	-	-	-	-	24	26
	TOTAL GERAL	-	14	377	432	229	91
	PERCENTUAL DOS PROCURADORES	-	1,22%	32,98%	37,80%	20,03%	7,96%

Tabela 44 Faixa etária - Corpo funcional de membros do MPF

CONCURSOS, ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Em relação ao recrutamento externo, o MPU promoveu o 10º concurso público para os cargos de Analista do MPU – Especialidade: Direito e de Técnico do MPU – Especialidade: Administração no qual foram nomeados 99 servidores, sendo 40 ana-

listas e 59 técnicos para o MPF. Nessa esteira também foi feito o 29º concurso para procuradores da República, no qual foram nomeados 17 membros para a Instituição.

O Programa de Recrutamento e Seleção Interna no âmbito do MPF, regula-

mentado pela [Portaria PGR nº 778, de 28 de agosto de 2017](#), visa auxiliar os gestores a atrair os talentos da Instituição, de forma a promover a qualidade dos serviços prestados e possibilitar o desenvolvimento dos servidores em suas áreas de competências, com aprimoramento do desempenho no contexto do trabalho.

O processo seletivo é deflagrado a pedido da área interessada e envolve a descrição das competências requeridas para a vaga ofertada, divulgada na lista de e-mails e publicada nas mídias internas da unidade. O processo seletivo em questão contempla também a triagem curricular dos inscritos.

Destaca-se que, na Procuradoria-Geral da República, em 2018, foram abertos 169 processos de recrutamento interno, que culminaram na seleção de 70 servidores para preenchimento de vagas nas áreas meio e fim da Procuradoria, sendo 43 deles para exercício de função de confiança ou cargo em comissão.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL (ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA), EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS E JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO/DIMINUIÇÃO

A despesa de Pessoal e Encargos Sociais (GND 1) do Ministério Público Federal (MPF), no exercício de 2018, de R\$ 2.977.332.712,19 (dois bilhões, novecentos e setenta e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil, setecentos e doze reais e dezenove centavos), tomando-se por base as despesas liquidadas. Isso representa um acréscimo de 3,6% em relação ao exercício anterior, conforme a tabela a seguir:

COMPARATIVO ENTRE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
	2017	2018	
20TP - Ativos civis	R\$ 2.123.576.455,17	R\$ 2.225.119.651,75	75%
09HB - Patronal	R\$ 358.874.078,84	R\$ 359.028.351,38	12%
0181 - Aposentadoria e pensões	R\$ 390.110.969,52	R\$ 393.184.709,06	13%

Tabela 45 Comparativo entre despesas de pessoal e encargos sociais

Pode-se verificar também, na tabela anterior, a percentagem na distribuição das despesas que envolve o pagamento de pessoal ativo, pessoal inativo e patronal em 2018.

Quanto às despesas com pessoal ativo, responsáveis pela maior parte das execuções do GND 1 (Grupo de Natureza da Despesa), 97,2% destas se referem a vantagens fixas, como o pagamento de subsídios e vencimentos básicos, além de cargos em comissão, gratificações e adicionais de qualificação.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EXECUÇÕES DE PESSOAL ATIVO - 2018

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Benefícios diversos	0,01%
Previdência complementar	0,43%
Vantagens fixas	97,20%
Patronal - servidores sem vínculo	0,66%
Vantagens variáveis	1,36%
Sentenças judiciais	0,00%
Exercícios anteriores - ativos	0,10%
Pessoal requisitado	0,24%
TOTAL	100%

Tabela 46 Distribuição percentual das execuções de pessoal ativo em 2018

Os principais acréscimos e decréscimos na execução referente a pessoal ativo se encontram justificados da seguinte forma:

ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS NA EXECUÇÃO DE PESSOAL ATIVO

ITEM	%	JUSTIFICATIVA
Previdência complementar	125,43%	Mudança de regime previdenciário
Vantagens fixas	5,04%	Reajuste dos servidores - Lei nº 13.316/2016
Vantagens variáveis	24,12%	Serviço extraordinário eleitoral
Despesas de exercícios anteriores	-87,08%	Redução de pagamentos de passivos
Pessoal requisitado	-1,33%	Proibição de contratação de requisitado com ônus que gere impacto orçamentário e financeiro

Tabela 47 Principais acréscimos e decréscimos na execução de pessoal na ativa

Quanto a aposentadorias e pensões, os percentuais são de 92,19% e 92,00% para vantagens fixas, respectivamente. A tabela a seguir demonstra de maneira mais clara tal distribuição. A execução de despesas de aposentadoria atingiu o total de R\$ 310.561.912,01, enquanto a de pensões correspondeu a R\$ 82.622.797,05 no exercício de 2018.

DISTIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EXECUÇÕES COM APOSENTADOS - 2018

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Vantagens fixas - aposentadorias	92,19%
Gratificação natalina	7,77%
Sentenças judiciais	0,04%

Tabela 48 Distribuição percentual das execuções com aposentados em 2018**DISTIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EXECUÇÕES COM PENSIONISTAS - 2018**

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Vantagens fixas - pensões	92,00%
Gratificação natalina	7,75%
Aposentadorias, reserva remunerada e reformas	0,25%

Tabela 49 Distribuição percentual das execuções com pensionistas em 2018

AValiação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC (unidade prestadora de contas).

QUANTITATIVO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

SITUAÇÃO	SERVIDOR	TOTAL
Servidores que concluíram o estágio probatório em 2018	Analistas	269
	Técnicos	378
Servidores em estágio probatório em 2018	Analistas	588
	Técnicos	973

Tabela 50 Quantitativo de servidores em estágio probatório**QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR CLASSE/PADRÃO**

CLASSE/PADRÃO	ANALISTAS	TÉCNICOS
A1	37	41
A2	118	236
A3	84	148
B4	264	385
B5	229	372
B6	246	457
B7	138	341
B8	101	280
C9	94	289
C10	151	233
C11	172	335
C12	222	427
C13	919	2855
TOTAL	2775	6399
TOTAL GERAL: ANALISTAS + TÉCNICOS	9174	

Observação: foram considerados os servidores em licença/afastamento sem vencimento

Tabela 51 Quantitativo de servidores por classe/padrão**OCUPAÇÃO DE CARGOS GERENCIAIS NO MPF**

Dos 2.325 cargos gerenciais existentes no MPF, 1.948 estavam ocupados por servidores efetivos ao final de 2018.

OCUPAÇÃO DE CARGOS GERENCIAIS NO MPF

Servidores efetivos	83,78%
Servidores não-efetivos	16,22%

Tabela 52 Ocupação de cargos gerenciais no MPF**CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS**

O MPF elabora um Plano Estratégico de Capacitação para cada exercício finan-

ceiro, a fim de contribuir com o planejamento estratégico da instituição, promover o desenvolvimento contínuo dos membros e servidores do MPF e reduzir as lacunas ou gaps das competências técnicas e gerenciais detectados nas diversas áreas da instituição.

Todo trabalho desenvolvido segue alinhado às necessidades detectadas pelas unidades gestoras e pelo processo avaliativo das competências efetivamente demonstradas pelos colaboradores e aquelas necessárias ao alcance dos objetivos organizacionais.

A Coordenadoria de Capacitação customiza cursos específicos para o MPF nas modalidades presenciais, a distância e semipresenciais por meio de instrutorias internas ou contratação de profissionais no mercado externo. Além disso, concede incentivos para o aperfeiçoamento profissional por meio do custeio de cursos de línguas estrangeiras e pós-graduação.

As tabelas abaixo mostram as ações feitas em 2018 por meio dos treinamentos e dos incentivos profissionais.

Em 2018, foram ofertadas 2.300 capacitações para os membros e servidores do MPF, dentre eventos internos e externos, com 21.377 vagas preenchidas.

EVENTOS POR PROGRAMA		
	QUANTIDADE DE CURSOS	CARGA HORÁRIA
Atualização profissional	2.225	25.669
Desenvolvimento gerencial	48	821
Estratégico	27	218

Tabela 53 Eventos por programa

CAPACITAÇÃO MPF			
	AÇÕES	PESSOAS CAPACITADAS	CARGA HORÁRIA
Treinamento a distância - MPF	44	4.625	1.634
Treinamento presencial	1.508	5.675	17.194
Treinamento a distância – outras plataformas	748	153	7.880

Tabela 54 Capacitação MPF

Além das capacitações ofertadas institucionalmente pelo MPF, foram homologados 4.229 treinamentos particulares feitos pelos servidores do MPF em 2018.

Adicionalmente, foram averbados 468 cursos em nível superior, no ano de 2018. Tal averbação possibilita a percepção do Adicional de Qualificação de Nível Superior pelos servidores do órgão.

As ações de incentivo à profissionalização podem ser resumidas conforme tabela abaixo:

INCENTIVO A PROFISSIONALIZAÇÃO	
PROGRAMA	QUANTIDADE
Pós-Graduação Lato Sensu	16
Pós-Graduação Stricto Sensu	8
Bolsa de idiomas	20
Averbações de Treinamentos	4.229
Adicional de Qualificação por Nível Superior	468

Tabela 55 Incentivo a profissionalização

AÇÕES DE DESTAQUE

O DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT)

O Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) tem por objetivo principal a otimização dos resultados institucionais, com melhor alocação de pessoal, e a promoção da qualidade de vida – na medida em que adequa a estrutura à capacidade de trabalho no exercício das funções e considera a produtividade de cada área para a melhor distribuição de servidores.

Em 2018, a Secretaria de Gestão de Pessoas validou as informações obtidas e concluiu o dimensionamento em todas as PRMs, PRs e PRRs do MPF. Os resultados foram obtidos por meio da análise de 10 mil planilhas construídas a partir de formulários preenchidos pelas unidades.

AValiação DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS PARA TODOS OS SERVIDORES DO MPF

Em 2018, a Avaliação de Desempenho por Competências foi aplicada pela primeira vez para todos os servidores. Esse modelo é uma importante ferramenta de melhoria contínua do desempenho organizacional, cujo resultado norteará a elaboração do Plano de Desenvolvimento e o Plano de Capacitação do MPF para o ano de 2019.

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PARA TODO O MPF

Com a aprovação da Política Nacional de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) - Portaria PGR/MPF nº 845/2017 - em 2018 deu-se seguimento à implementação da Política em todo o MPF. O Projeto Mais QVT nas Unidades teve como intuito fazer Oficinas de QVT a todas as procuradorias da República e procuradorias regionais da República, observando as especificidades e singularidades regionais e locais na implementação de um programa de Qualidade de Vida no Trabalho.



Figura 12 Identidade visual do Projeto Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)

Ao final de todo o processo foram construídas mais de 800 ações e capacitados quase 900 multiplicadores nas unidades do MPF em todo o território nacional.

UNIDADES VISITADAS - PROJETO MAIS QVT	
UNIDADES	QUANTIDADE
Procuradorias Regionais da República (PRRs)	5
Procuradorias da República (PRs)	27
Procuradorias da República nos Municípios (PRMs)	4
TOTAL DE UNIDADES VISITADAS	36

Tabela 56 Unidades visitadas - projeto Mais QVT

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS.

REGULAMENTAÇÃO DO DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT)

Em 2019, pretende-se concluir o dimensionamento da força de trabalho com a finalização dos estudos na Procuradoria-Geral da República (PGR). Após essa fase, o maior desafio será detectar, a partir dos resultados do dimensionamento, as melhores práticas no desenvolvimento das atribuições de todas as unidades, bem como um identificar oportunidades de melhorias na estrutura organizacional de todo o MPF.

IMPLEMENTAÇÃO DO ESOCIAL

Em 2018, o MPF atuou em diversas frentes para atender à necessidade de adaptação dos seus sistemas internos ao eSocial, programa por meio do qual os empregadores passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos seus colaboradores tais como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, entre outros. No ano de 2018, foram feitos estudos sobre a qualificação cadastral, ajustes no cadastro funcional para atender os layouts, ajustes na folha de pagamento, rubricas, entre outras ações.

Em 2019, as adaptações dos sistemas e processos internos ao eSocial serão uma das grandes demandas do MPF, de forma a possibilitar a implantação do sistema em todo o Órgão a partir de janeiro de 2020.

TRILHAS DE APRENDIZAGEM

Em 2018, com a implementação da avaliação por competências técnicas para todos os servidores do MPF, foi possível identificar as lacunas de conhecimento (competências pouco desenvolvidas) para auxílio na construção do Plano de Capacitação de 2019. Para 2019, pretende-se elaborar trilhas de aprendizagem, prioritariamente, para o desenvolvimento dessas competências. Já está em andamento o desenvolvimento do novo sistema de trilhas de aprendizagem do MPF, que tem como premissas a amigabilidade de interação com o usuário, a construção conjunta de trilhas pela equipe da Secretaria de Gestão de Pessoas e os servidores usuários da ferramenta e a correlação com as competências a serem desenvolvidas pelos servidores, fechando o ciclo de avaliação por competências x desenvolvimento continuado no âmbito do MPF. A previsão para a implementação do novo sistema é até dezembro de 2019.

5.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

Os principais normativos que regulam os serviços e atividades da Tecnologia da Informação são as resoluções do CNMP, portarias, instruções normativas, orientações técnicas, relatórios da Auditoria Interna, recomendações de acórdãos do TCU, e podem ser encontrados no site do MPF. Ressalta-se que a conformidade é monitorada e avaliada pela auditoria interna do MPU e pelas instâncias de Governança do MPF, dentre as quais se destacaram no ano de 2018.

Política de Segurança Institucional do MPF (Portaria PGR/MPF nº 980/2018: aderência aos normativos do CNMP, com a inclusão do "Capítulo VI – Da Gestão de Riscos".

Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (Resolução CNMP nº 171, de 27 de junho de 2017)

Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/normatizacoes>

Plano Anual de Auditoria Interna 2019

[...]conclui-se que a unidade envida esforços para o contínuo aprimoramento da Governança em Tecnologia da Informação. O processo de planejamento em TI da unidade é bem estruturado e desenvolvido e os processos de gestão de catálogo de serviços, gestão de configuração e ativos de TI, gestão de incidentes, gestão de riscos, gestão de continuidade de serviços, segurança da informação e gestão de softwares já possuem um grau maior de maturidade.

(Relatório de Auditoria nº 5/2018, Audin/MPU)

Modelo de governança de TIC no MPF:



Figura 13 Modelo de governança de TIC no MPF

Reuniões de acompanhamento de TIC realizadas em 2018:

- 04 Reuniões ordinárias do Seti
- 04 Reuniões de acompanhamento operacional (RAO)
- 04 Reuniões de acompanhamento tático (RAT)

Figura 14 Reuniões de acompanhamento de TIC realizadas em 2018

Monitoramento e avaliação por indicadores

A Governança de TIC no MPF é monitorada e acompanhada por meio dos indicadores constantes no Peti, que resultam no indicador 8 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Também fazem parte do acompanhamento e monitoramento as reuniões das diversas instâncias de governança, mostradas no modelo.

O indicador de implementação do Peti é medido desde 2013 e vem se mantendo acima da meta, demonstrando efetividade dos esforços e do comprometimento com a Governança e Gestão da Tecnologia da Informação no MPF.

Como resultado desse trabalho continuado de governança, dados do levantamento feito em 2017 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a situação de governança pública e gestão em organizações federais apontaram que o MPF obteve 89% no índice de governança de TI (GovTI), que equivale ao estágio aprimorado. O resultado foi igualmente destacado para o índice de capacidade em gestão de TI (GestãoTI), que também se encontra no nível aprimorado, com 82%.

Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-2017/>

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO POR INDICADORES INDICADOR DE IMPLEMENTAÇÃO DO PETI

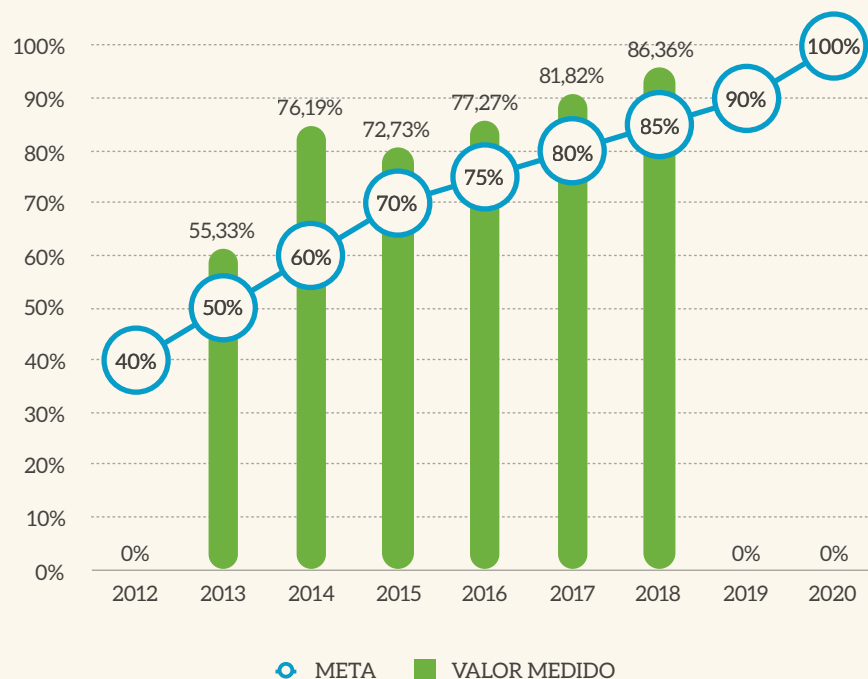


Gráfico 23 Monitoramento e avaliação por indicador de implementação do Peti

Um dos indicadores medidos regularmente é o grau de satisfação dos usuários com os serviços prestados pela área de TIC do MPF. A avaliação obteve índice de 88% de aprovação geral dos serviços prestados pela TIC, validando os esforços e planejamento da área para atender às necessidades do Órgão.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



Subcomitê Estratégico de Segurança Institucional (SES)

[Portaria PGR/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015.](#)

Iniciou suas atividades em 2018, com a 1ª Reunião Ordinária ocorrendo nos dias 22 e 23 de março de 2018.

No primeiro semestre de 2018, a Stic, em conjunto com a Secom e a SSIn, executou campanha interna sobre Segurança da Informação para conscientização dos usuários quanto aos cuidados no uso de recursos de TIC. Foi feita pesquisa para avaliação da campanha, com a participação de 2.528 respondentes e estimativa de alcance de 67% do público-alvo, com base nas respostas. Dos que responderam à pesquisa, 90% aprovaram a campanha e o nível de influência obtida foi 50,75% positiva, 10,97% negativa e 38,28% parcial.

Lei de Proteção de Dados Pessoais

Foi instituído Grupo de Trabalho, em nível diretivo, para estudo das ações necessárias para garantir conformidade institucional com a Lei de Proteção de Dados Pessoais ([Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)).

Inovações em Provimento de Segurança da Informação

Em 2018, foram empreendidas ações de inovação na infraestrutura de rede nacional, contemplando melhorias no provimento de Segurança da Informação (Termos de Contrato 51/2018 e 60/2018).

O MPF investiu na contratação de Serviços Gerenciados de Segurança (ou Managed Security Services – MSS), promovendo monitoramento e gerenciamento especializado em Segurança da Informação para a rede do MPF. Com isso, haverá maior robustez, sofisticação e amplitude na Segurança da Informação, reduzindo riscos e aumentando a proteção da atuação institucional do MPF.

- >> **melhoria de 10%** no nível de alcance de inventário eletrônico dos endpoints entre os semestres de 2018;
- >> **melhoria de 7,3%** no nível de atualização dos endpoints Windows entre os semestres de 2018; e
- >> **nível de 2,81%** em ocorrência de malwares nos endpoints do MPF, para um parque tecnológico com 14.500 usuários geograficamente distribuídos.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC

O cenário de cortes orçamentários decorrentes da EC nº 95/2016 refletiu-se no indicador “Percentual de investimentos em relação ao custeio de TIC”, cuja medição foi 17% abaixo da meta. Por isso, foram priorizados, em 2017 e 2018, investimentos regulamentados em políticas, como microcomputadores, notebooks e Storage. Também se investiu na renovação do parque de switches, que são fundamentais para prover o serviço de conectividade dos equipamentos e já estavam em obsolescência tecnológica. Em 2017, houve a contratação da solução de Bigdata, em direto alinhamento ao Objetivo Estratégico OE 18. Garantir o pleno exercício do poder investigatório, trazendo profundas transformações na atuação institucional do MPF relacionada a ações de investigação. A solução foi estendida em 2018.

A Rede Nacional do Ministério Público Federal representou em 2017 e 2018 cerca de 50% do orçamento de custeio. Ela viabiliza a atuação institucional do MPF, na medida em que interliga todas as suas unidades, bem como estas à Internet. Assim, a Rede Nacional permite acesso de membros e servidores aos sistemas e serviços corporativos providos pelo MPF, tais como Processo Eletrônico via sistema Único, videoconferências e oitivas, além de serviços providos por outros órgãos da Administração Pública.

INVESTIMENTOS APLICADOS EM T.I.C.

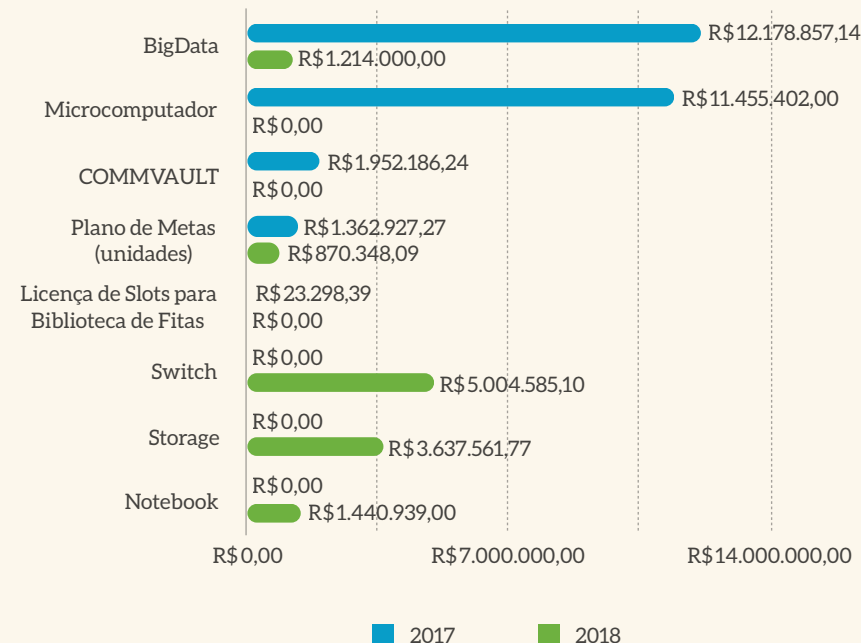


Gráfico 24 Investimentos aplicados em T.I.C.

CUSTEIOS E INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS EM T.I.C.*

	2017	2018
Custeio	R\$ 64.671.179,00	R\$ 62.370.543,00
Investimento	R\$ 26.972.671,04	R\$ 12.167.433,96
TOTAL	R\$ 91.643.850,04	R\$ 74.537.976,96

Queda nos investimentos de 2017 para 2018 de R\$ 14.805.237,08

* As informações das despesas de custeio e de investimento específicas de Tecnologia da Informação são referentes à execução financeira de 2017 e 2018

Tabela 57 Custeios e investimentos específicos em T.I.C.

Para acompanhamento do andamento dos recusos aplicados em TIC é medido o percentual de investimentos em relação ao custeio de TIC, que, em 2018, foi de 18% ficando abaixo a meta de 35%. Outro indicador importante é o Percentual de cumprimento do orçamento previsto sobre o realizado, que alcançou 100% em 2018.

PRINCIPAIS AÇÕES EXECUTADAS PELA ÁREA DE T.I.C.

Estão relacionadas abaixo as principais ações realizadas, incluindo os contratos de serviços significativos e os investimentos de capital.

OE 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada

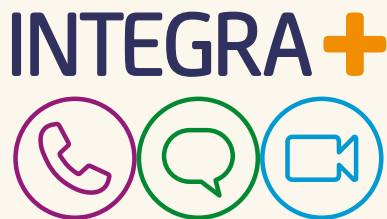


Figura 15 Identidade visual do Projeto Integra +

Integração de três grandes serviços utilizados pela Instituição: telefonia, videoconferência e mensageria eletrônica. Com a substituição da rede por uma mais moderna e a implementação do aplicativo eSpace, houve o lançamento de um novo serviço: o **Integra+**.

Em 2018, a economia pode ter chegado a R\$ 40 milhões, se for considerado que foram feitas mais de 8.000 videoconferências agendadas pelo **Integra+** (eSpace) ou SNP, em média com quatro participantes que receberiam, em caso de reuniões presenciais, 1,5 diária.

OE 16 – Fortalecer a atuação extrajudicial e OE 17 - Aperfeiçoar a atuação judicial



Figura 16 Identidade visual do Projeto Único digital

Já o **Único Digital** apresentou uma nova interface, otimizando a experiência do usuário, com mais acessibilidade e com o desenvolvimento de ferramentas funcionais. Entre as simplificações desenvolvidas em 2018, podemos destacar o novo visualizador, já entregue. Além disso, estão em fase de homologação a reformulação para os procedimentos extrajudiciais, por meio de uma nova forma de apresentação das informações, e a completa reformulação na exibição da sua movimentação, com informações mais relevantes e de interesse dos membros.

Em ano eleitoral, também foi destaque no Único a integração com os sistemas de processo eletrônico da Justiça Eleitoral, que proporcionou uso mais eficiente da força de trabalho do Ministério Público Eleitoral.

Sobre as manifestações enviadas via MNI em 2018, ao total foram 753.601 manifestações sendo 650.364 para a Justiça Federal e 103.237 para a Justiça Eleitoral.

OE 6 – Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos

O Projeto da **Nova Rede Nacional do MPF** trará como resultados economia a partir de 2019 na ordem de 40% em relação ao contrato anterior. Eliminará custos com contratos locais de links de contingência, existentes hoje em cerca de 50% das unidades. Ressalta-se também que há grandes projetos de TIC aos quais exigem que as unidades estejam conectadas entre si, entre eles: Nuvem MPF, Correio Eletrônico, MPF Drive, além dos sistemas existentes como o Único.

OE 20 – Buscar maior protagonismo da Instituição perante a sociedade civil em temas relevantes para o MPF e OE 25 – Trabalho em grupo e parcerias



Figura 17 Identidade visual do Projeto Amazônia Protege

O projeto **Amazônia Protege** (www.amazoniaprotege.mpf.mp.br) tem por objetivo combater o desmatamento ilegal na Floresta Amazônica. O projeto propõe uma nova metodologia de trabalho e utiliza imagens de satélite para instaurar ações civis públicas contra os responsáveis pelos maiores polígonos de desmatamento ilegal registrado na Amazônia.

Participam da ação coordenada 24 unidades do MPF situadas em oito estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além de atuarem como parceiros o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos naturais Renováveis (Ibama), e a Universidade Federal de Lavras (Ufla). Como resultado do projeto, em 2017, o Ministério Público Federal moveu mais de 700 ações civis públicas no país, contra cerca de 725 réus. Os valores solicitados por danos ambientais podem chegar futuramente a R\$ 2,8 bilhões.

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

Relatórios Estratégicos e Estatísticas (BIs). Ranking da Transparência Ambiental, BI da Ouvidoria, Sistemática de Monitoramento do Direito ao Início do Tratamento do Câncer, Ranking da Transparência das Informações Educacionais, Diagnóstico da conformidade das renúncias fiscais do CEBAS-SAÚDE.

Aptus 6.0 - é um portal de buscas, no estilo do Google, que permite ao usuário efetuar pesquisas textuais de forma centralizada nas bases de dados do MPF, incluindo íntegras de documentos produzidos por membros e demais integrantes do MPF, nas áreas finalística e administrativa.

Desenvolvimento profissional - treinamentos técnicos a distância para servidores da Tecnologia da Informação em 2018 somaram 8.494 horas totais de capacitação, com média de 58 cursos realizados a cada mês, alcançando 31 unidades do MPF.

Disponibilização da **Cartilha dos Serviços de TIC (DOD)** e de novos sistemas, como o Sistema de Gestão de Viagens e o Organograma Nacional, que permite a visualização gráfica e simplificada da estrutura de cada unidade, bem como a consulta às informações de membros e servidores.

Conformidade legal com a Resolução CNMP nº 171/2017 através do Projeto de Modelagem e Implantação dos Processos de TIC. Resultados esperados são o controle mais efetivo e proativo dos processos de TIC, permitindo respostas ágeis, entendimento e adequação da força de trabalho das áreas de TIC.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Nos próximos anos, é tendência o reforço das restrições orçamentárias e de recursos humanos no serviço público brasileiro, na linha das consequências trazidas pela **Emenda Constitucional nº 95, de 2016**. Dessa forma, os desafios e ações futuras da TIC terão forte correlação com a necessidade de oferecer estratégias, por meio de inovação, para viabilizar atuação do MPF com mais agilidade, efetividade e economia.

Nesse sentido, implantar a Nova Rede Nacional do MPF e consolidar a eliminação de custos com infraestrutura de rede e com links de contingência será uma das missões de 2019. Serão colhidos frutos dos investimentos, na nova rede, em Infraestrutura como Serviço, que, com tecnologia de computação em nuvem, promoverá maior escalabilidade, agilidade e versatilidade para o armazenamento de arquivos em rede, além de redução custos de propriedade. Trata-se de estratégia relevante para lidar com as crescentes restrições orçamentárias.

Melhorar a conectividade entre as procuradorias do MPF, com a adoção de modelos de contingência mais modernos e eficientes que trarão maior disponibilidade de acesso à rede, especialmente para as unidades mais remotas, também será ação empreendida em 2019.

O MPF continuará os esforços para, até 2021, adequar-se totalmente à Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (Resolução CNMP nº 171/2017). Em 2019, as ações estarão concentradas no término do Mapeamento e Implantação dos Processos de TIC e no início da implantação da Central Nacional de Serviços de TIC, a qual unificará o serviço de atendimento e relacionamento de TIC no âmbito do MPF. Estas ações visam à melhoria da qualidade, eficiência e efetividade da atuação de TIC, aprimorando o aproveitamento da sua força de trabalho.

Outro dispositivo que exigirá adequação do MPF em 2019 é a [lei de proteção de dados](#), a qual ensinará a revisão de políticas, processos e tecnologias para buscar prover maior proteção e privacidade aos dados.

No que concerne à adequação ao eSocial, os desafios para 2019 relacionam-se às mudanças nos processos de trabalho e a complementação de dados, bem como aos ajustes dos sistemas legados para se adequarem à essas mudanças e gerir a transmissão de informações, atentos ao prazo de janeiro de 2020.

Ainda, em atenção ao Planejamento Estratégico de TIC e recomendação da Auditoria Interna do MPU, ações futuras terão como foco tornar mais nacional a sustentação de serviços, por meio dos Centros de Serviços Compartilhados (CSCs) e expandir os Centros de Excelência para acomodar o potencial e as demandas por desenvolvimento.

5.7 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

A gestão patrimonial de infraestrutura e o desfazimento dos bens são regidas pela [Instrução Normativa nº 001/1993/MPF/SG/SA](#), pela Lei nº 8.666/1993 e pelos Decretos nº 99.658/1990, nº 6.087/2007 e nº 9.373/2018; bem como pelos [Pareceres Corag/Audin/MPU nº 567/2018, 578/2018 e 792/2018](#).

Em 2018, o MPF pagou R\$ 77,73 milhões em despesas de capital, incluindo-se os valores relativos a restos a pagar. Excluindo-se os valores pagos para obras e instalações, o MPF pagou R\$ 36,76 milhões. Desses, os maiores percentuais de investimento são relacionados a equipamentos de tecnologia da informação comunicação (TIC) e a aquisição e desenvolvimento de software.

Destacam-se as contratações de solução de armazenamento para dados de sistemas críticos - Storages, no valor de R\$ 3,6 milhões e a de fornecimento de ativos de rede - Switches, no valor de R\$ 5.004.585,10.

Ressalta-se, ainda, a implantação do novo Memorial do MPF, inaugurado em 14/12/2018, cujas contratações somaram R\$ 1.619.542,22, sendo as de maior vulto as aquisições de equipamentos áudio-visuais e mobiliários no montante de R\$ 1.011.241,21 e as obras para adequação do espaço no valor de R\$ 608.301,01

5.7.1. DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Em 2018, foram efetuadas 270 ações para desfazimento de ativos pelo MPF, entre doações, transferências e outras modalidades, envolvendo 19.154 itens, destacando-se

mobiliários de escritório, equipamentos de informática, veículos e outros equipamentos.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS*	
Ações para desfazimento de ativos	270
Quantidade de itens	19.154
* As informações relativas as ações de desfazimento de ativos estão disponíveis no Portal da Transparência do MPF	
Fonte: Unidades MPF	

Tabela 58 Desfazimento de ativos

BENS ATIVOS*	
Total de bens ativos	688.602
Valor (milhões)	571,8
* As informações relativas aos ativos estão disponíveis no Portal da Transparência do MPF	
Fonte: Sistema AsiWEB	

Tabela 59 Bens ativos

5.7.2. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As áreas de Tecnologia da Informação do MPF contrataram nacionalmente o *Out-sourcing* de Impressão, de forma que cada unidade, seguindo a política que trata das regras para alocação de equipamentos de impressão e digitalização corporativa no MPF e a [Portaria SG/MPF nº 173/2016](#), gerencie localmente os contratos, cuidando das especificidades locais, mas com a vantagem da contratação nacional, que traz economia e permite aos servidores e membros do MPF a equidade necessária para execução de seus serviços, independentemente de sua localização geográfica.

Os serviços de Tecnologia da Informação do Ministério Público Federal (MPF) são providos por um conjunto de equipamentos e softwares denominado nuvem privada. A nuvem privada do MPF encontra-se distribuída em dois datacenters residentes em sítios distintos. O primário, localizado em sala-cofre própria situada na Procuradoria-Geral da República, e o secundário em instalação contratada em regime de *coloca-*

tion. Os sítios estão interligados por uma fibra ótica de alta velocidade e atuam como ambientes de contingência mútua, de forma que em casos de indisponibilidade de um deles, o outro pode prover os principais serviços de Tecnologia da Informação para todas as unidades do MPF.

Em 2018 foram gastos R\$ 336.000,00 com a manutenção de datacenters.

As informações das despesas de custeio e investimento específicas de Tecnologia da Informação são referentes à Execução Financeira de 2017 e 2018.

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO*		
	2017	2018
Gasto com Impressão	R\$ 934.215,00	R\$ 889.670,00
*A PGR REPRESENTA CERCA DE 20% DESTE CONTRATO		
TOTAL DE CÓPIAS P/B NA PGR		5.475.661 cópias
TOTAL DE CÓPIAS COLORIDAS NA PGR		1.114.943 cópias

Tabela 60 Outsourcing de impressão

DESAFIZAMENTO DE ATIVOS DE T.I.C.

Desde 2016, o MPF conta com [Políticas de Ativos de TIC](#), que consideram o ciclo de vida descrito a seguir. Períodos ideais de manutenção no parque são estabelecidos para cada tipo de ativo, considerando tanto as necessidades de evolução e inovação tecnológica quanto o princípio da economicidade. As políticas contemplam diretamente o OE4 "Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia".



Figura 18 Imagem ilustrativa do ciclo de vida de ativos de TIC

- 1) Identificação do ativo no ambiente do cliente.
- 2) Gerenciamento do contrato de serviço ou garantia do equipamento.
- 3) Instalação e configuração do ativo.
- 4) Distribuição de pacotes e aplicativos remotamente.
- 5) Gerenciamento de atualizações homologadas para os equipamentos.
- 6) Monitoração e suporte para manter a continuidade do negócio.
- 7) Monitoramento e rastreamento do ativo e suas atividades.
- 8) Resolução de eventuais incidentes e problemas com o ativo.
- 9) Aposentadoria, transição e migração de um ativo obsoleto para um novo ativo.

O MPF executou, em 2018, processos de desfazimento de ativos que incluíram a baixa de bens irrecuperáveis e a doações de bens, por todo o Brasil, alguns em estado ocioso ou antieconômico. Diversos órgãos foram favorecidos, como Polícia Militar, Secretaria de Estado da Educação, Batalhão de Polícia, Instituto Federal, diferentes fundações, entre outros. Microcomputadores em bom estado cuja substituição no MPF foi ensejada por [Política](#) foram doados para instituições como o Hospital Infantil Lucídio Portela (PI), respeitando o ciclo de vida do ativo.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS DA T.I.C.

	QUANTIDADE	VALOR
Equipamentos diversos	433	R\$ 229.122,08
Equipamentos de rede diversos	237	R\$ 1.165.720,58
Impressoras diversas	329	R\$ 294.979,33
Microcomputador, tablet e notebooks diversos	1.712	R\$ 2.928.053,53
Monitores diversos	1.197	R\$ 545.250,17
Scanner de mesa	101	R\$ 284.367,81
TOTAL	4.009	R\$ 5.447.493,50

Tabela 61 Desfazimento de ativos da T.I.C.

5.7.3. FROTA DE VEÍCULOS

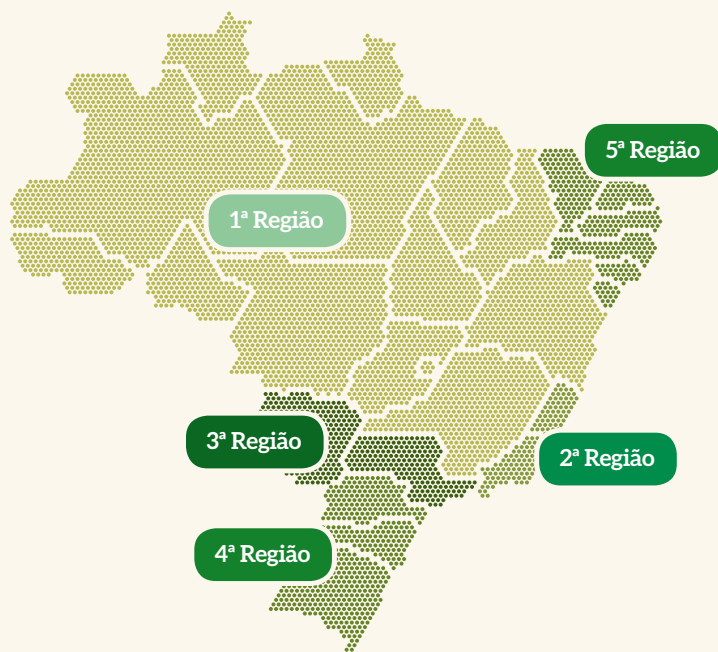


Figura 19 Mapa do Brasil com a divisão por regiões de atuação do MPF

DISTRIBUIÇÃO DA FROTA OFICIAL DO MPF

1ª Região	(AC, AM, AP, RR, RO, PA, MT, GO, DF, TO, MA, PI, BA e MG)	Quantidade de veículos	502
		Valor médio de manutenção	R\$ 1.845,52
		Valor médio de combustível	R\$ 2.434,93
		Idade média da frota	6,15 anos
		Média de KM rodados	8.510,94 KM
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	R\$ 4.280,44
2ª Região	(RJ e ES)	Quantidade de veículos	98
		Valor médio de manutenção	R\$ 1.335,03
		Valor médio de combustível	R\$ 2.160,84
		Idade média da frota	6,37 anos
		Média de KM rodados	3.494,22 KM
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	R\$ 3.495,88
3ª Região	(SP e MS)	Quantidade de veículos	179
		Valor médio de manutenção	R\$ 1.087,45
		Valor médio de combustível	R\$ 2.313,73
		Idade média da frota	7,04 anos
		Média de KM rodados	3.551,32 KM
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	R\$ 3.401,19
4ª Região	(SC, PR e RS)	Quantidade de veículos	161
		Quantidade de veículos	R\$ 720,49
		Valor médio de combustível	R\$ 1.355,26
		Idade média da frota	6,52 anos
		Média de KM rodados	3.734,41 KM
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	R\$ 2.075,76
5ª Região	(CE, RN, PB, PE, AL e SE)	Quantidade de veículos	138
		Valor médio de manutenção	R\$ 1.681,94
		Valor médio de combustível	R\$ 2.943,64
		Idade média da frota	6,25 anos
		Média de KM rodados	5.235,97 KM
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	R\$ 4.625,00

Tabela 62 Distribuição da frota oficial do MPF

Em cumprimento ao disposto na [Portaria PGR nº 70, de 29 de setembro de 2015](#), que regulamenta a aquisição e a utilização dos veículos oficiais no âmbito do Ministério Público da União (MPU), a frota do MPF está distribuída conforme figura anterior.

Houve redução de custo médio/carro em 2018 em relação a 2017. Quanto à média de Km/carro não houve um aumento significativo comparando os dois anos referenciados.

Com relação à quantidade de veículos, nota-se que não houve alteração significativa, reflexo da manutenção adequada da frota, assim como o atendimento das restrições impostas pela Emenda Constitucional nº 95, que limita os gastos e investimentos públicos.

NÚMEROS GERAIS DA FROTA OFICIAL DO MPF

	2017	2018
Quantidade de veículos	1.083	1.078
Idade média da frota	5,37	6,47
Média de KM rodados	4.297,52	4.905,37
CUSTO MÉDIO POR CARRO	R\$ 3.689,48	R\$ 3.575,77

Tabela 63 Números gerais da frota oficial do MPF

DESAZIMENTO DE ATIVOS DA FROTA

A tabela a seguir representa a quantidade de veículos que passaram pelo processo de desfazimento no MPF nos anos de 2017 e 2018:

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM PROCESSO DE DESFAZIMENTO

	2017	2018
Quantidade de veículos	45	22

Tabela 64 Quantidade de veículos em processo de desfazimento

5.7.4. INSTALAÇÕES E OBRAS

Em 2018, o Ministério Público Federal investiu R\$ 40,61 milhões (despesas liquidadas e restos a pagar pagos em 2017 e 2018) entre obras, reformas, adequações e instalações prediais. Em comparação com o ano anterior, o valor reduziu em 44%, impactado pela EC nº 95/2016.

Os investimentos do MPF em obras e instalações estão alinhados ao objetivo estratégico do MPF “Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura”, definido no Mapa Estratégico do Ministério Público Federal.

Em 2018, os maiores investimentos ocorreram nas construções das sedes da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, da Procuradoria da República no Pará, da Procuradoria da República em Roraima e da Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

DESPESAS PAGAS REFERENTE A INVESTIMENTOS EM OBRAS E INSTALAÇÕES NO MPF*

	2017	2018
Despesas pagas	73,81	40,61

* Valores em Milhões (R\$) (inclui restos a pagar pagos)

Fonte: Tesouro Gerencial, em 30/1/2019

Tabela 65 Despesas pagas referente a investimentos em obras e instalações no MPF

Antes da Emenda Constitucional nº 95/2016, a construção de novas sedes pelo MPF também tinha o objetivo de evitar gastos com locação de imóveis. Desde a promulgação dessa emenda, a execução de obras pelo MPF foi drasticamente reduzida e, atualmente, limita-se a priorizar as situações mais prementes, principalmente quando envolve questões de segurança dos usuários, precariedade de instalações elétricas, impossibilidade de adequações de acessibilidade, excessivo custo da locação do imóvel.

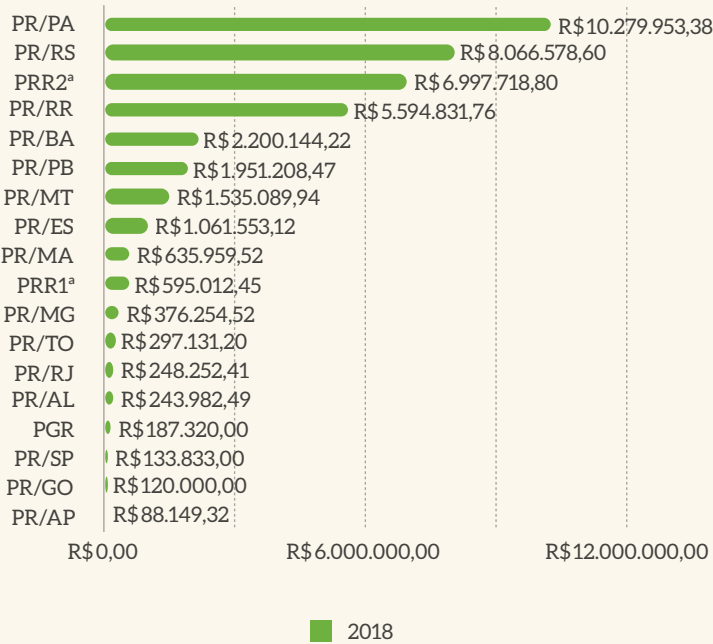
Os resultados obtidos em 2018 a partir dos investimentos foram:

- >> aprimoramento das condições ambientais de trabalho para servidores, membros, estagiários e terceirizados;
- >> aumento da segurança física para servidores e usuários das edificações;
- >> maior acessibilidade às SAC (Salas de Atendimento ao cidadão) pelos cidadãos e

- aos ambientes de trabalho por servidores na condição de PCD;
- >> edificações mais eficientes energeticamente;
 - >> redução de custos com locação de imóveis.

A evolução da execução das obras e reformas no MPF pode ser acompanhada por meio do Portal da Transparência do MPF, no qual a [situação dos Termos de Contratos referentes a obras, serviços de engenharia ou reformas prediais](#) é atualizada mensalmente.

INVESTIMENTOS EM OBRAS E INSTALAÇÕES PAGOS EM 2018 POR UAG*



* Investimentos pagos em 2018 (inclui restos a pagar pagos)

Fonte: Tesouro Gerencial, em 30/1/2019

Gráfico 25 Investimentos em obras e instalações pagos em 2018 por UAG

CONFORMIDADE LEGAL

Todas as unidades do MPF apresentaram declaração de conformidade legal alinhada com os termos dos arts. 37, 70 e 75 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Instrução Normativa nº 205/1988, Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 8.429/1992 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Também são seguidas pelas unidades gestoras as notas técnicas emitidas pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura do MPF que são publicações periódicas com o objetivo de orientar gestores e fiscais quanto aos assuntos relacionados a engenharia, principalmente no que tange à necessidade de alinhamento com a jurisprudência do TCU.

PANORAMA DAS EDIFICAÇÕES OCUPADAS PELO MPF

Em levantamento nas unidades gestoras, foi verificado que o MPF ocupa 248 edificações das quais 146 são locadas de terceiros, representando 58% do total. Cabe ressaltar que 93% das edificações alugadas localizam-se no interior dos estados.

PANORAMA DAS EDIFICAÇÕES OCUPADAS PELO MPF*			
SITUAÇÃO	2017		2018
Próprio	82	89	37%
Alugado	147	146	58%
Cedido	14	13	5%
TOTAL	243	248	100%

Fonte: Unidades gestoras do MPF

Tabela 66 Panorama das edificações ocupadas pelo MPF

DESPESAS COM IMÓVEIS

DESPESAS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEIS*		
	2017	2018
Despesas com locação de imóveis	37,96	37,12
* Valores em Milhões (R\$) - (inclui restos a pagar pagos)		
Fonte: Tesouro Gerencial, em 30/1/2019		

Tabela 67 Despesas com locação de imóveis

Em 2018, as despesas com locação de imóveis no MPF reduziram de R\$ 37,96 para R\$ 37,12 milhões (despesas liquidadas e restos a pagar pagos em 2017 e 2018) em comparação com o exercício anterior.

As despesas do MPF com a manutenção predial de suas edificações subiram de R\$ 23,09 para R\$ 26,38 milhões (despesas liquidadas e restos a pagar pagos em 2017 e 2018) em 2018, um aumento de 14% na comparação com 2017. É importante destacar que o aumento das despesas com manutenção costuma acompanhar o envelhecimento das edificações, a ampliação das manutenções preventivas e o aumento de área ocupada decorrente de mudança para edificações próprias ou locações com melhor estrutura física.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO PREDIAL*		
	2017	2018
Despesas com manutenção prediais	R\$ 23,09	R\$ 26,38
* Valores em Milhões (inclui restos a pagar pagos)		
Fonte: Tesouro Gerencial, em 30/1/2019		

Tabela 68 Despesas com manutenção predial

Ao longo de 2018, foram implementadas diversas medidas para redução de gastos pelas edificações do MPF. Entre elas podemos destacar as seguintes:

- >> compartilhamento de sedes com outros órgãos, principalmente o MPT, com o objetivo de redução de custos operacionais;
- >> substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED;

- >> redução do horário de expediente diminuindo o tempo de uso de ar-condicionado central; e
- >> regulação das válvulas de descargas das bacias sanitárias.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS**>> DESAFIOS**

- 1) priorizar racionalmente os reduzidos recursos disponíveis para as obras em andamento;
- 2) despender apoio técnico de engenharia às 248 edificações distribuídas no território nacional com corpo técnico limitado;
- 3) ampliar as ações de manutenção preventiva das edificações apesar dos cortes no orçamento destinado a custeio; e
- 4) encontrar soluções factíveis para adequações de acessibilidade a edificações muito antigas, tombadas ou alugadas.

>> AÇÕES

- 1) implantar a metodologia BIM (Building Information Modeling) no desenvolvimento interno e nas contratações externas de novos projetos para construção e reforma de sedes;
- 2) otimizar a gestão das edificações por meio de sistemas informatizados acelerando a tomada de decisões;
- 3) conscientizar as unidades para priorizar as adequações das edificações para garantir acessibilidade universal ao público externo e aos servidores do MPF; e
- 4) orientar as unidades gestoras do MPF para implantação de medidas para redução de consumo de energia e água.

5.8 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E INOVAÇÃO

A sustentabilidade é tema inserido no planejamento estratégico do MPF. Nessa linha, o Planejamento Institucional prevê que as iniciativas e as ações adotadas devem, no nível do aprendizado e crescimento, estar alinhadas à estratégia com foco em resultados e, no nível dos processos internos, estar pautadas em modelos de gestão que proporcionem uma atuação estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável.

O MPF dispõe de um arcabouço regulatório que baliza a atuação do administrador, visando reduzir custos, racionalizar o consumo de matérias-primas, energia e água, diminuir a geração de resíduos, reutilizar e reciclar materiais, além de melhorar a qualidade de vida e minimizar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Entre eles, está o [Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF](#), aprovado pela [Portaria nº 461, de 15 de maio de 2017](#), o qual propõe a adoção institucional de um modelo de gestão, norteado por um conjunto sistematizado de requisitos que buscam estabelecer um padrão de atuação sustentável pelo MPF, alinhado à legislação vigente.

Particularmente, no que se refere a contratações sustentáveis, desde 2016 o MPF conta com o [Guia de Contratações Sustentáveis](#) que oferece, de forma clara e objetiva, um conteúdo teórico conceitual e um conjunto de procedimentos e recomendações de boas práticas.

Nesse processo de melhoria contínua, foi criada, em junho de 2018, a Assessoria de Sustentabilidade e Inovação (ASI) da Secretaria-Geral do MPF para auxiliar os trabalhos da gestão focada na racionalização de gastos, no respeito ao meio ambiente, na promoção de novas tecnologias e em soluções inteligentes, alinhando a atuação do MPF aos ditames da Emenda Constitucional nº 95/2016. Trabalhando em conjunto com as secretarias nacionais para fazer diagnósticos e propor novas soluções, a ASI, sob a ótica do diálogo e da integração, busca garantir uma mudança de cultura, respeitando as particularidades das áreas e da força humana que compõem o MPF.

Em 2018, a ASI trabalhou na revisão de processos e projetos para ampliar e aprimorar o desenvolvimento sustentável no Ministério Público Federal. O objetivo foi encontrar gargalos e permitir a adaptação de cenários e legislações, uma vez que o MPF é uma instituição de atuação quase continental, considerando a dimensão do Brasil e suas 232 unidades.

Entre algumas medidas a se destacar no ano de 2018 estão: a Publicação do Programa de Gestão Socioambiental da PGR e de outras quatro unidades do MPF; a implementação inicial da coleta seletiva no âmbito da PGR e em algumas unidades do MPF; a capacitação de colaboradores terceirizados da limpeza para a gestão de resíduos sólidos; a constituição do Comitê de Gestão Socioambiental com servidores voluntários; a criação da Rede Ecotime; a redução do consumo de copos plásticos para água, na PGR de 5.919.000 para 4.437.000, e café, na PGR de 1.105.000 para 1.070.000; e a redução do consumo de papel A4 em 26,2%.

LINHA DO TEMPO

JANEIRO 2018

>> Estabelecido o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o MPF buscou se adequar às legislações locais para implementar a coleta seletiva nas unidades. Dados os diferentes cenários e as variadas legislações estaduais e municipais que regem o tema, cada unidade precisará elaborar seu Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) objetivando dar a destinação correta aos materiais recicláveis ou rejeitos produzidos, atentos às questões socioambientais. A PRR1 é a única unidade com PGRS consolidado.

Nas unidades em que há a mensuração dos resíduos produzidos, foi registrado o **recolhimento de 50,739 toneladas de recicláveis**. Em algumas unidades o cálculo não se aplica devido ao fato de caber ao governo local o recolhimento e destinação dos resíduos produzidos. Entre **resíduos orgânicos e indiferenciados** de responsabilidade das unidades do MPF foram **recolhidas 206,152 toneladas**.

A PGR está revisando o documento para adequar às recentes alterações na legislação local para publicar o PGRS. Graças à criação de campanhas de conscientização, redução do número de lixeiras individuais e capacitação dos colaboradores terceirizados do serviço de limpeza foi possível reduzir o desperdício de materiais recicláveis e, conseqüentemente, o volume do que era considerado resíduo indiferenciado e orgânico. Na PGR, para atendimento à [Lei Distrital Nº 5.610/2016](#), [Decreto Distrital Nº 37.568/2016](#), [Decreto Distrital Nº 38.021/2017](#) e [Instrução Normativa SLU/DF nº 89/2016](#), foi celebrado contrato com empresa especializada e devidamente credenciada para fazer a coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequados.

A quantidade de recicláveis, quando ainda não havia a coleta seletiva adequada, foram **recolhidas 4 toneladas de recicláveis**. Já em 2018, o número aumentou para **7,8 toneladas de papel e 20,9 toneladas de papelão**.

A quantidade de não recicláveis **reduziu de 144 toneladas em 2016 para 96,7 toneladas em 2018, somente na PGR**.

JUNHO 2018

>> Criação da Assessoria de Sustentabilidade e Inovação, no âmbito da Secretaria-Geral, que absorveu os trabalhos da extinta Divisão de Sustentabilidade, ligada à estrutura da Secretaria de Administração.

>> Publicado o Programa de Gestão Socioambiental (PGS): Ferramenta de planejamento que tem como meta auxiliar a implementação de práticas de susten-

tabilidade para redução do consumo e a racionalização de gastos na instituição. Estabelece a adoção de uma série de requisitos sustentáveis relacionados, principalmente, ao consumo de bens e serviços como a redução do consumo de papel, copo, água e energia elétrica. Otimiza processos e ajuda a minimizar impactos ambientais resultantes das atividades internas. Outras 8 unidades estabeleceram seus próprios programas para a área: Procuradoria Regional da República da 1ª Região, Procuradoria Regional da República da 3ª Região, Procuradoria Regional da República da 4ª Região, Procuradoria Regional da República da 5ª Região, Procuradoria da República no Distrito Federal, Procuradoria da República no Piauí, Procuradoria da República no Rio de Janeiro e Procuradoria da República na Paraíba.

JULHO 2018

- >> Instituição do Comitê de Inteligência Artificial ([Portaria nº 475/2018](#)): Com o escopo de mapear, analisar, propor, receber, avaliar, ordenar e priorizar as propostas de criação e desenvolvimento de projetos por meio da utilização de métodos e ferramentas de inteligência artificial, consubstanciadas no uso de processamento de linguagem natural, algoritmos, machine learning, entre outros. O comitê vem desenvolvendo dois projetos prioritários: a criação de chatbot para atendimento inicial do público interno do MPF e produção de ferramenta para mapeamento e automação de ausência de interesse em mandados de segurança.

AGOSTO 2018

- >> Instituído o Comitê de Gestão Socioambiental da PGR (Ecotime) de forma voluntária: O grupo, que antes era constituído por servidores indicados pela chefia, passou a ser formado por 18 servidores voluntários, valorizando o trabalho daqueles que se identificam ou têm formação para atuar com a temática. O Ecotime da PGR foi estabelecido pela [Portaria nº 656, de 16 de agosto de 2018](#), e entre as pautas trabalhadas ao longo do ano está a gestão de resíduos sólidos, a capacitação para a sustentabilidade, a acessibilidade, as contratações sustentáveis e o uso racional de bens e serviços. Foram constituídos 23 Comitês de Gestão Socioambiental nas unidades. A ASI está trabalhando para que, em 2019, todas unidades criem seus setores para gerir a área. Entre as medidas tomadas para que isso ocorra está a criação da Rede Ecotime, que conecta todas as unidades, fomentando o diálogo alinhando processos, campanhas e auxiliando as unidades que possuem dificuldades para a concretização de seus comitês.

Entre as atribuições dos Ecotimes está a elaboração do Programa de Gestão Socioambiental (PGS).

- >> Capacitação de Colaboradores: Capacitação para 144 colaboradores do serviço de limpeza. O curso foi ministrado sem custo pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, com o objetivo de esclarecer e informar sobre a correta separação dos resíduos na instituição e promover os valores de cidadania para os terceirizados da casa.

DEZEMBRO 2018

- >> Rede ECOTIME
- >> Com o objetivo de congregar esforços, foi criada a Rede Ecotime, que reúne os Comitês Locais de Gestão Socioambiental de todas as unidades do MPF. O objetivo é trocar experiências, auxiliar na divulgação e no compartilhamento de boas práticas, criar mecanismos para solução de problemas e desenvolver uma agenda sustentável conjunta.
- >> Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, do Ministério do Meio Ambiente: O objetivo é integrar esforços no desenvolvimento de projetos destinados a ações de sustentabilidade para inserção da variável socioambiental no cotidiano da Instituição. A medida reforça o compromisso na instituição com a sustentabilidade, uma vez que a PGR havia feito a primeira adesão em 2010. A partir da nova adesão, a PGR está trabalhando para incentivar o compromisso ou a renovação dele em todas as unidades.

PERSPECTIVAS DA SUSTENTABILIDADE PARA 2019

- >> Promoção de Feira Orgânica em prol da qualidade de vida de servidores e procuradores.
- >> Estudar a viabilidade de implementação de sistema de transporte administrativo nos moldes do Táxi-Gov como medida de sustentabilidade para redução das emissões de CO², economia de recursos e melhor oferta de serviços para os usuários.
- >> Ampliação da coleta seletiva na PGR e nas unidades do MPF.
- >> Ampliação no número de capacitações para a sustentabilidade.
- >> Reformulação do projeto “Carona Solidária”, que por meio da disponibilização de vagas privativas na garagem, busca incentivar membros e servidores a adotarem alternativas de transporte que contribuam com a mobilidade sustentável com possibilidade de ampliação para outras unidades.

- >> Publicação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.
- >> Início do projeto de energia fotovoltaica.
- >> Promoção de pesquisas, parcerias, eventos, capacitações, debates e rodas de conversa.
- >> Política de Inovação Sustentável do MPF (InovaMPF).
- >> Criação dos Inovatimes nas unidades do MPF para fomentar a cultura da inovação.
- >> Protocolos de intenções de cooperação tecnocientífica, cultural e intercâmbio de conhecimentos e experiências, de produtos e serviços de educação e capacitação, visando à formação e aperfeiçoamento da capacidade técnica de recursos humanos, à cooperação em pesquisa e inovação, bem como à melhoria desenvolvimento institucional, com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).
- >> Criação de página externa no site do MPF como medida de transparência e incentivo à inovação.
- >> Criação do Mind Talk: eventos de curta duração no formato TEDtalk no qual os palestrantes compartilham suas experiências e perspectivas sobre inovação e sustentabilidade.
- >> Construção de trilhas de capacitação para o desenvolvimento de habilidades e capacidades ligadas a inovação para servidores e membros.

5.9 DECLARAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Administração (SA) é unidade orgânica nacional de direção e coordenação, integrante da estrutura da Secretaria Geral do MPF, conforme dispõe o Regimento Interno Administrativo, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015 e alterações.

À SA compete planejar, organizar, dirigir e monitorar as atividades relacionadas a contratações, materiais, patrimônio e serviços gerais, atuando diretamente na execução orçamentária e financeira, como também orientar tecnicamente as Unidades do MPF na execução das atividades acima.

Compete ao Secretário de Administração, entre outras atribuições, ordenar despesas conforme a programação orçamentária aprovada pela Secretaria Geral, firmar os contratos administrativos na PGR ou em âmbito nacional, aplicar penalidades de advertência e multa por descumprimento contratual, e propor a aplicação de outras sanções impeditivas de licitar ao Secretário Geral ou ao Procurador Geral da República.

Para a entrega de suas atribuições, a SA conta com as Subsecretarias de Logística e Serviços Gerais, de Gestão Contratual e de Articulação e Registro de Preços; além das Coordenadorias de Licitações e Disputas Eletrônicas, e de Execução Orçamentária e Financeira, e das Assessorias Técnica e de Análise de Infrações e Sanções Administrativas.

A Emenda Constitucional 95/2016 impôs um grande desafio à gestão administrativa do MPF. Nesse cenário, a SA atuou fortemente em duas linhas de ação: i) a melhoria da gestão contratual e ii) o acompanhamento junto às demais Secretarias Nacionais visando à gestão de valores inscritos em restos a pagar.

O aprimoramento na gestão de contratos administrativos, efetivado por meio da renegociação de valores, redução de escopo e quantitativo de postos de trabalho, resultou, no âmbito da PGR, em uma economia contratual próxima a R\$ 3,5 milhões de reais, com destaque para os contratos de: i) comunicação social: 35,12% de redução; ii) apoio administrativo: 20,67% de redução e iii) abastecimento e manutenção da frota de veículos oficiais: 19,27% de redução. O impacto dessa redução exigiu readequações no sentido de elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados, visando minimizar os efeitos na qualidade da prestação de serviços.

No âmbito da PGR, houve uma redução no valor inscrito em restos a pagar em 2019, utilizando-se como parâmetro o montante inscrito em 2018, referente ao exercício de 2017 e aos anos anteriores. Esse decréscimo foi possível em razão do constante controle feito pela SA junto às demais Secretarias Nacionais, para que reavaliassem os valores já inscritos e agilizassem os artefatos buscando a antecipação das contratações

e a execução orçamentária no presente exercício.

Em 2018 foi feita a readequação dos modelos de Termos de Referência e Projetos Básicos, em conformidade com os modelos adotados pela Advocacia Geral da União, para a disponibilização às Unidades do MPF, como documento padrão. Em 2019 serão elaborados novos modelos específicos para as diversas áreas técnicas, a exemplo dos modelos disponibilizados em 2018 para a área de engenharia.

Os objetivos de contratação estão alinhados ao Planejamento Estratégico do MPF, período 2011-2020, especialmente: i) Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável; ii) Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária; iii) Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia.

O Painel de Contribuição da SA representa as ações que contribuirão diretamente para a consecução do Planejamento Estratégico do MPF, sendo 28 iniciativas e 15 indicadores, dentre os quais cita-se aqueles que tiveram maior atenção no período de 2018, tendo sido concluídas as iniciativas: i) a implantação do módulo Ata de Registro de Preços no SGA; ii) a publicação do Manual de Conformidade Documental dos Registros de Gestão; bem como aqueles que se apresentam como oportunidades de melhoria da gestão para o ano de 2019: i) publicar a Portaria de Instrução de Serviços – cronograma de requisições de material de consumo; ii) atualizar o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; iii) medir o tempo médio de conclusão do processo para apuração de infração e aplicação de sanção contratual; iv) medir o percentual dos Termos de Referência que obedeceram ao calendário de contratações.

O Sistema de Gestão Administrativa (SGA) é o sistema informatizado de integração nacional que contempla atualmente seis módulos, quais sejam: Licitação; Contrato; Suprimento de Fundos; Gestão Socioambiental, Engenharia e Ata de Registro de Preços, permanecendo como desafio para 2019 a implementação do módulo de contratação.

Dando continuidade à implementação dos objetivos estratégicos e com o intuito de padronizar procedimentos já testados e otimizados, a SA vem publicando manuais que visam orientar tecnicamente as demais Unidades do MPF quanto a procedimentos relevantes para a gestão administrativa. Para 2019, pretende-se publicar: o Manual de Procedimentos de Execução Orçamentária; o Manual de Procedimentos de Prestação de Contas e encerramento de Suprimento de Fundos e o Manual de Formalização Contratual.

A fiscalização e a aplicação de sanções administrativas junto a licitantes e contratados que descumprem as condições avençadas junto ao MPF têm sido intensificadas, de modo a incentivar o cumprimento efetivo dos contratos celebrados, bem como afastar licitantes que, mesmo sem intenção de cumprir sua proposta, participam

de certames licitatório. Nesse sentido, os processos de apuração e aplicação de sanção foram manualizados, trazendo mais objetividade, previsibilidade e celeridade às demandas apresentadas.

A conformidade e a confiabilidade da gestão administrativa estão fundamentadas na legislação atinente à matéria de execução financeira, tais como os artigos 163 a 169 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/1964, Decreto-lei nº 200/1967, Lei Complementar nº 101/2000, Decreto nº 93.872/1986 e Manual Técnico de Orçamento (MTO 2018), à matéria de licitação e contratos: Leis nº 8.666/93; 10.520/02; e 11.652/208; Instruções Normativas Secretaria Geral do MPF (SG/MPF), com destaque à IN SG/MPF nº 04/2016 (Contratações e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação no MPF) e IN SG/MPF Nº 01/2018 (Serviços de Natureza Continuada no MPF); Instruções Normativas Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 05/2017 (STI/MP); Portaria SG/MPF nº 110, de 06/02/2015, (Gestão e Fiscalização de Contratos no MPF), bem como nas informações extraídas nos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (SIAFI, SICAF, Painel de Preços e ComprasNet, do Ministério do Planejamento), assim como nos sistemas gerenciais do MPF (Sistema Único e SGA).

Os processos de contratação são submetidos à análise jurídica, sendo na PGR analisados pela Assessoria de Licitações e Contratos (ALC), da Consultoria Jurídica da Secretaria Geral (CONJUR/SG/MPF), o que garante a conformidade com as normas vigentes.

Assim sendo, declaro que os padrões de gestão da Secretaria de Administração do MPF atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste relatório.



Denise Christina de Rezende Nicolaidis
Secretária de Administração

5.10 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Dentre os gastos de custeio com funcionamento administrativo, destacam-se:

FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO - TIPOS DE SERVIÇOS*		
Serviços	Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 31.957.262,03
	Limpeza e conservação	R\$ 27.303.691,50
	Vigilância ostensiva	R\$ 77.133.971,23
	Manutenção e conservação de bens imóveis **	R\$ 14.289.164,24
	Serviços de copa e cozinha	R\$ 10.045.334,13
	Serviços de brigada de incêndio	R\$ 4.508.595,88
	Outros mão de obra	R\$ 1.119.109,04
	Outros serviços	R\$ 86.349.768,68
TOTAL DE SERVIÇOS		R\$ 252.706.896,73
Locação de imóveis		R\$ 41.926.302,56
Serviços de energia elétrica e água		R\$ 27.297.808,84
Material de consumo		R\$ 9.120.650,54
TOTAL		R\$ 331.051.658,67

Fonte: Tesouro gerencial, em 5/2/2019 - * os valores citados não incluem os inscritos em restos a pagar.

** A natureza de despesa 33903704 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis compreende: manutenção nos sistemas de som e imagem; manutenção civil, elétrica e hidrossanitária; manutenção do sistema de automação predial e sistema de detecção de incêndio; manutenção de central de ar condicionado.

Tabela 69 Funcionamento administrativo - tipos de serviços

VALORES PAGOS NAS CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE NO MPF

FINALIDADE	2018
Funcionamento Administrativo	R\$ 331.051.658,67
Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$ 53.239.411,76
Obras e Instalações	R\$ 18.755.346,04
Outros Investimentos	R\$ 7.833.349,24
TOTAL*	R\$ 410.879.765,71

* Fonte: Tesouro Gerencial, em 26/02/2019 - os parâmetros utilizados na consulta excluem as despesas relativas a: i) diárias (pessoal civil); ii) auxílio transporte; iii) despesas de exercícios anteriores; iv) indenizações e restituições; v) ressarcimento de despesa de pessoal requisitado.

Tabela 70 Valores pagos nas contratações por finalidade no MPF

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES

Contratações relevantes, em razão do seu objeto para a gestão administrativa do MPF:

1) Concurso público para servidores do Ministério Público da União (MPU):

- a) Justificativa: Necessidade de provimento de servidores, em decorrência da rotatividade e falta de pessoal do Órgão, visando assegurar a continuidade do serviço.
- b) Alinhamento com objetivo estratégico:
 - >> Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável;
 - >> Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura;
 - >> Fortalecer as estruturas de apoio à investigação.

2) Comunicação de dados em nível nacional, para permitir a interconexão das unidades do MPF ("Rede Nacional"):

- a) Justificativa: Continuidade na comunicação entre as unidades do MPF, provimento de acesso à Internet e serviços de Data Center específicos, garantindo a alta disponibilidade para os sistemas e serviços de TIC.
- b) Alinhamento com objetivo estratégico:
 - >> Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável;
 - >> Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura;
 - >> Fortalecer as estruturas de apoio à investigação;

>> Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia.

3) E-Social

- a) Justificativa: O Decreto nº 8.373/2014 instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – E-Social. Em atendimento à Norma, criou-se a obrigatoriedade de envio das informações à plataforma eletrônica, conforme definido pelo Comitê Diretivo do E-Social.

CONTRATAÇÕES DIRETAS: PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO, PRINCIPAIS TIPOS E JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO

O MPF emitiu 8.820 empenhos em 2018, sendo 3.094 para dispensa de licitação, 524 para inexigibilidade, totalizando 3.618 para as contratações diretas; 3.588 decorrentes de pregões; 1.614 referentes a outras modalidades, sendo: 22 para concorrência, 3 para convite, 11 para tomada de preços, 942 para suprimento de fundos e 636 que não se aplicam a nenhuma modalidade de licitação, referindo-se a reconhecimento de dívida, taxas diversas, credenciamento e contratações de tradutores, dentre outros. O detalhamento das informações pode ser consultado no [Portal da Transparência do MPF](#).

Quanto ao montante de recursos por modalidade de licitação, o MPF pagou, por meio das 33 Unidades Gestoras (27 Procuradorias da República, 5 Procuradorias Regionais e Secretaria de Administração), os seguintes valores:

Serviços de energia elétrica, água e esgoto: R\$ 27.297.808,84

Serviço de seleção e treinamento 10º concurso público para técnicos e analistas: R\$ 8.623.962,72

Manutenção de softwares: R\$ 2.433.577,23

Ressalta-se que essas contratações estão vinculadas aos seguintes objetivos estratégicos:

OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável;

OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia;

OE05 - assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária.

VALORES PAGOS NAS PRINCIPAIS FORMAS DE CONTRATAÇÃO DO MPF*

UGE - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FORMA DE CONTRATAÇÃO	VALOR PAGO**
Ministério Público Federal	Pregão	R\$ 248,8
	Dispensa de Licitação	R\$ 90,2
	Inexigibilidade	R\$ 13,9
	Outras formas	R\$ 58
	TOTAL	R\$ 410,9

*Fonte: Tesouro Gerencial, em 5/2/2019

**Valores em milhões

Tabela 71 Valores pagos nas principais formas de contratação no MPF

JUSTIFICATIVA DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS:

Apesar da regra geral para o poder público ser a licitação, o próprio comando constitucional que trata a respeito (inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal) se inicia com a expressão ressalvados os casos especificados na legislação. É exatamente essa excepcionalidade (ou ressalva) que foi regulamentada pela Lei nº 8.666/93, mais precisamente nos artigos 17, 24 e 25.

O quantitativo de procedimentos é elevado em razão de inúmeras demandas que isoladamente não necessitam ser supridas por meio de licitação, cujo procedimento seria mais oneroso que a própria aquisição pretendida. Nesse sentido, em observância ao princípio constitucional da eficiência, opta-se pela contratação fundamentada no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

Ademais, em diversos casos, a licitação não ocorrerá por inviabilidade de competição, como no caso da contratação de treinamentos para servidores, assinaturas de periódicos cuja publicação seja exclusiva dos fornecedores ou desenvolvimento e manutenção de sistemas de tecnologia da informação, ou ainda por política legislativa e em razão do objeto que está sendo contratado, como no caso da contratação de serviços públicos monopolizados, como água e esgoto, energia elétrica e serviços postais.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS, INCLUINDO OS CONTRATOS DE SERVIÇOS SIGNIFICATIVOS E OS INVESTIMENTOS DE CAPITAL. QUANTO A ESTES, A AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E O IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS

CONTRATOS VIGENTES EM 2018 – COM MAIOR IMPACTO ORÇAMENTÁRIO			
U.G.	OBJETO	MODALIDADE	VALOR*
PGR	Contratação de serviço de comunicação de dados em nível nacional, para permitir a interconexão das unidades do Ministério Público Federal, serviços de Data Center, incluindo acesso à internet, serviços gerenciados de segurança e infraestrutura de tecnologia da informação como serviço, para atender às necessidades do MPF e da Escola Superior do Ministério Público da União - Lote 01 do Pregão Eletrônico nº 46/2018-PGR.	Pregão Eletrônico	R\$ 39.317.986,40
PGR	Contratação de serviço de comunicação de dados em nível nacional, para permitir a interconexão das unidades do Ministério Público Federal, serviços de Data Center, incluindo acesso à internet, serviços gerenciados de segurança e infraestrutura de tecnologia da informação como serviço, para atender às necessidades do MPF e da Escola Superior do Ministério Público da União - Lote 02 do Pregão Eletrônico nº 46/2018-PGR	Pregão Eletrônico	R\$ 10.486.238,88
PGR	Contratação de serviços de entidade organizadora de concurso público.	Dispensa de Licitação	R\$ 9.407.411,72
PGR	Distribuição, pela contratada, da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse do contratante, obedecidas às determinações contidas no art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 8º, inciso VII, e § 2º, inciso II, da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, na Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, na Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, no Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, no Decreto nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966, e nas demais normas complementares específicas, principalmente as diretrizes e orientações técnicas do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM.	Inexigibilidade	R\$ 4.800.000,00

*Valor Anual da Contratação ou Valor da Contratação (contratação por escopo)

Fonte: Sistema de Gestão Administrativa (SGA), em 06/02/2019

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Administrar as particularidades e necessidades específicas de cada Unidade do MPF e de cada Secretaria Nacional da PGR é o principal desafio da gestão de licitações e contratos.

Além disso, entre os desafios mais significativos da gestão de contratações encontram-se as questões de prazos e a necessidade de maior integração entre as áreas. Nesse sentido, entende-se que é possível e necessário otimizar o calendário de contratações de modo a alcançar melhores resultados.

O MPF vem buscando aprimorar o seu processo de contratação à luz dos objetivos estratégicos, das necessidades da Instituição e também para se adequar às restrições orçamentárias impostas pela EC 95/2016. Nesse sentido, algumas ações vêm sendo adotadas, conforme segue:

- >> Aprimorar continuamente a qualidade e a transparência dos gastos públicos;
- >> Intensificar as ações que visam racionalizar as despesas de custeio, tais como renegociações contratuais, aumento de eficiência na prestação dos serviços terceirizados;
- >> Adotar boas práticas desenvolvidas por outros órgãos da Administração Pública;
- >> Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços;
- >> Cumprir os prazos estabelecidos no planejamento das contratações;
- >> Aprimorar os artefatos (Termos de Referência e Projetos Básicos) produzidos pelas Secretarias Nacionais, com foco nas especificações técnicas;
- >> Implementar o Plano Anual de Contratações;
- >> Contratar a ferramenta de gestão patrimonial por radiofrequência (RFID), visando otimizar recursos humanos e modernizar a gestão;
- >> Centralização das informações de contratações e de contratos no Sistema de Gestão Administrativa – SGA.
- >> Publicação da IN que regulamenta as contratações no âmbito do MPF; e da IN que dispõe sobre a gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do MPF.
- >> Publicação dos Manuais: i) Normas e Procedimentos da Fase Interna da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico; ii) Alteração contratual (prorrogação, repactuação, reajuste, apostilamento, reequilíbrio, acréscimo e supressão).
- >> Atualização do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.
- >> Implantação de novos módulos e atualização de funcionalidades do SGA.
- >> Disponibilização de modelo de Edital e Contrato para aquisições, bem como para

Tabela 72 Contratos vigentes em 2018 com maior impacto orçamentário

contratação de serviços de natureza continuada.

- >> Elaboração do catálogo de serviços da Secretaria de Administração.
- >> Atualizações contínuas das minutas de Termos de Referência e de Projetos Básicos.
- >> Publicação de norma com parâmetros para aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratações administrativas.

RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

AUDIN-MPU-00000436/2019



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as demonstrações contábeis consolidadas do Ministério Público Federal (MPF) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidas pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T 16.6 (R1), relativas ao exercício de 2018, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MPF.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 22 de fevereiro de 2019.

ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO
Coordenador de Controle e Análise Contábil
CRC nº DF-014879/O-5

Assinado com login e senha por ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO, em 22/02/2019 18:55. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave: 1854478A-4012B123-F448F91-1E0A3B6F

Figura 20 Declaração do Contador

6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A organização das demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, segundo as normas de regência da matéria, e os resultados gerais do exercício, serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 438/2012. (Apêndices B a F).

6.3 NOTAS EXPLICATIVAS

CONTEXTO OPERACIONAL

A organização e as atribuições do Ministério Público Federal estão estabelecidas na Lei Complementar nº 75/1993, conhecida como Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Além de atuar como fiscal da lei, o MPF atua também nas áreas cível, criminal e eleitoral. Na Justiça Federal, atua em causas em que a Constituição Federal de 1988 estabelece de interesse federal. Extrajudicialmente, o MPF exerce suas atribuições por meio de recomendações, audiências públicas, promoção de acordos por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e controle externo da atividade da Polícia Federal.

As dotações do MPF, na lei orçamentária da União, são consignadas na Unidade Orçamentária 34.101 – Ministério Público Federal, vinculada ao Órgão Orçamentário 34000 – Ministério Público da União.

Esses recursos públicos são geridos nas unidades gestoras do Ministério Público Federal, a saber: Secretaria-Geral do MPF, Secretaria de Administração do MPF, Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF, Procuradorias Regionais da República da 1ª à 5ª Região e Procuradorias da República nas 27 (vinte e sete) unidades federativas.

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis (DCON)

As Demonstrações Contábeis de 2018 foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 10.180/2001 e do Decreto nº 93.872/1986. Observam, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Con-

tabilidade (CFC), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da 7ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2016 e Portaria da STN nº 840/2016), a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria da STN nº 510/2016) e demais normas aplicáveis.

As DCONs do Ministério Público Federal foram extraídas do Siafi, sendo compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Consta, ainda, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estabelecida pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

A – Moeda funcional

A moeda funcional, no âmbito da União, é o Real (R\$). As eventuais transações realizadas pelas unidades gestoras do MPF que envolvam moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional na data de pagamento do compromisso, empregando-se a taxa de câmbio vigente.

B – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação, conforme prescrito na parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP. Os gastos posteriores ao reconhecimento inicial são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

C – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos (softwares, marcas, patentes, atividades de pesquisa e desenvolvimento etc.) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados, com base no valor de aquisição ou de produção, deduzidos do saldo da respectiva conta

de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor que o bem tenha sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

D – Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação e amortização no MPF, durante o exercício de 2018, tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, a NBC TSP e o MCASP.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira detalhada, no Manual Siafi Web, Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, nas Autarquias e nas Fundações).

Por sua vez, o valor da depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurado mensal e automaticamente pelo mencionado Sistema, observando o valor depreciável de acesso, com uso do Método da Parábola de Kuentzle, conforme determinado no art. 7ª da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Este método é expresso pela equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

onde: Kd = coeficiente de depreciação;

n = vida útil da acessão; e

x = vida útil transcorrida da acessão.

E – Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

F – Apuração do resultado

Nas Demonstrações Contábeis é possível apuração dos seguintes resultados:

>> **Patrimonial:** implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após a apuração, o valor obtido é mostrado no item Resultado do Exercício, localizado na coluna do Passivo do Balanço Patrimonial. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

>> **Orçamentário:** representa o confronto entre as receitas orçamentárias realiza-

das e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

>> **Financeiro:** representa o confronto entre os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que ocorreram durante o exercício e alteraram o saldo das disponibilidades do MPF. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

Esta demonstração contábil evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Ministério Público Federal, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação (natureza de informação de controle).

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

É composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MPF, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição nos anos de 2017 e 2018:

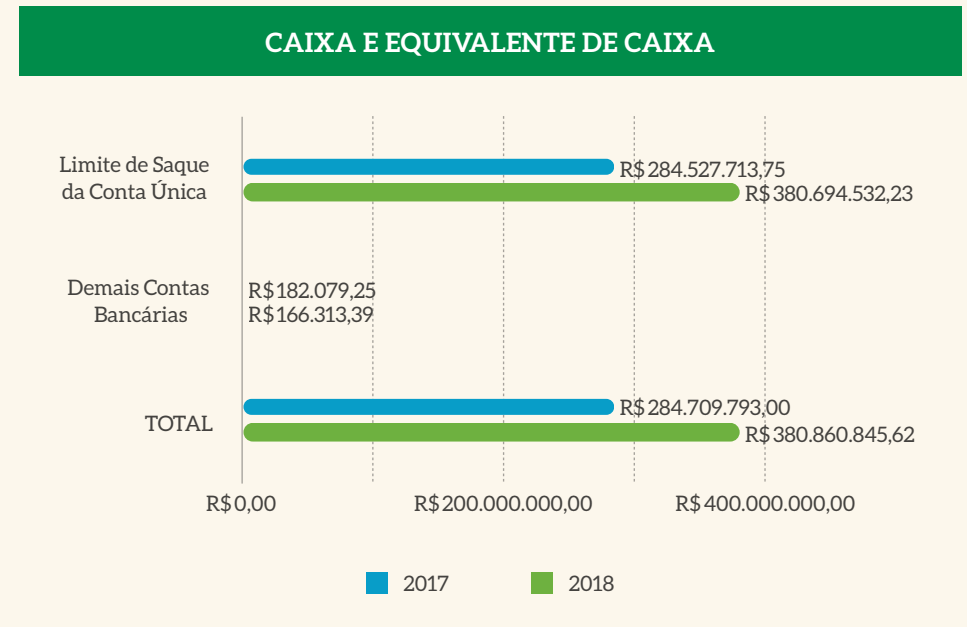


Gráfico 26 Caixa e equivalente de Caixa

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Este item é constituído, basicamente, por créditos por danos ao patrimônio, cujas contas foram julgadas irregulares pelo TCU, com imposição de débito ao responsável, e por adiantamentos* de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), conforme autorizado pelo art. 25 da Lei nº 12.618/2012.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO					
	PR/MG	PR/PR	SA/MPF	SGP/MPF	MPF
Créditos a Receber por Desfalques ou Desvios		R\$ 1.753.968,09	R\$ 161.298,50		R\$ 1.915.266,59
Depósitos Judiciais Efetuados	R\$ 64.183,61				R\$ 64.183,61
Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP*				R\$ 722.900,00	R\$ 722.900,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	R\$ 64.183,61	R\$ 1.753.968,09	R\$ 161.298,50	R\$ 722.900,00	R\$ 2.702.350,20

Tabela 75 Demais créditos e valores a longo prazo

*Com o objetivo de propiciar o início das operações e o regular funcionamento da Funpresp-Jud, o art. 25 da Lei nº 12.618/2012 autorizou, em caráter excepcional, no ato de criação dessas entidades, a União fazer aporte financeiro a título de adiantamento de contribuições futuras.

Nota 3 – Imobilizado

O imobilizado do Ministério Público Federal é segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis. Nas tabelas a seguir, são apresentadas as composições dos bens registrados no Siafi, em 31/12/2018.

BENS MÓVEIS - COMPOSIÇÃO			
UNIDADE GESTORA	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO
Secretaria de Administração do MPF	R\$ 104.771.852,80	-R\$ 60.155.513,68	R\$ 44.616.339,12
Procuradoria da República em São Paulo	R\$ 49.105.169,82	-R\$ 30.205.498,47	R\$ 18.899.671,35
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	R\$ 26.210.180,58	-R\$ 13.825.478,20	R\$ 12.384.702,38
Procuradoria da República em Santa Catarina	R\$ 23.786.145,89	-R\$ 11.232.596,33	R\$ 12.553.549,56
Procuradoria da República no Rio de Janeiro	R\$ 22.892.135,46	-R\$ 12.603.173,45	R\$ 10.288.962,01
Procuradoria da República no Paraná	R\$ 20.194.292,56	-R\$ 10.610.169,97	R\$ 9.584.122,59
Procuradoria da República em Minas Gerais	R\$ 19.774.012,42	-R\$ 11.992.369,88	R\$ 7.781.642,54
Procuradoria Regional da República - 2ª Região / RJ	R\$ 18.766.469,28	-R\$ 9.333.304,74	R\$ 9.433.164,54
Procuradoria da República na Bahia	R\$ 17.240.974,96	-R\$ 10.162.346,42	R\$ 7.078.628,54
Procuradoria Regional da República - 4ª Região / RS	R\$ 15.477.192,01	-R\$ 8.083.378,44	R\$ 7.393.813,57
Procuradoria Regional da República - 3ª Região / SP	R\$ 12.857.456,08	-R\$ 7.846.628,81	R\$ 5.010.827,27
Procuradoria da República em Pernambuco	R\$ 12.302.152,63	-R\$ 7.382.864,20	R\$ 4.919.288,43
Procuradoria da República no Distrito Federal	R\$ 12.282.628,66	-R\$ 7.602.036,14	R\$ 4.680.592,52
Procuradoria da República no Pará	R\$ 11.628.150,65	-R\$ 6.350.193,20	R\$ 5.277.957,45
Procuradoria Regional da República - 1ª Região / DF	R\$ 11.113.240,22	-R\$ 6.804.233,84	R\$ 4.309.006,38
Procuradoria da República no Ceará	R\$ 10.305.003,29	-R\$ 6.122.629,94	R\$ 4.182.373,35
Procuradoria da República no Mato Grosso	R\$ 10.233.465,59	-R\$ 5.281.553,79	R\$ 4.951.911,80
Demais Unidades Gestoras do MPF	R\$ 108.731.121,86	-R\$ 55.318.711,37	R\$ 53.412.410,49
BENS MÓVEIS	R\$ 507.671.644,76	-R\$ 280.912.680,87	R\$ 226.758.963,89

Tabela 76 Bens móveis – composição

BENS IMÓVEIS - COMPOSIÇÃO

	SA / MPF	PR / RJ	PRR / RJ	PRR / RS	PR / SP	DEMAIS UNIDADES GESTORAS	MPF
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet							
Custo	R\$ 208.075.823,06	R\$ 172.203.720,36	R\$ 87.177.432,20	R\$ 59.368.677,06	R\$ 52.606.590,52	R\$ 465.697.529,95	R\$ 1.045.129.773,15
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 7.775.447,85	-R\$ 7.959.458,53	-R\$ 2.496.433,42	-R\$ 324.451,90	-R\$ 7.200.914,41	-R\$ 21.953.074,51	-R\$ 47.709.780,62
(=) Saldo líquido	R\$ 200.300.375,21	R\$ 164.244.261,83	R\$ 84.680.998,78	R\$ 59.044.225,16	R\$ 45.405.676,11	R\$ 443.744.455,44	R\$ 997.419.992,53
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet							
Custo		R\$ 443.051,19				R\$ 31.513.678,37	R\$ 31.956.729,56
Bens Imóveis em Andamento							
Custo	R\$ 736.917,51	R\$ 422.070,02	R\$ 33.183.599,90		R\$ 305.120,00	R\$ 224.332.226,95	R\$ 258.979.934,38
Instalações							
Custo						R\$ 2.082.397,47	R\$ 2.082.397,47
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros							
Custo		R\$ 306.553,12				R\$ 1.033.306,38	R\$ 1.339.859,50
(-) Amortização acumulada						-R\$ 774.588,73	-R\$ 774.588,73
(=) Saldo líquido	R\$ 0,00	R\$ 306.553,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 258.717,65	R\$ 565.270,77
BENS IMÓVEIS	R\$ 201.037.292,72	R\$ 165.415.936,16	R\$ 117.864.598,68	R\$ 59.044.225,16	R\$ 45.710.796,11	R\$ 701.931.475,88	R\$ 1.291.004.324,71

Tabela 77 Bens imóveis - composição

INTANGÍVEIS - COMPOSIÇÃO					
UNIDADE GESTORA	CUSTO SOFTWARES DE VIDA ÚTIL DEFINIDA (A)	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (B)	SALDO LÍQUIDO (C) = (A + B)	CUSTO SOFTWARES DE VIDA ÚTIL INDEFINIDA (D)	INTANGÍVEL (E) = (C + D)
Secretaria de Administração do MPF	R\$ 2.700.205,48	-R\$ 1.774.012,27	R\$ 926.193,21	R\$ 35.675.851,77	R\$ 36.602.044,98
Procuradoria da República no Paraná	R\$ 2.827,00	-R\$ 2.669,94	R\$ 157,06	R\$ 1.066.388,48	R\$ 1.066.545,54
Procuradoria da República no Rio de Janeiro				R\$ 435.477,65	R\$ 435.477,65
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	R\$ 2.945,84	-R\$ 1.825,31	R\$ 1.120,53	R\$ 321.345,59	R\$ 322.466,12
Procuradoria Regional da República - 3ª Região / SP				R\$ 308.070,28	R\$ 308.070,28
Procuradoria da República em São Paulo				R\$ 227.332,97	R\$ 227.332,97
Procuradoria da República em Pernambuco	R\$ 118,84	-R\$ 118,84		R\$ 212.913,83	R\$ 212.913,83
Procuradoria da República em Santa Catarina				R\$ 185.952,84	R\$ 185.952,84
Procuradoria Regional da República - 4ª Região / RS				R\$ 169.405,79	R\$ 169.405,79
Procuradoria da República no Pará	R\$ 2.945,84	-R\$ 2.945,84		R\$ 159.600,05	R\$ 159.600,05
Procuradoria da República no Distrito Federal				R\$ 144.516,74	R\$ 144.516,74
Procuradoria da República em Sergipe				R\$ 116.128,55	R\$ 116.128,55
Demais Unidades Gestoras do MPF	R\$ 76.692,07	-R\$ 47.933,61	R\$ 28.758,46	R\$ 1.088.325,49	R\$ 116.128,55
Softwares	R\$ 2.785.735,07	-R\$ 1.829.505,81	R\$ 956.229,26	R\$ 40.111.310,03	R\$ 41.067.539,29

Tabela 78 Intangíveis - composição

Nota 4 – Intangível

O Ativo Intangível do MPF, em 31/12/2018, totalizava R\$ 41 milhões e está composto de softwares com vida útil definida e indefinida, conforme detalhado na tabela acima.

Nota 5 – Pessoal a Pagar

Em 31/12/2018, o Ministério Público Federal apresentou um saldo de R\$ 25,9 milhões com pessoal a pagar, decorrente de apropriação na conta 21111.01.03 (Férias a pagar) pela Unidade Gestora 380.004 (Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPF). Foram observadas as recomendações do Tribunal de Contas da União e as orientações da Macrofunção 02.11.42 (Folha de Pagamento) do Manual Siafi.

Nota 6 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018, o MPF apresentou um saldo aproximado de R\$ 4 milhões em aberto com fornecedores e contas a pagar a curto prazo. Visualiza-se as unidades gestoras contratantes que possuem os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na tabela ao lado.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - POR CONTRATANTE EM 31/12/18

Procuradoria da República em São Paulo	R\$ 2.584.209,30	65,9%
Secretaria de Administração do MPF	R\$ 411.110,31	10,5%
Procuradoria da República em Pernambuco	R\$ 404.164,36	10,3%
Procuradoria da República em Santa Catarina	R\$ 265.810,68	6,8%
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	R\$ 107.711,05	2,7%
Procuradoria da Regional da República - 4ª Região / RS	R\$ 30.859,35	0,8%
Procuradoria da República em Rondônia	R\$ 29.891,22	0,8%
Procuradoria da República no Pará	R\$ 25.731,53	0,7%
Procuradoria da República em Roraima	R\$ 22.463,89	0,6%
Demais Unidades Gestoras do MPF	R\$ 36.532,41	0,9%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.918.484,10	100,0%

Tabela 79 Fornecedores e contas a pagar - por contribuinte em 31/12/18

A Procuradoria da República em São Paulo é responsável por quase 66% do total a ser pago, decorrente, principalmente, de serviços de vigilância armada e desarmada nas unidades administrativas da PR-SP (R\$ 887.748,35).

Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração contábil evidencia as variações verificadas no patrimônio do MPF, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

Nota 7 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nesta linha das VPAs devem constar as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta, e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Do total contabilizado em 2018, como exploração de bens, direitos e prestação de serviços, tem-se que cerca de R\$ 14 milhões – equivalente a 96,6% do total – foram realizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP-MPF, em razão da arrecadação de taxa de inscrição para o 10º Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União.

Nota 8 – Reavaliação de Ativos

Essa variação patrimonial aumentativa é decorrente da reavaliação de bens imóveis no SPIUnet, sendo os principais acréscimos ocorridos nos bens de Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) nº 5897.00343.500-9 (Edifício da Procuradoria da República no Município de São Gonçalo – RJ) – R\$ 11.466.500,00 –, RIP nº 8801.00018.500-3 (Terreno da Procuradoria Regional da República da 4ª Região/RS) – R\$ 7.011.620,48 – e RIP nº 2381.00051.500-7 (Edifício da Procuradoria da República no Município de Caruaru – PE) – R\$ 5.052.337,80.

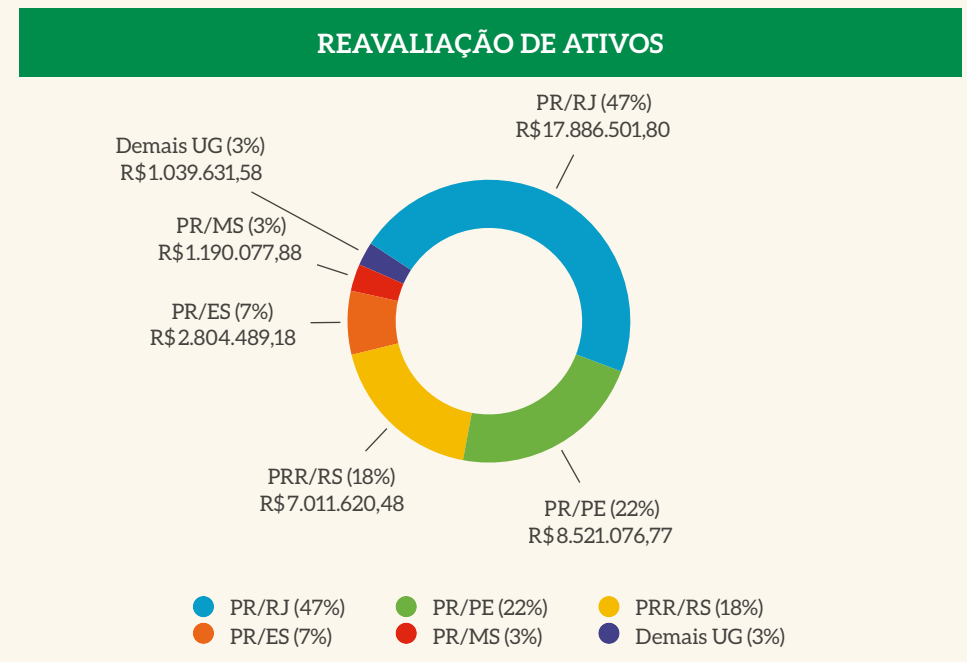


Gráfico 27 Reavaliação de ativos

Nota 9 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

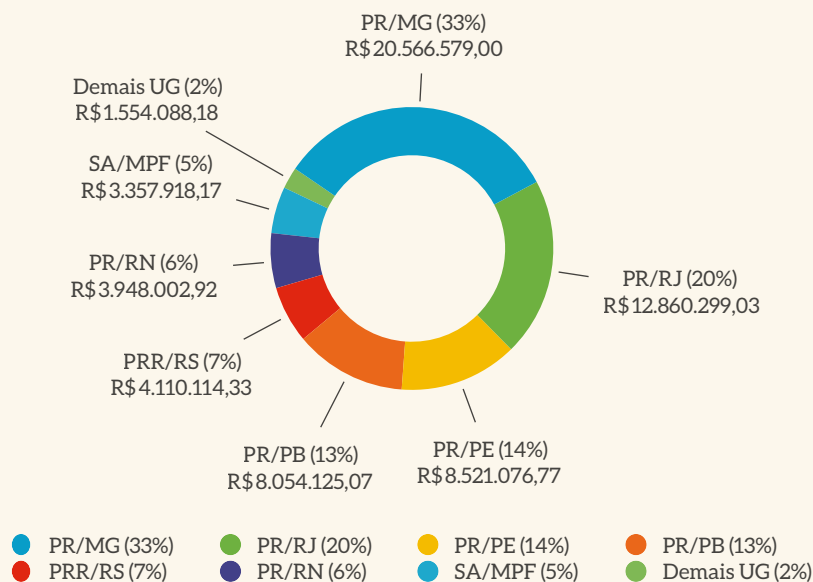
Em 2018, este item está composto pelos títulos constantes da tabela abaixo, sendo que o expressivo montante no título VPA decorrente de fatores geradores diversos foi originado, em especial, pela arrecadação feita pela Unidade Gestora 200.100 (Secretaria de Administração do MPF), utilizando o código de recolhimento 13920-3 (MPF-Recuperação de recursos no combate a corrupção e proteção de direitos difusos).

DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – COMPOSIÇÃO					
UNIDADE GESTORA	MULTAS ADMINISTRATIVAS	INDENIZAÇÕES	RESTITUIÇÕES	VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS	TOTAL DAS DIVERSAS VPA
Secretaria de Administração do MPF	R\$ 180.881,39	R\$ 250,00	R\$ 37.029,57	R\$ 37.793.376,43	R\$ 38.011.537,39
Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP/MPF	R\$ 61,10		R\$ 2.949.637,28		R\$ 2.949.698,38
Procuradoria da República no Espírito Santo	R\$ 920.354,21	-R\$ 174.081,90	R\$ 388,41	R\$ 1.639,39	R\$ 748.300,11
Procuradoria da República em São Paulo	R\$ 34.199,05		R\$ 35.433,88	R\$ 44.762,99	R\$ 114.395,92
Procuradoria da República na Paraíba	R\$ 105.202,97			R\$ 5.609,91	R\$ 114.395,92
Secretaria-Geral do MPF		R\$ 109.067,32			R\$ 109.067,32
Procuradoria da República no Rio de Janeiro	R\$ 44.978,55		R\$ 23.347,64	R\$ 37.260,65	R\$ 105.586,84
Procuradoria Regional da República - 2ª Região / RJ	R\$ 87.298,40			R\$ 16.863,87	R\$ 104.162,27
Procuradoria da República no Distrito Federal	R\$ 19.071,93	R\$ 908,40		R\$ 83.386,02	R\$ 103.366,35
Procuradoria da República no Pará	R\$ 286,34			R\$ 65.150,09	R\$ 65.436,43
Procuradoria Regional da República - 3ª Região / SP	R\$ 3.608,96		R\$ 8.950,96	R\$ 39.656,54	R\$ 52.216,46
Procuradoria da República em Minas Gerais	R\$ 19.031,47	R\$ 205,73		R\$ 31.307,80	R\$ 50.545,00
Demais Unidades Gestoras do MPF	R\$ 77.745,62	R\$ 678,90	R\$ 51.089,76	R\$ 91.639,73	R\$ 221.154,01
Ministério Público Federal	R\$ 1.492.719,99	-R\$ 62.971,55	R\$ 3.105.877,50	R\$ 38.210.653,42	R\$ 42.746.279,36

Tabela 80 Diversas variações patrimoniais aumentativas – composição

Nota 10 – Desincorporação de Ativos

As desincorporações são decorrentes, em especial, das baixas dos valores contabilizados como obras em andamento ou estudos e projetos, devido à conclusão das respectivas edificações, e de desfazimento de bens móveis inservíveis. Na tabela a seguir, é exibida a composição desse item por unidade gestora do MPF

REATIVAÇÃO DE ATIVOS**Gráfico 28** Desincorporação de ativos**Balanço Orçamentário**

Esta demonstração contábil evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Nota 11 – Execução Orçamentária da Despesa

A dotação atualizada para o Ministério Público Federal, no exercício de 2018, alcançou o montante de R\$ 3.876.595.243,00, dos quais 98,4% foram empenhados e, por conseguinte, apenas 1,6% – R\$ 63.797.678,13 – da despesa orçamentária aprovada não foi executada.

A despesa empenhada teve a seguinte composição:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

DESPESA	2017	2018
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.879.291.292,74	R\$ 2.983.587.689,21
Outras Despesas Correntes	R\$ 753.678.232,48	R\$ 773.871.451,84
Investimentos	R\$ 95.648.986,31	R\$ 55.338.423,82
TOTAL DO MPF	R\$ 3.728.618.511,53	R\$ 3.812.797.564,87

Tabela 81 Execução orçamentária da despesa

Do montante empenhado, verifica-se que R\$ 3.731.815.604,94 foram liquidados e R\$ 3.728.195.477,01 foram pagos no exercício. Isso implicou na inscrição de restos a pagar processados no valor de R\$ 3.620.127,93 e de restos a pagar não processados no valor de R\$ 80.981.959,93.

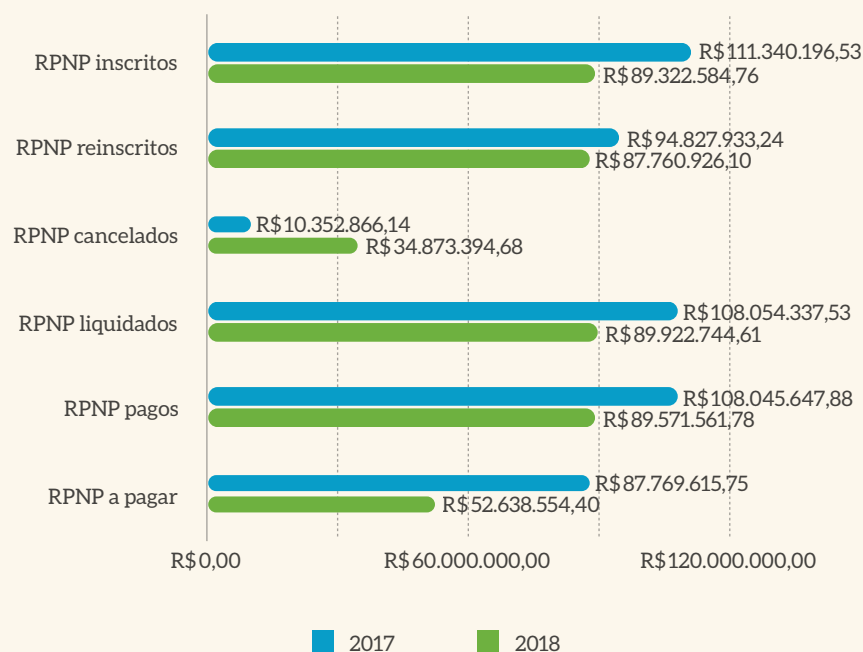
As despesas correntes – R\$ 3,8 bilhões, aproximadamente – representam 98,6% do total das despesas empenhadas. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo pessoal e encargos sociais, no montante de quase 3 bilhões, representando 79,4% dos gastos correntes.

Nota 12 – Execução dos Restos a Pagar

Do montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) – R\$ 89,3 milhões (inscritos em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 87,8 milhões (em exercícios anteriores), verifica-se que aproximadamente R\$ 89,6 milhões foram pagos e R\$ 34,9 milhões foram cancelados durante o exercício de 2018.

Além disso, observa-se que mais de 90% dos RPNP relacionados com os gastos correntes foram pagos ou cancelados durante o exercício.

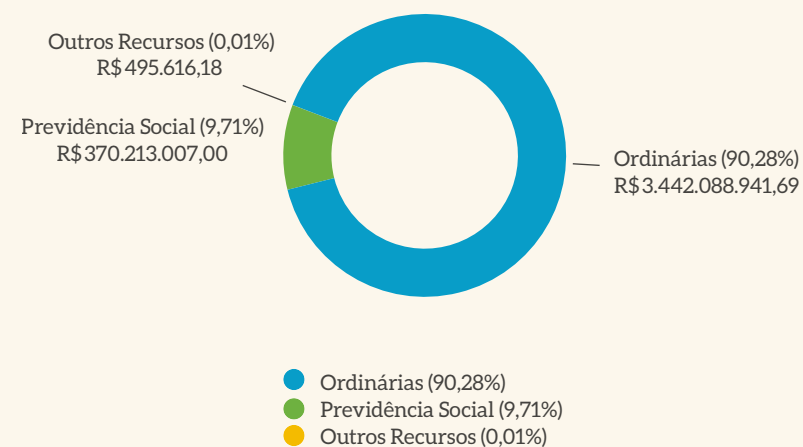
Em relação aos gastos de capital, os pagamentos e cancelamentos representaram 57,2% do montante em estoque.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**Gráfico 29** Execução dos restos a pagar não processados**Balanço Financeiro**

Esta demonstração contábil evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Nota 13 – Despesas Orçamentárias

No gráfico a seguir, é apresentada a composição das despesas executadas por grupos de fontes de recursos.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**Gráfico 30** Execução das despesas orçamentárias

Durante o ano de 2018, as despesas orçamentárias executadas superaram o montante de R\$ 3,8 bilhões e houve mais de 90% dos gastos executados em fontes de recursos ordinárias. Por sua vez, os gastos em fontes de recursos vinculadas foram de apenas 9,7% – R\$ 370.708.623,18 –, sendo quase a totalidade de despesas com Previdência Social.

Nota 14 – Pagamento dos Restos a Pagar

No gráfico a seguir, são detalhados os pagamentos dos restos a pagar – processados e não processados –, por grupos de natureza da despesa.



Gráfico 31 Pagamento dos restos a pagar

No exercício de 2018, foram pagos, aproximadamente, 69% - R\$ 2,2 milhões - do estoque de R\$ 3,3 milhões de restos a pagar processados e 51% - R\$ 89,6 milhões - do estoque de R\$ 177 milhões de restos a pagar não processados.

O principal montante de pagamentos dos restos a pagar não processados ocorreu em investimentos - R\$ 49,3 milhões -, para custear, principalmente, despesas relativas à construção ou reforma de imóveis das unidades gestoras do MPF.

RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de 2018, foram expedidos um total de cinco Acórdãos. Um contendo determinação ao Ministério Público da União e quatro ao Ministério Público Federal. A seguir, apresenta-se uma visão geral sobre as deliberações, com a indicação do número, destinatário, modalidade e síntese da deliberação e das providências adotadas pelo MPF:

1) Acórdão 895/2018 – Plenário. Determina ao Ministério Público Federal a adoção de providências no sentido de dar ciência do inteiro teor da deliberação à Maria Teresa Carvalho Branco Naufel no prazo de quinze dias e fazer juntar os comprovantes de notificação aos autos nos quinze dias subsequentes. Determina, ainda, a suspensão dos pagamentos efetuados com base no ato impugnado no prazo de trinta dias. **Providência adotada:** A fim de cumprir as determinações, providenciou-se a revisão dos proventos pensionais de forma a excluir a parcela dos quintos impugnados, sendo encaminhado, em 21 de setembro de 2018, novo formulário de pensão civil pelo Sistema e-Pessoal. Em 19 de junho de 2018, a Auditoria Interna encaminhou o Ofício nº 247/2018/AUDIN-MPU a esse órgão de Controle Externo, para dar conhecimento da exclusão da parcela de quintos, de forma que restou pendente, naquele momento, o envio de documento que comprovasse a renúncia da interessada a um dos benefícios previdenciários. Com isso, em 06 de fevereiro de 2019, foi encaminhado o Ofício nº 233/2019/SGP com cópia da Declaração expedida pelo Núcleo Estadual do Rio de Janeiro/Ministério da Saúde, de 22/01/2019, para fins de juntada ao Processo TC 017.695/2016-3, informando que a Senhora Maria Teresa Carvalho Branco Naufel, matrícula SIAPE 02158809, CPF 051.739.007-84, encontra-se excluída da condição de beneficiária de pensão civil instituída pelo ex-servidor José Naufel Filho, matrícula SIAPE1068907, não possuindo mais vínculo beneficiário com aquele Ministério desde 1º/06/2017.

2) Acórdão 1.832/2018 – Plenário. Determina às organizações fiscalizadas que, no prazo de 180 dias, com base no resultado da avaliação individualizada feita pelo Tribunal, adotem as providências para corrigir as desconformidades identificadas, conforme itens 9.1 e 9.2 do mencionado acórdão. **Providência adotada:** Por meio do Ofício nº 3108/2018/SG, de 26 de setembro de 2018, foi encaminhada manifestação da Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica, área administrativa do Ministério Público Federal responsável pela gestão do Portal da Transparência

do MPF, acerca das recomendações dispostas no acórdão em questão. Em resumo, foram ponderadas e esclarecidas as considerações apontadas no relatório e, por fim, solicitada a reavaliação itens.

3) Acórdão 2.579/2018 – Plenário. Determina, com fundamento no art. 71, IX, da CF/1988 c/c o art. 251 do RI/TCU, aos diversos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, jurisdicionados desta Corte de Contas, que, no prazo de 15 (quinze) dias, anulem, se já não o fizeram, os atos administrativos que concederam o reajuste de 13,23% em decorrência da aplicação da Lei nº 10.698/2003, abstendo-se de efetuar os pagamentos correspondentes, tendo em vista a violação do princípio constitucional da legalidade previsto no art. 37, caput e inciso X, da CF/1988 e da orientação preconizada na Súmula Vinculante nº 37 do Supremo Tribunal Federal. **Providência adotada:** Por meio do Ofício GAB/PGRNº 731, de 27 de julho de 2017, à época em resposta ao Acórdão 1.120/2017 – Plenário, foi comunicado que o Ministério Público da União não efetuou pagamento do mencionado reajuste aos servidores, à exceção dos motivados por decisões judiciais.

4) Acórdão 14.930/2018 – Primeira Câmara. Determinou ao Ministério Público [...] *9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos referentes ao ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do conteúdo no item anterior.* **Providência adotada:** Em cumprimento à determinação, foi publicada a Portaria nº 978, de 14 de dezembro de 2018, tornando sem efeito a Portaria SG/MPF nº 234, de 8 de março de 2006, que concedeu pensão civil à Morgana Silva Sacramento (efeitos financeiros a contar de 29/11/2018 em razão da data de ciência do órgão). Adicionalmente, foi encaminhado o Ofício nº 344/2018/AUDIN-MPU com cópias das peças do processo administrativo nº 1.00.000.001158/2006-545 (concessão da pensão civil), que evidenciam o cumprimento de todas as determinações do TCU, a saber: ciência do inteiro teor do mencionado acórdão à curadora da parte interessada, suspensão do pagamento da pensão civil a partir de 29/11/2018 e comunicação dos procedimentos adotados ao presidente do TCU, por meio do Ofício MPF/

PGR/SGP nº 19802, de 19 de dezembro de 2018.

- 5) **Acórdão de Relação 850/2018 – Plenário.** Determina que sejam avaliadas as orientações dispostas nos acórdãos 2.622/2015, 2.328/2015 e 2.339/2016, todos Plenário e que adotem as medidas necessárias à implementação em sua esfera de atuação, informando ao TCU no prazo de 90 (noventa) dias as medidas adotadas. **Providência adotada:** Foi encaminhado o ofício nº 2234/2018/SG, de 7 de agosto de 2018, à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União, o plano de trabalho que contempla as medidas adotadas e em andamento, necessárias a implementação dos mencionados acórdãos.

Ainda com relação ao tratamento das recomendações da corte de contas, cumpre informar o acompanhamento dos acórdãos que ficaram pendentes no exercício de 2017, quais sejam:

- 1) **Acórdão 2.779/2017 – Plenário:** Determinou ao Ministério Público Federal que adote medidas com o intuito de identificar, nos anos de 2018 a 2020, as despesas discricionárias passíveis de redução, com respectiva amplitude desse valor, de modo a garantir as condições necessárias ao seu funcionamento, informando anualmente ao TCU, por ocasião dos respectivos Relatórios de Gestão, os resultados decorrentes das medidas adotadas. **Providência adotada:** Para atendimento e acompanhamento da determinação foi instaurado o procedimento de gestão administrativa (PGEA) 1.00.000.010544/2018-61 onde, inicialmente, foram levantadas junto às Secretarias Nacionais vinculadas à Secretaria Geral do Ministério Público Federal, as oportunidades de redução e, consequentemente a melhoria do gasto com as despesas discricionárias. O rol das principais iniciativas encontram-se relacionadas no item 7.3 “Medidas de Economicidade” deste relatório e os resultados alcançados podem ser observados, particularmente, no capítulo 4 “Resultados da Gestão”.
- 2) **Acórdão nº 3.636/2017 – 2ª Câmara.** Conforme informado no Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público Federal no exercício de 2017, foram adotadas as medidas relacionadas no procedimento de gestão administrativa nº 1.00.000.010045/2017-93.

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O órgão de controle interno do Ministério Público Federal (MPF) é a Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN-MPU), cujo Regimento Interno consta do Anexo Único da [Portaria PGR/MPU nº 53, 29 de maio de 2017](#).

Em 2018, a AUDIN-MPU expediu 89 recomendações às diversas unidades gestoras do MPF. Dessas, 7 foram consideradas como não acatadas ou acatadas parcialmente, o que evidencia um percentual de atendimento de 92% das recomendações.

Destaca-se que foram expedidos 3 Relatórios de Auditoria definitivos fundamentados na aplicação da metodologia de auditoria baseada em riscos, são eles:

- A) Relatório de Auditoria nº 08/2018, com foco no processo de controle de acumulação de cargos/empregos/funções/proventos/pensões, a auditoria observou que 80% dos 5 eventos de riscos identificados já possuíam controles internos administrativos específicos. Para os outros 20%, não foram identificados mecanismos de controle. No que diz respeito aos controles testados, cerca de 12% apresentaram fragilidades, com necessidade de fortalecimento ou de evidencição dos mesmos. Entretanto, em que pese a ausência de controles ou as fragilidades detectadas nos controles existentes, a unidade optou por tratar os eventos de risco via monitoramento dos indícios de irregularidade gerados pelo sistema e-Pessoal, desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União. Concluiu-se, portanto, que o plano de ação proposto pela unidade no sentido de utilizar o sistema e-Pessoal mostra-se adequado para mitigar os riscos detectados no processo, sendo avaliado pela Audin-MPU como satisfatória a medida adotada;
- B) Relatório de Auditoria nº 13/2018, com foco no processo de Alteração Contratual – Repactuação, a auditoria observou que 92,86% dos 14 eventos de riscos identificados já possuíam controles internos administrativos específicos. Para os outros 7,14% (ER13 - Erros formais nas informações da publicação), os testes de auditoria não constataram impropriedades, motivo pelo qual não foi emitida recomendação;
- C) Relatório de Auditoria nº 14/2018, também com foco no processo Alteração Contratual - Repactuação, a auditoria observou que 100% dos 11 eventos de riscos identificados já possuíam controles internos administrativos específicos. Em relação aos controles testados, foi possível afirmar que todos atendem ao objetivo de mitigar as ocorrências a que se propõem.

7.3 MEDIDAS DE ECONOMICIDADE

Diante do disposto no art. 107 da EC 95/2016 c/c os arts. 24 e 25, parágrafo 6º da Lei nº 13.473/2017 e considerando a recomendação contida no Acórdão nº 2.779/2017 - TCU - Plenário, foram levantadas as despesas discricionárias passíveis de redução no período de 2018 a 2020.

Nesse sentido, a listagem abaixo consolida as principais medidas adotadas, sendo que algumas delas já foram detalhadas previamente, neste relatório, pelas respectivas áreas responsáveis:

- >> priorização da capacitação a distância;
- >> redução dos valores de ajuda de custo para membros e servidores;
- >> manutenção da restrição de vagas de estágio e do programa adolescente aprendiz, sem autorização de aumento de custo sem a devida compensação;
- >> autorização de pagamento de serviço extraordinário apenas para as horas que ultrapassarem as 40 (quarenta) horas de banco de hora
- >> controle dos pagamentos de pessoal requisitado;
- >> redução do horário de funcionamento e balanceamento do sistema de climatização;
- >> redução da iluminação das áreas comuns;
- >> regulação das válvulas para redução da vazão de água nos sanitários;
- >> instalação de banco de capacitores;
- >> substituição de lâmpadas fluorescentes por LED;
- >> instalação de hidrômetros na central de água gelada e restaurante, possibilitando o monitoramento do consumo;
- >> acompanhamento diário e semanal de consumo de água;
- >> instalação de arejadores economizadores, reduzindo a vazão de água de 8,0 litros/minuto/torneira para 1,8 litros/minuto/torneira;
- >> manutenção preventiva e padronização para redução da troca dos mobiliários;
- >> renegociação de contratos com a finalidade de diminuir seus custos, com fixação de teto para reajuste;
- >> sensibilização dos servidores quanto ao uso de recursos materiais em seu ambiente de trabalho;
- >> redução de postos de trabalho nas áreas de limpeza, conservação e apoio administrativo;
- >> diminuição das despesas de diárias e passagens com o aumento da prática de videoconferências, inclusive para o processo de perícias da junta médica oficial;
- >> compras compartilhadas de material médico-hospitalar e odontológico entre

unidades do MPF;

- >> implantação do sistema eletrônico de documentos, a partir de 2017, minimizando o uso de papel e reduzindo os custos com o trâmite de documentos;
- >> redução das despesas discricionárias e investimentos do Órgão;
- >> nacionalização do fornecimento de produtos informacionais, com preferência para o acesso digital ao físico; e
- >> uso do serviço de malote para a tramitação de autos processuais entre unidades do MPF e as varas da justiça federal e delegacias de polícia.

RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL

8 APÊNDICES

ORGANOGRAMA DO MPF

UNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO 2018
Conselho Superior do Ministério Público Federal	Aprovar a proposta orçamentária do MPF e regimentos internos de órgãos finalísticos. Elaborar e aprovar as normas e as instruções referentes à distribuição de inquéritos e procedimentos e à carreira de procurador da República – concursos públicos, distribuição de membros, designações, promoção na carreira, entre outros assuntos.	Raquel Elias Ferreira Dodge	Procuradora-Geral da República	1º/1/2018 – 31/12/2018
		Luciano Mariz Maia	Vice-Procurador-Geral da República	1º/1/2018 – 31/12/2018
		José Bonifácio Borges de Andrada	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2018 – 12/8/2018
		Mario Luiz Bonsaglia	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2018 – 12/8/2018
		Lindora Maria Araújo	Subprocuradora-Geral da República	1º/1/2018 – 12/8/2018
		Nívio de Freitas Silva Filho	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2018 – 31/12/2018
		Alcides Martins	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2018 – 31/12/2018
		Ela Wiecko Volkmer de Castilho	Subprocuradora-Geral da República	1º/1/2018 – 31/12/2018
		José Flaubert Machado Araújo	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2018 – 31/12/2018
		Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	Subprocuradora-Geral da República	1º/1/2018 – 31/12/2018
		Nicolao Dino de Castro Costa e Neto	Subprocurador-Geral da República	13/8/2018 – 31/12/2018
		Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho	Subprocurador-Geral da República	13/8/2018 – 31/12/2018
Corregedoria do Ministério Público Federal	Fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público Federal	Maria Caetana Cintra Santos	Subprocuradora-Geral da República	13/8/2018 – 31/12/2018
		Oswaldo Jose Barbosa Silva	Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	1º/1/2018 – 31/12/2018
		Sandra Veronica Cureau	1º Suplente do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	1º/1/2018 – 31/12/2018
Gabinete do Procurador-Geral da República	Prestar suporte direto ao Procurador-Geral da República no exercício de suas funções institucionais.	Roberto Luis Oppermann Thome	2º Suplente do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	1º/1/2018 – 31/12/2018
		Raquel Elias Ferreira Dodge	Procuradora-Geral da República	1º/1/2018 – 31/12/2018
		Luciano Mariz Maia	Vice-Procurador-Geral da República	1º/1/2018 – 31/12/2018

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	R\$ 590.018,00	R\$ 590.018,00	-R\$ 1.287.156,76	-R\$ 1.877.174,76
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	R\$ 510.323,00	R\$ 510.323,00	R\$ 466.954,19	-R\$ 43.368,81
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	R\$ 510.323,00	R\$ 510.323,00	R\$ 466.954,19	-R\$ 43.368,81
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	R\$ 131,00	R\$ 131,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	R\$ 131,00	R\$ 131,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	R\$ 79.695,00	R\$ 79.695,00	-R\$ 1.754.241,95	-R\$ 1.833.936,95
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R\$ 58.845,00	R\$ 58.845,00	-R\$ 1.592.787,09	-R\$ 1.651.632,09
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-R\$ 170.901,47	-R\$ 170.901,47
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	R\$ 20.850,00	R\$ 20.850,00	R\$ 9.446,61	-R\$ 11.403,39

Apêndice B Balanço orçamentário - todos os orçamentos

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 353.404,00	R\$ 353.404,00	-	-R\$ 353.404,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	R\$ 353.404,00	R\$ 353.404,00	-	-R\$ 353.404,00
Alienação de Bens Móveis	R\$ 353.404,00	R\$ 353.404,00	-	-R\$ 353.404,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	R\$ 943.422,00	R\$ 943.422,00	-R\$ 1.287.156,76	-R\$ 2.230.578,76
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	R\$ 943.422,00	R\$ 943.422,00	-R\$ 1.287.156,76	-R\$ 2.230.578,76
DEFICIT			R\$ 3.814.084.721,63	R\$ 3.814.084.721,63
TOTAL	R\$ 943.422,00	R\$ 943.422,00	R\$ 3.812.797.564,87	R\$ 3.811.854.142,87
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

DESPESAS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.848.014.822,00	R\$ 3.815.744.491,00	R\$ 3.757.459.141,05	R\$ 3.703.673.555,39	R\$ 3.700.226.793,58	R\$ 58.285.349,95
Pessoal e encargos sociais	R\$ 3.056.856.148,00	R\$ 3.053.058.404,00	R\$ 2.983.587.689,21	R\$ 2.977.332.712,19	R\$ 2.977.229.713,71	R\$ 69.470.714,79
Juros e encargos da dívida	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	R\$ 791.158.674,00	R\$ 762.686.087,00	R\$ 773.871.451,84	R\$ 726.340.843,20	R\$ 722.997.079,87	-R\$ 11.185.364,84
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 35.778.165,00	R\$ 60.850.752,00	R\$ 55.338.423,82	R\$ 28.142.049,55	R\$ 27.968.683,43	R\$ 5.512.328,18
Investimentos	R\$ 35.778.165,00	R\$ 60.850.752,00	R\$ 55.338.423,82	R\$ 28.142.049,55	R\$ 27.968.683,43	R\$ 5.512.328,18
Inversões financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	R\$ 3.883.792.987,00	R\$ 3.876.595.243,00	R\$ 3.812.797.564,87	R\$ 3.731.815.604,94	R\$ 3.728.195.477,01	R\$ 63.797.678,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	R\$ 3.883.792.987,00	R\$ 3.876.595.243,00	R\$ 3.812.797.564,87	R\$ 3.731.815.604,94	R\$ 3.728.195.477,01	R\$ 63.797.678,13
TOTAL	R\$ 3.883.792.987,00	R\$ 3.876.595.243,00	R\$ 3.812.797.564,87	R\$ 3.731.815.604,94	R\$ 3.728.195.477,01	R\$ 63.797.678,13

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	R\$ 20.082.991,71	R\$ 48.671.626,59	R\$ 40.429.001,38	R\$ 40.307.863,95	R\$ 22.144.056,05	R\$ 6.302.698,30
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.063.626,91	R\$ 6.729.789,21	R\$ 6.322.206,75	R\$ 6.322.206,75	R\$ 336.038,75	R\$ 1.135.170,62
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	R\$ 19.019.364,80	R\$ 41.941.837,38	R\$ 34.106.794,63	R\$ 33.985.657,20	R\$ 21.808.017,30	R\$ 5.167.527,68
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 67.677.934,39	R\$ 40.650.958,17	R\$ 49.493.743,23	R\$ 49.263.697,83	R\$ 12.729.338,63	R\$ 46.335.856,10
Investimentos	R\$ 59.367.934,39	R\$ 40.650.958,17	R\$ 49.493.743,23	R\$ 49.263.697,83	R\$ 4.419.338,63	R\$ 46.335.856,10
Inversões Financeiras	R\$ 8.310.000,00	-	-	-	R\$ 8.310.000,00	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	R\$ 87.760.926,10	R\$ 89.322.584,76	R\$ 89.922.744,61	R\$ 89.571.561,78	R\$ 34.873.394,68	R\$ 52.638.554,40

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	R\$ 964.498,48	R\$ 1.792.490,99	R\$ 1.733.032,84	R\$ 968.395,45	R\$ 55.561,18
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	R\$ 964.498,48	R\$ 1.792.490,99	R\$ 1.733.032,84	R\$ 968.395,45	R\$ 55.561,18
DESPESAS DE CAPITAL	-	R\$ 500.087,65	R\$ 500.087,65	-	-
Investimentos	-	R\$ 500.087,65	R\$ 500.087,65	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	R\$ 964.498,48	R\$ 2.292.578,64	R\$ 2.233.120,49	R\$ 968.395,45	R\$ 55.561,18

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
Receitas Orçamentárias	R\$5.768.199,94	-R\$1.287.156,76
Ordinárias	R\$9.485.500,06	-
Vinculadas	R\$4.289.848,52	R\$676.907,65
Previdência Social (RPPS)	-	-
Recursos de Receitas Financeiras	-	-
Alienação de Bens e Direitos	R\$337.012,00	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	R\$3.952.836,52	R\$676.907,65
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-R\$8.007.148,64	-R\$1.964.064,41
Transferências Financeiras Recebidas	R\$10.140.625.473,47	R\$10.414.994.816,96
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$10.132.616.415,03	R\$10.414.958.029,20
Cota Recebida	R\$6.401.438.259,74	R\$6.633.856.243,72
Repasse Recebido	R\$1.167.662,37	R\$1.284.502,95
Sub-repasse Recebido	R\$3.710.059.019,98	R\$3.764.872.489,16
Sub-repasse Devolvido	R\$19.951.472,94	R\$14.944.793,37
Independentes da Execução Orçamentária	R\$8.009.058,44	R\$36.787,76
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	R\$2.262,11	-
Demais Transferências Recebidas	-	R\$12.224,25
Movimentação de Saldos Patrimoniais	R\$8.006.796,33	R\$24.563,51
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	R\$100.442.016,51	R\$144.782.571,97
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	R\$2.283.888,99	R\$3.620.127,93
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	R\$89.322.584,76	R\$80.981.959,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$8.835.013,16	R\$1.608.750,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários	R\$529,60	R\$58.571.733,30
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	R\$53,65	R\$11.274,79
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	R\$475,95	R\$26,28
Arrecadação de Outra Unidade	-	R\$58.560.432,23
Saldo do Exercício Anterior	R\$346.956.210,89	R\$284.709.793,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$346.956.210,89	R\$284.709.793,00
TOTAL	R\$10.593.791.900,81	R\$10.843.200.025,17

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
Despesas Orçamentárias	R\$3.728.618.511,53	R\$3.812.797.564,87
Ordinárias	R\$3.392.487.562,30	R\$3.442.088.941,69
Vinculadas	R\$336.130.949,23	R\$370.708.623,18
Seguridade Social (Exceto Previdência)	R\$320.221.500,00	-
Previdência Social (RPPS)	-	R\$370.213.007,00
Recursos de Receitas Financeiras	-	-
Operação de Crédito	R\$13.795.612,14	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	R\$2.113.837,09	R\$495.616,18
Transferências Financeiras Concedidas	R\$6.458.385.538,83	R\$6.556.124.875,13
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$6.450.780.041,95	R\$6.497.508.391,40
Repasse Concedido	R\$1.739.567,33	R\$634.855,67
Sub-repasse Concedido	R\$6.427.367.300,38	R\$6.465.380.288,85
Cota Devolvida	R\$4.598.929,92	R\$28.479.439,66
Sub-repasse Devolvido	R\$17.074.244,32	R\$3.013.807,22
Independentes da Execução Orçamentária	R\$7.605.496,88	R\$58.616.483,73
Demais Transferências Concedidas	-	R\$12.224,25
Movimento de Saldos Patrimoniais	R\$7.605.496,88	R\$58.604.259,48
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Despesas Extraorçamentárias	R\$122.078.057,45	R\$93.416.739,55
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	R\$1.350.377,15	R\$2.233.120,49
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	R\$108.045.647,88	R\$89.571.561,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$9.095.374,72	R\$1.612.057,28
Outros Pagamentos Extraorçamentários	R\$3.586.657,70	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	R\$3.586.657,70	-
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$284.709.793,00	R\$380.860.845,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$284.709.793,00	R\$380.860.845,62
TOTAL	R\$10.593.791.900,81	R\$10.843.200.025,17

Apêndice C Balanço financeiro - todos os orçamentos

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	R\$393.950.627,04	R\$295.845.685,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$380.860.845,62	R\$284.709.793,00
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$3.415.713,39	R\$1.927.401,13
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	R\$9.316.749,43	R\$8.940.746,35
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	R\$357.318,60	R\$267.745,23
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$1.561.533.178,09	R\$1.528.762.291,95
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$2.702.350,20	R\$2.702.350,20
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	R\$2.702.350,20	R\$2.702.350,20
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-

Apêndice D Balanço patrimonial - todos os orçamentos

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Imobilizado	R\$1.517.763.288,60	R\$1.494.374.697,88
Bens Móveis	R\$226.758.963,89	R\$242.012.126,31
Bens Móveis	R\$507.671.644,76	R\$424.134.084,17
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-R\$280.912.680,87	-R\$182.121.957,86
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	R\$1.291.004.324,71	R\$1.252.362.571,57
Bens Imóveis	R\$1.339.488.694,06	R\$1.285.065.112,89
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-R\$48.484.369,35	-R\$32.702.541,32
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	R\$41.067.539,29	R\$31.685.243,87
Softwares	R\$41.067.539,29	R\$31.685.243,87
Softwares	R\$42.897.045,10	R\$31.708.505,95
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-R\$1.829.505,81	-R\$23.262,08
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	R\$1.955.483.805,13	R\$1.824.607.977,66

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
PASSIVO CIRCULANTE	R\$3.441.189,66	R\$30.149.649,57
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$ 57.895,10	R\$ 25.934.640,95
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.190.948,02	R\$ 3.918.484,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 192.346,54	R\$296.524,52
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$46.184,00	R\$46.184,00
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ 46.184,00	R\$ 46.184,00
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	R\$3.487.373,66	R\$30.195.833,57

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	R\$ 1.821.120.604,00	R\$ 1.925.287.971,56
Resultado do Exercício	R\$ 57.100.398,29	R\$ 109.803.826,81
Resultados de Exercícios Anteriores	R\$ 1.785.182.581,39	R\$ 1.821.120.604,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-R\$ 21.162.375,68	-R\$ 5.636.459,25
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$1.821.120.604,00	R\$1.925.287.971,56
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$1.824.607.977,66	R\$1.955.483.805,13

QUADRO DE ATIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 284.709.793,00	R\$ 380.860.845,62
ATIVO PERMANENTE	R\$ 1.539.898.184,66	R\$ 1.574.622.959,51

QUADRO DE PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

PASSIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 180.561.862,92	R\$ 137.525.446,70
PASSIVO PERMANENTE	-	R\$ 25.939.718,37
SALDO PATRIMONIAL	R\$ 1.644.046.114,74	R\$ 1.792.018.640,06

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVOS		
ESPECIFICAÇÃO / SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2017	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	R\$ 5.586.354,48	R\$ 6.354.256,23
Execução dos Atos Potenciais Ativos	R\$ 5.586.354,48	R\$ 6.354.256,23
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	R\$ 5.586.354,48	R\$ 6.354.256,23
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-
TOTAL	R\$ 5.586.354,48	R\$ 6.354.256,23

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

PASSIVOS		
ESPECIFICAÇÃO / SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2017	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	R\$ 852.623.324,70	R\$ 802.556.933,14
Execução dos Atos Potenciais Passivos	R\$ 852.623.324,70	R\$ 802.556.933,14
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	R\$ 1.179.522,56	R\$ 805.350,22
Obrigações Contratuais a Executar	R\$ 851.443.802,14	R\$ 801.751.582,92
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	R\$ 852.623.324,70	R\$ 802.556.933,14

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	R\$ 239.274.940,46
Recursos Vinculados	R\$ 4.060.458,46
Previdência Social (RPPS)	R\$ 84.216,54
Recursos de Receitas Financeiras	R\$ 1.873.629,65
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	R\$ 2.102.144,38
Outros Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 467,89
TOTAL	R\$ 243.335.398,92

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS TODOS OS ORÇAMENTOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$10.175.398.968,43	R\$10.570.205.278,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$602.286,68	R\$14.498.429,77
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	R\$ 602.286,68	R\$ 14.498.429,77
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$8.549,19	R\$55.193,29
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	R\$ 8.549,19	R\$ 55.193,29
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	R\$10.153.895.285,96	R\$10.473.452.486,91
Transferências Intragovernamentais	R\$10.140.625.473,47	R\$10.414.994.816,96
Transferências Intergovernamentais	-	-

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS TODOS OS ORÇAMENTOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2018
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 13.269.812,49	R\$ 58.457.669,95
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$19.298.425,03	R\$39.452.888,69
Reavaliação de Ativos	R\$ 10.131.048,98	R\$ 38.453.397,69
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	R\$ 9.150.636,97	R\$ 22.047,68
Ganhos com Desincorporação de Passivos	R\$ 16.739,08	R\$ 977.443,32
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$1.594.421,57	R\$42.746.279,36
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 1.594.421,57	R\$ 42.746.279,36

Apêndice E Demonstrações das variações patrimoniais - todos os orçamentos

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS TODOS OS ORÇAMENTOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$10.118.298.570,14	R\$10.460.401.451,21
Pessoal e Encargos	R\$2.699.623.737,26	R\$2.845.833.556,39
Remuneração a Pessoal	R\$ 2.112.405.880,48	R\$ 2.248.483.215,19
Encargos Patronais	R\$ 376.115.777,71	R\$ 383.473.495,80
Benefícios a Pessoal	R\$ 204.205.749,89	R\$ 206.769.735,73
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	R\$ 6.896.329,18	R\$ 7.107.109,67
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$338.435.186,42	R\$364.732.635,44
Aposentadorias e Reformas	R\$ 265.537.820,84	R\$ 287.278.756,99
Pensões	R\$ 72.094.518,02	R\$ 76.548.370,09
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 802.847,56	R\$ 905.508,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$589.736.060,03	R\$601.878.849,22
Uso de Material de Consumo	R\$ 12.405.455,85	R\$ 12.609.267,22
Serviços	R\$ 514.140.546,77	R\$ 532.089.027,27
Depreciação, Amortização e Exaustão	R\$ 63.190.057,41	R\$ 57.180.554,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$10.429,13	R\$37.308,33
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	R\$ 5.979,42	R\$ 16.287,98
Variações Monetárias e Cambiais	R\$ 204,92	R\$ 7,17
Descontos Financeiros Concedidos	R\$ 4.244,79	R\$ 21.013,18
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimo. Diminutivas Finan.	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	R\$6.467.720.074,55	R\$6.576.750.742,08
Transferências Intragovernamentais	R\$ 6.458.385.538,83	R\$ 6.556.124.875,13
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS TODOS OS ORÇAMENTOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2018
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 9.334.535,72	R\$ 20.625.866,95
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$16.436.406,90	R\$64.308.781,38
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	R\$ 1.252.550,58
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	R\$ 263.665,83	R\$ 78.851,13
Incorporação de Passivos	R\$ 228,56	R\$ 5.176,20
Desincorporação de Ativos	R\$ 16.172.512,51	R\$ 62.972.203,47
Tributárias	R\$1.251.642,02	R\$1.505.882,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 294.794,05	R\$ 412.455,83
Contribuições	R\$ 956.847,97	R\$ 1.093.426,97
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$5.085.033,83	R\$5.353.695,57
Premiações	R\$ 3.220,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 5.081.813,83	R\$ 5.353.695,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	R\$57.100.398,29	R\$109.803.826,81

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
TODOS OS ORÇAMENTOS**

	2017	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	R\$67.391.395,65	R\$173.883.521,53
INGRESSOS	R\$10.154.892.150,52	R\$10.473.876.869,52
Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 5.431.187,94	-R\$ 1.287.156,76
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	R\$ 492.670,76	R\$ 466.954,19
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	R\$ 1.556.745,62	R\$ 131,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 3.381.771,56	-R\$ 1.754.241,95
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	R\$ 10.149.460.962,58	R\$ 10.475.164.026,28
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 8.835.013,16	R\$ 1.608.750,81
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	R\$ 475,95	R\$ 26,28
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 10.140.625.473,47	R\$ 10.414.994.816,96
Arrecadação de Outra Unidade		R\$ 58.560.432,23

Apêndice F Demonstrações dos fluxos de caixa - todos os orçamentos

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
TODOS OS ORÇAMENTOS**

	2017	2018
DESEMBOLSOS	-R\$10.087.500.754,87	-R\$10.299.993.347,99
Pessoal e Demais Despesas	-R\$ 3.241.839.535,81	-R\$ 3.366.182.490,48
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-R\$ 2.851.299.116,39	-R\$ 2.971.604.258,75
Administração	-R\$ 4.948,44	-R\$ 18.545,96
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-R\$ 390.535.524,63	-R\$ 394.559.512,56
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-R\$ 11.448,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	R\$ 53,65	R\$ 11.274,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
TODOS OS ORÇAMENTOS**

	2017	2018
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-R\$ 374.593.647,81	-R\$ 376.073.925,10
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-R\$ 374.593.647,81	-R\$ 376.073.925,10
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-R\$ 6.471.067.571,25	-R\$ 6.557.736.932,41
Dispêndios Extraorçamentários	-R\$ 9.095.374,72	-R\$ 1.612.057,28
Transferências Financeiras Concedidas	-R\$ 6.458.385.538,83	-R\$ 6.556.124.875,13
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-R\$ 3.586.657,70	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-R\$ 129.637.813,54	-R\$ 77.732.468,91
INGRESSOS	R\$ 337.012,00	-
Alienação de Bens	R\$ 337.012,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-R\$ 129.974.825,54	-R\$ 77.732.468,91
Aquisição de Ativo Não Circulante	-R\$ 124.929.987,32	-R\$ 66.263.098,59
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-R\$ 5.044.838,22	-R\$ 11.469.370,32

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
TODOS OS ORÇAMENTOS**

	2017	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO	-	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-R\$ 62.246.417,89	R\$ 96.151.052,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	R\$ 346.956.210,89	R\$ 284.709.793,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$ 284.709.793,00	R\$ 380.860.845,62

